

RACHID MOISÉS NETO

A VILA COSTA E SILVA: O CONSELHO DE
MORADORES, A SERVIÇO DE QUEM?

Este exemplar corresponde à redação
final da tese defendida por Rachid Moisés
Neto e aprovada pela Comissão Julgadora,
Campinas, 9 de setembro de 1985
Manoel Costa Bonfina

Dissertação de Mestrado em
Sociologia, apresentada ao Ins-
tituto de Filosofia e Ciên-
cias Humanas da Universidade
Estadual de Campinas.

CAMPINAS
JUNHO/ 1985

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Conjunto de Sociologia

A VILA COSTA E SILVA: O CONSELHO DE
MORADORES, A SERVIÇO DE QUEM?

Dissertação de Mestrado
RACHID MOISÉS NETO

CAMPINAS
1985

Este trabalho é dedicado à população da Vila Costa e Silva.

A G R A D E C I M E N T O S

À profa. Verena Stolcke, a minha orientadora a nível de iniciação científica.

Ao prof. Manoel Tosta Berlinck, o meu orientador, pela liberdade de trabalho e pelas sugestões.

À Sandra pelos serviços datilográficos.

À Lillian, à Ana Lúcia, e às outras entrevistadoras pela ajuda e pelas sugestões.

Ao Zé Eduardo e à Maria Lúcia, pelos contactos promovidos, com fraternidade.

Ao Bosco e à sua família, pela paciência comigo, com esperança.

À Nazaré e à sua família, pela colaboração.

Ao arquiteto Roberto Silva Leme pela cessão do seu material de pesquisa.

Aos membros da C.O.H.A.B. - Campinas pelo acesso a seu arquivo, e pela atenção para comigo.

À F.A.P.E.S.P. pelas bolsas de estudo que me concedeu em todos os níveis até o mestrado, que possibilitaram a feitura destas linhas.

À C.A.P.E.S. pela bolsa semestral de estudo que me concedeu.

E a meus familiares e amigos cujo forte apôio me motivou para esta atividade privilegiada.

Campinas, junho de 1985.

"(...) Lo que puede el sentimiento
No lo ha podido el saber,
Ni el más claro proceder,
Ni el más ancho pensamiento.(...)."

Violeta Parra
(da canção Volver a los 17).

"(...) Não é apenas esse deslocamento das virtudes e dos vícios que se cumpre com o advento do mundo desencantado. Mas também um deslocamento das paixões da alma que irão deixando de pertencer à metafísica e à ética para se tornarem, pouco a pouco, objeto dos estudos da psicologia, da medicina e da clínica. A paixão deixa de ser vício ou virtude, mas também deixa de ser paixão: fica sob a suspeita de ser doença. Medicalizada, só lhe restará um lugar: a literatura e as artes(...).

"(...) Todavia, o delírio e a alucinação causados pelo medo e pelas paixões que a ele se articulam não pertencem ao campo da patologia clínica e da terapia psíquica: seu campo é ético e político (...).

"(...) As paixões, escreve ele, [Espinosa], são tidas como vícios por aqueles que desprezam a natureza humana, dela zombam ou a censuram, procurando em toda parte uma natureza humana impossível e ignorando a realmente existente(...).

"(...) Por isso também é que a tradição define a virtude como o império que a vontade e a inteligência exercem sobre as paixões. É essa concepção dominadora que a teoria espinosana afasta(...).

"Tristeza é o sentimento que temos de que nossa aptidão para existir e agir diminuem, que nossa fraqueza aumenta e tal só pode ocorrer em decorrência de causas exteriores, pois se a causa fosse interna seríamos movidos rumo à auto-destruição, o que para Espinosa é impossível. Diferentemente da alegria e do desejo, a tristeza é intrinsecamente paixão, não podendo jamais tornar-se ação. Isto não significa, evidentemente, que não haja casos de autodestruição, mas esta ocorre porque interiorizamos a causa externa destrutiva, incorporada ao

nosso ser em decorrência de nossa extrema fraqueza interior(...).

Marilena Chauí
(do artigo Medo e Servidão, in "Folhetim"
nº 336 da Folha de S.Paulo, de 26/06/83).

"(...) A perda das liberdades econômicas e políticas que foram as conquistas reais dos dois séculos passados pode parecer pequeno dano num Estado capaz de tornar a vida administrada segura e confortável. Se os indivíduos estão satisfeitos a ponto de se sentirem felizes com as mercadorias e os serviços que lhes são entregues pela administração, por que deveriam eles insistir em instituições diferentes para a produção diferente de mercadorias e serviços diferentes? E se os indivíduos estão preconditionados de modo que as mercadorias que os satisfazem incluem também pensamentos, sentimentos, aspirações, por que deveriam desejar pensar, sentir e imaginar por si mesmos? É bem verdade que as mercadorias materiais e mentais oferecidas podem ser ruins, extravagantes, imprestáveis — mas Geist e conhecimento não são argumentos eficazes contra a satisfação das necessidades(...).

"(...) Na fase mais avançada do capitalismo, essa sociedade é um sistema de pluralismo subjugado no qual as instituições competidoras cooperam para a solidificação do poder do todo sobre o indivíduo. Ainda assim, a administração pluralista é, para o indivíduo administrado, muito melhor do que a administração total. Uma instituição pode protegê-lo de outra; uma organização pode mitigar o impacto da outra; as possibilidades de fuga e desagravo podem ser calculadas. O domínio da Lei, não importa quão restrito, é, ainda assim, infinitamente menos perigoso do que o domínio acima da lei ou sem ela.

"Contudo, em vista das tendências predominantes, deve ser levantada a questão sobre se esta forma de pluralismo não acelera a destruição deste. A sociedade industrial de -

envolvida é, na verdade, um sistema de poderes que se contralançam. Mas estas forças se cancelam numa unificação mais elevada — no interesse comum em defender e ampliar a posição firmada, em combater alternativas históricas, em conter a transformação qualitativa. Dentre as forças que se contrabalançam não estão as que atuam contra o todo.(...)."

H. Marcuse
(A Ideologia da Sociedade Industrial,
Homem Unidimensional), Zahar Editores,
Rio de Janeiro; cap.9 "O Fechamento
do Universo Político").

"(...) Liberdade de pensamento e palavra a todos os socialistas libertários ou socialistas de esquerda, operários e camponeses(...)."

(Segunda das reivindicações dos marinheiros de Kronstadt, publicada em 03/03/1921; da tradução integral dos "Izvestias", citada por Maurício Tragtenberg no artigo Uma Revolução na Revolução Russa, in "Folhetim" nº 325 da Folha de S. Paulo de 10/04/83).

"(...) O que não se ajusta às medidas da calculabilidade e da utilidade é suspeito para o Iluminismo(...)."

"(...) A lógica formal foi a grande escola de uniformização. Ela ofereceu aos iluministas o esquema da calculabilidade do mundo (...)."

Horkheimer e Adorno
(in "Conceito de Iluminismo", citado por Lúcia Nagib no artigo Kaspar Hauser: a apologia da diferença, do "Folhetim" nº 329 da Folha de S. Paulo de 22/07/84).

"(...) É preciso também alargar um pouco a questão do acesso à cultura fazendo uma referência, inexistente no texto de Bobbio, ao sistema educacional não apenas como reprodutor de ideologia (coisa por demais sabida), mas como um espaço que foi ampliado para dar acesso às classes despossuídas da sociedade não só com o fim de prepará-las para a venda da força de trabalho numa sociedade industrial que exige escolarização mínima, mas também porque tal ampliação (em número de escolas e em tempo de escolarização) visa reter fora do mercado de trabalho contingentes da população que, se nele entrassem prematuramente, gerariam excesso de oferta e, portanto, desemprego, criando um "fator de desestabilização" no sistema econômico. A exigência democrática de igual acesso à cultura, ao se defrontar com a indústria cultural e com o sistema escolar, não se defronta com um paradoxo da democracia, mas com a vitória do capitalismo, isto é, com freios para reter a democratização.

"É rigorosamente verdadeiro que a indústria política tem como referência a ampliação do espaço político e que é grave engano tomar o assembleísmo como alternativa real para a manipulação acarretada pela indústria política. Todavia, já não é tão verdadeiro afirmar que essa indústria nasce em decorrência do alargamento das bases do poder, estabelecendo regras que transformam em realidade o mito da soberania popular. Não se pode estabelecer uma relação causal imediata entre o suposto alargamento das bases sociais do poder e a indústria política; ao contrário, é preciso considerar que foi esta a forma assumida historicamente para responder àquele alargamento mantendo-o sob rígido controle. Nada indica que tal resposta seja a única possível, mas tudo indica que é a única resposta possível no capitalismo. Assim não fosse e o processo de "democratização" em curso no Brasil seria ininteligível. A indústria política é irmã gêmea da indústria cultural, bastando ler as análises de Miliband sobre o funcionamento do sistema político em regime capitalista para confirmá-lo. Sem dúvida, a in-

dústria política surge para responder ao alargamento das bases sociais do poder, ["político"], graças aos partidos e ao sufrágio universal, mas justamente para impedir que tal alargamento tenha efeitos reais (e não ocasionais, como em 74 e 78 no Brasil) sobre a sociedade. A indústria política procura reduzir a participação ao voto periódico, visa criar imagens que permitam rotinizar os conflitos que ao serem vistos como costumeiros, perdem sua força social, pretende mobilizar para mais facilmente despolitizar, lidando com uma abstração chamada "opinião pública", justamente porque o sistema social privatizou de tal modo a existência que o espaço público se reduz ao da opinião (manipulada).

"O que procuramos enfatizar aqui, tomando como referência as análises de Bobbio, é o fato de que as práticas democráticas populares, quando existiram, não puderam enraizar-se em instituições democráticas que as conservassem e ampliassem, mas foram mediadas por aparelhos de controle produzidos e dirigidos pelas classes dominantes, de tal modo que os "paradoxos" não são da democracia, mas da democracia nas sociedades de classe e nas quais as classes dominantes, finalmente, descobriram que o consenso é mais eficaz do que a pura coerção. Nessa medida, as práticas democráticas populares têm funcionado apenas (o que é muito) como meios de pressão, mas não puderam chegar a novas formas de sociabilidade e de poder(...)."

"(...) Em sexto lugar os movimentos sociais de base ou de caráter comunitário - democrático (desde os comitês de bairro nos centros urbanos até as lutas dos posseiros e dos índios), convertendo o povo em classe madura para o exercício político sem riscos de ser manipulada por demagogos, viabiliza o projeto de uma oposição moderna, isto é, que não pretenda apenas a mobilização popular esporádica com fins eleitorais, mas que tenha como alvo uma participação social e política permanente. Em sétimo lugar(...), o aprendizado dos sindicatos das associações de classe, dos comitês de bairro, das comunidades de base durante os anos de resistência à ditadura tornam pos -

sível sua passagem a um nível mais alto de organização que não lhes retira a autonomia, mas lhes dá uma expressão política inteiramente nova: o partido moderno de massa(...).

"(...) Nesta perspectiva, já existem, [no Brasil], ou estão em vias de existir, condições objetivas para uma sociedade pluralista moderna, integrada, baseada na representação e participação legítima e legal dos cidadãos e das classes sociais. Caberá à oposição dar vitalidade ao que já existe e força ao que quer vir à existência. Mais do que isto. Estão esboçadas as grandes linhas não apenas para um "capitalismo civilizado", como querem os governantes, mas para um "capitalismo justo", como deseja a democracia cristã(...).

"(...) Se passarmos da linha democrática-cristã à Internacional Socialista, vários pontos programáticos se alteram, sem contudo abolir o traço, comum, aqui designado como estilo social-democrata. A Internacional Socialista procura distinguir entre partidos social-democratas e partidos de socialismo democrático: "(...) os primeiros aceitam o Estado do Bem-Estar como seu objetivo, enquanto os últimos vêem a social-democracia como um estágio na direção do estabelecimento do socialismo democrático."(...).

"(...) [Por exemplo] A formação de uma frente democrática e patriótica, ao forçar o caminho de democratização, força também o recuo de tentativas para um retrocesso autoritário. O sistema de alianças entre os setores progressistas é a única tática possível no estado "atual das correlações de forças", [Abril de 1980], pois este se mostra pouco favorável a qualquer proposta que não vise à institucionalização democrática dos conflitos sociais, evitando os focos de tensão e os momentos de confronto, nos quais as forças democráticas, em geral, e a classe operária, em particular, sairiam perdedoras(...).

"(...) Examinando as práticas e propostas dos trabalhadores não podemos afirmar que sejam prematuras ou voluntaristas (isto é, esquerdistas), nem que sejam reformistas (isto

é, social-democratas), nem que sejam revolucionárias (o projeto de um governo dos trabalhadores e da autogestão social, expostas nos programas como demonstração de que, no futuro, não haverá necessidade dos aparelhos do Estado). Por que tais classificações não teriam cabimento? Por que não classificar os trabalhadores como o fizemos com o restante das oposições? Por um lado, porque, no caso destas últimas, o que designamos como estilo social democrata é explícito. Mas, por outro lado, porque, no caso dos trabalhadores, a indeterminação das propostas é, justamente, sua grande novidade e etiquetá-las seria eliminar aquilo que, por serem indeterminados, as põe no movimento da história: seu sentido como seu por vir. (...)."

Marilena Chauí
(in Cultura e Democracia, São Paulo,
Editora Moderna, 1ª edição, 1980).

"(...) Mostra como a conversão do marxismo de método de análise em ideologia oficial é paralelo à transformação do marxismo de método de análise em religião secularizada, portanto um conjunto de preceitos que possuem a estagnação do pântano. Eis que a ortodoxia do método é substituída pela ortodoxia do lugar-comum. Todo conteúdo humanista de Marx como filosofia da desalienação é transformado num conjunto de preceitos cientificistas positivistas que servem à legitimidade da burocracia dominante. Burocracia como poder exige um saber a serviço do poder, daí a formação de um neopositivismo temperado com teoria de sistemas de Parsons, dominando o clima intelectual. Marx é lembrado a título simbólico, é supervalorizado como mito, como ideologia de Estado e seu conteúdo crítico aparece castrado pelos "Diamat" dos detentores do poder "em nome do proletariado". Em suma, a reivindicação estudantil de Lodz (Polônia) é o término do domínio do marxismo como ideologia oficial, de uma educação moral e cívica às avessas (...)."

Maurício Tragtenberg
(do artigo Ideologia oficial, mentira oficial, in Folha de S. Paulo, p.3, de 21/05/81).

Í N D I C E

Introdução	01
Capítulo I : O Contexto Repressivo da Criação do Conselho de Moradores	39
Capítulo II : A Ação do B.N.H. e a Vila Costa e Silva...	64
Capítulo III: Como foi Estudado o Conselho de Moradores.	120
Capítulo IV : Conclusões sobre o Conselho de Moradores..	149
Bibliografia:	155

I N T R O D U Ç Ã O

INTRODUÇÃO

Se formos falar em problema de habitação no Brasil atual teremos que nos referir aos apontamentos de F.Engels a respeito deste problema no mundo todo (vide a respeito as três partes do livro Contribuição ao problema da habitação, publicadas originalmente em Leipzig, em 1872, no órgão central de imprensa do Partido Operário Social-Democrata Alemão de nome Volksstaat, e contidas em Marx & Engels, Obras Escolhidas, volume 2, Editorial Vitória, Rio de Janeiro, 1ª edição 1956 pgs.107-184).

Teremos que falar nas vilas populares do B.N.H., que podem ser analisadas segundo a posição ideológica do próprio F.Engels, contida no livro acima citado.

Mas isto me parece que não dá conta da complexidade da questão da moradia no Brasil.

Teremos que falar também das favelas do Rio de Janeiro, que a ação habitacional do Banco Nacional da Habitação, o B.N.H. tentou "erradicar", e da influência de militantes do Partido Comunista Brasileiro, o P.C.B., sobre elas, ou seja da base eleitoral de muitos candidatos, em eleições antes de 1964, que estava situada nelas, segundo Anthony Leeds e Elizabeth Leeds, em A Sociologia do Brasil Urbano (Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978; vide especialmente o capítulo VI, "Favela e Comunidade Política: A Continuidade da Estrutura de Controle Social").

Teremos que citar o programa eleitoral do B.O.C. (Bloco Operário Camponês), mais ou menos em 1928, que em seu programa contemplava a luta por moradias para os trabalhadores brasileiros.

Mas, teremos que falar da Assembléia do Povo na atualidade de Campinas, de 1978 para cá, que é uma organização ligada aos favelados e outros proletários nesta cidade.

As favelas são uma solução para o problema habitacional dos proletários? É claro que não uma solução em si mesma.

Porém a sua urbanização in loco, a partir da luta pelos próprios moradores, pela posse da terra onde moram, pode ser que seja.

Esta luta tem sido travada no sentido dos pró -
 prios interessados tomarem as decisões a respeito, dentro
 das linhas de atuação da citada Assembléia do Povo.

Afinal no governo municipal anterior ao atual, e
 que foi até 1982, os favelados ocupantes de terras de proprie-
 dade da prefeitura municipal conquistaram o direito de uso dos
 terrenos dos barracos, por 10 anos, que foi posteriormente der
rogado.

E isto abriu uma brecha jurídica na selva fechada
 da falta de acesso à posse da terra urbana, efetivamente
 ocupada.

Em fevereiro de 1984, a Assembléia do Povo pare
ce que estava reaglutinando os favelados, que segundo uma notí
cia do "Correio Popular" do dia 5 de fevereiro desse ano, se
 preparavam para ir, pessoalmente, mas agrupados é claro, pres-
 sionar o prefeito municipal, fazendo lembrar as práticas dos
 mesmos no governo anterior. Essas práticas e conquistas incomoda
daram muita gente em Campinas. Pois muita gente pensa (ou pensa
 va) que o favelado não trabalha, tem uma vida promíscua, e "não
 merece" ter a posse de um lote de terra que "não comprou como
 eu comprei o meu".

Senão, todo mundo vai querer vir para Campinas e
 "ganhar um terreno", não é verdade?

Mas quem vem com uma economia, seja pobre ou ri-
 co, e compra um terreno, ou aluga uma casa, nem é lembrado, por
que não incomoda, como os favelados, a imagem da "nossa bela
 cidade". Neste caso trata-se de gente normal, que não conspurca,
 com os seus barracos, os "belos padrões urbanísticos" de Campi-
 nas, e os seus excelsos padrões de convivência, com um compor-
 tamento supostamente anti-social. E além disso dá lucros para
 os proprietários de lotes na periferia da cidade, que esperam
 os mesmos se valorizarem, para, depois, fazerem o loteamento .
 Note-se que nos bairros tradicionais e ricos de Campinas, onde
 existem os antigos e belos casarões de Campinas, como na aveni
da Júlio de Mesquita por exemplo, os seus proprietários não que
rem nem saber se o urbanismo do passado vai ou não, ser preser
vado, e as casas tombadas pelo poder público, preferindo sem-
 pre vendê-los a "preços de mercado" para realizar imediatamen-
 te os lucros monetários possíveis, e propiciando assim a multi

plicação dos "espigões" que enfeiam a cidade e são um testemunho da operação da especulação imobiliária, que preside a mesma sabedoria dos que estocam glebas à espera de valorização de preços na periferia da cidade.

A luta dos favelados, reunidos em torno da Assembléia do Povo como eu dizia, apresentou resultados efetivos. Para dar uma indicação do que foi dito logo acima a respeito da sociabilidade dos favelados vou citar algumas informações a este respeito.

Em 1981, o problema das favelas esteve em evidência em Campinas devido justamente à movimentação dos favelados, nas práticas e conquistas mencionadas, conforme se deduz pela leitura dos jornais locais, e mesmo da capital do estado, data dos daquela época.

Assim, a propósito, a reportagem Campinas discute quem é o favelado, da "Folha de S. Paulo", edição de 04/06/81, às páginas 16, de autoria de Laerte Ziggiati, cita os debates que se desenrolaram com referência primeiramente ao "... direito de uso por tempo indeterminado dos terrenos ocupados pelos favelados de Campinas...", que embora estivesse "... garantido pela lei nº 5.079, promulgada em 30 de março deste ano [1981], e pelo decreto nº 6.449...", estava sendo questionado pela Câmara Municipal que, embora fosse composta por maioria de membros do antigo M.D.B., vinha "...reiterando suas dúvidas sobre a legalidade do que ficou conhecido na cidade como "projeto dos favelados" e também em segundo lugar, com referencia à condição social dos favelados.

Com relação ao primeiro ponto o autor da matéria afirmou que "O cerne do conflito é o decreto baixado pelo prefeito Francisco Amaral que muda a classificação dos terrenos ocupados, transferindo-os da classe de bens de uso comum do povo, para a de bens patrimoniais, que, de acordo com lei federal, podem ser concedidos para fins determinados, por ato do Executivo. Embora a Câmara não possa anular o decreto, ela pretende entrar na Justiça com um mandado de segurança contra o ato do prefeito."

E com relação ao segundo ponto, ele afirmou que "Os debates sobre o projeto não se restringem ao plano legal, estando rodeados por toda uma questão social que cerca as atitu -

des dos vereadores, situando-os, em sua maioria, em posição contrária às intenções do executivo campineiro."

Mas, além disso o autor da matéria formulou o seguinte: "Paralelamente ao debate oficial, dinamizando-o, movimenta-se a opinião pública, que à primeira vista vem se posi-
cionando contra a concessão das áreas municipais. Nesse senti-
do, nos últimos tempos, uma onda de preconceitos e imagens es-
tereotipadas vem sendo elaborada, cristalizando-se uma visão negativa do favelado."

Neste sentido, afirmou a seguir o autor da re-
portagem: "a idéia de que esse setor da sociedade é composto ba-
sicamente de marginais e ladrões é quase corrente em Campinas,
desde o momento que o prefeito encaminhou à Câmara o projeto. Uma
das frases mais comuns é a de que "favelado não quer nada com tra-
balho", geralmente acompanhada pela certeza de que favelado mo
ra em favela porque é preguiçoso e acomodado. Esses preconcei-
tos, ao qualificarem a favelado como um "cancêr da sociedade",
estão na base da argumentação tecida pelos vereadores, que
apontam para o perigo da cidade transformar-se num "paraíso de
favelas"."

Ele afirmou, ainda que "Há dois anos convivendo
em profundidade com famílias faveladas, Maria Valladão colhe
dados para sua tese de mestrado em Antropologia para a Univer-
sidade Estadual de Campinas (U.N.I.C.A.M.P.). O trabalho versa
sobre o modo como essas unidades domésticas (as favelas) rela-
cionam-se com a cidade e vice-versa. Em sua opinião, o distan-
ciamento aparente cidade/favela, responde pelo surgimento de
estereótipos que parte da população formula em relação às fave-
las, cuja função é de mascarar as relações sócio - econômicas
existentes. "A formulação de imagens — argumenta a antropólo-
ga — facilita a adoção de medidas políticas que muitas vezes
não são favoráveis aos favelados"."

E continua o articulista: "Esses preconceitos
são originados na forma como o favelado se instala no local, con
figurando-se uma área habitacional esteticamente pobre." A cons-
trução de um barraco em vez de casa de alvenaria — salienta Ma-
ria Valladão — que é mais usual, na cidade, tende a ser vista
como inadequação em vez de uma adequação a uma situação precá-
ria imposta pelos baixos salários pagos a esses segmentos da

sociedade. Por isso, a primeira impressão pode ser de desordem, de sujeira, pela aparente falta de planejamento na construção de barracos."

"Entretanto", continua a matéria do jornal, "os preconceitos em parte originados desses aspectos estéticos, servem, na verdade, segundo as conclusões a que chegou a antropóloga em seu trabalho, como racionalizações que mascaram uma relação de exploração." O fato é que a existência de favelas numa cidade não é um caso apenas de pobreza, de inadequação, mas de uma necessidade de se dispor de amplas camadas da população que podem ser utilizados nos setores menos dinâmicos da economia e que resultam sempre nas mais baixas remunerações. O mesmo tipo de desvalorização que se aplica à empregada doméstica, justificando-se o baixo salário que lhe é pago, assim também é feito ao favelado. Ao rotulá-lo de "vagabundo", mantém-se desvalorizado esse contingente de mão-de-obra".

E continua o autor da matéria: "Há uma contradição flagrante. A mesma cidade que atrai e atrai migrantes em busca de uma vida melhor e que, em sua maioria, vão formar as favelas, faz vista grossa para as moradias precariamente construídas, pelo fato de que essa mão-de-obra vai preencher serviços indispensáveis ao funcionamento urbano." De repente, a cidade se dá conta de que dificilmente poderá arcar com toda essa massa de gente que tende a crescer cada dia mais. E mais revoltada fica quando esta massa tende a se organizar, a exigir coisas, salários, benefícios urbanos, o que o restante da sociedade não está disposta a compartilhar" — afirma a antropóloga.

E conclui então, o autor da matéria jornalística: "Na opinião de dona Maria Raimunda de Souza, favelada, "tudo isso é um meio de humilhar a gente, que é obrigada a pegar todo serviço bruto que aparece. Na minha casa ninguém é vagabundo. Eu não entendo essas pessoas que não se compadecem das misérias humanas. Se a gente que luta tanto pela vida vem morar num lugar daqueles, numa lama daquelas, é porque não tem condições de pagar um aluguel ou de construir uma casa num terreno melhor. Mas a gente tem lutado muito para melhorar a vida".

E os tecnocratas do B.N.H., desde há muito tempo em todo o Brasil, e a prefeitura atual do P.M.D.B., já perceberam que a luta dos favelados pode ser absorvida pelos poderes estatais, a nível

federal e à nível municipal.

Assim, a atual prefeitura municipal de Campinas está, de acordo com as diretrizes do B.N.H., tentando "urbanizar as favelas", mas sob a sua direção.

A atuação do B.N.H., neste sentido, inicialmente violenta na cidade do Rio de Janeiro, (vide Anthony Leeds e Elizabeth Leeds, ob.cit., cap.VI) através da remoção de favelas, e que estava intimamente relacionada à criação deste órgão estatal, foi sendo substituída pela referida urbanização in loco das mesmas, pelo menos como uma tentativa.

Em Campinas, a organização dos favelados, reunidos em torno da Assembléia do Povo, a partir, mais ou menos, de 1979, consistia na sua ação mais ou menos autônoma, por exemplo com as melhorias das favelas sendo realizadas através dos mutirões, e sob a direção dos próprios moradores, e também da luta no plano das reivindicações por várias coisas (serviço de água, de luz, de pavimentação das ruas, etc.), à prefeitura municipal, que estava ocupada pelo antigo M.D.B.

Esta luta foi bem sucedida, a princípio, num aspecto muito importante, quando o então prefeito municipal, o Sr. Francisco Amaral, do M.D.B., depois de várias assembleias reivindicatórias nas escadas do prédio da prefeitura, confirmou o já referido direito de uso real dos terrenos das favelas por dez anos, como já foi mencionado em 1981, o que pôde ser encarado como uma conquista dos favelados.

Mas os interesses contrários venceram e esse direito foi derogado pela Câmara Municipal, dentro dos debates citados por Laerte Ziggati, conforme se pôde ler linhas acima.

Quero acrescentar que a atividade social dos membros da Assembléia do Povo, se bascia, pelo que eu deduzi de conversas com um dos seus membros o Sr. Alcides Mamizuka, que atualmente é um vereador pelo P.T. na Câmara Municipal local, na concepção ideológica de que os setores mais pobres da população brasileira, os mais depauperados pelo avanço da urbanização, e que estão à margem da sociedade no desenvolvimento industrial do Brasil, ou seja as populações chamadas de marginais, e que não estão integradas à sociedade brasileira pelo consumo por exemplo, são os portadores na atualidade, de um potencial de negação desta sociedade, e que portanto, podem lutar como sujei-

tos históricos pela transformação social da mesma. Esta concepção exclui os setores relativamente pobres, mas integrados à sociedade pelo consumo por exemplo, da condição de agentes sociais principais dessa transformação, e ao mesmo tempo, valoriza o papel dos intelectuais ativos e autênticos, identificados à luta dos proletários contra qualquer opressão social, luta que, quero crer, inclui os posseiros rurais, os camponeses e outros trabalhadores agrícolas que vivem em situação de extrema privação social. Valoriza também a colaboração de outros setores sociais oprimidos, mas não como ocupantes do lugar social principal da negação dessa sociedade.

Isto posto, quero considerar neste ponto, o que desde então, tem sido feito pela atuação da prefeitura municipal de Campinas em relação à população favelada, e o que não se fez em termos da ação autônoma pela mesma população, ou que foi impedido de se realizar, nos mesmos termos.

De lá para cá, o atual prefeito do P.M.D.B., o Sr. José Roberto de Magalhães Teixeira, atuou em linha de oposição à Assembléia do Povo, e desde a época em que ocupou interinamente, por diversas vezes a prefeitura, isto antes de 1982, tentou conquistar os favelados para aceitarem, sob a direção da prefeitura, a urbanização "in loco" das favelas.

Quero citar que esse político realizou inclusive, um seminário de estudos sobre as favelas, conforme a leitura do jornal Correio Popular por volta de 1981, quando alguns convidados de prestígio junto aos movimentos sociais não compareceram. Pareceu claro então, para mim, que ele tentava implementar uma ação do governo municipal junto aos favelados, procurando desorganizar e tirar a força de atuação da Assembléia do Povo, e que se constituísse numa alternativa à ação desta.

Mas não se esqueceu de aproveitar aquilo que a Assembléia do Povo lançara e, pelo menos em Campinas, inventara: a obtenção pelos favelados, da posse da terra dos seus barracos e a urbanização das favelas, incentivando ainda os moradores a realizarem, nos projetos conduzidos pela prefeitura, o tradicional e já citado mutirão para levarem a cabo a construção das casas.

Foi dentro deste esquema de usar me parece, o projeto da Assembléia do Povo para os favelados mas desfiguram

do-o, que nasceu depois, o projeto "João de Barro" para a "reurbanização de favelas da cidade", com a tentativa do empréstimo pela prefeitura de Campinas, de Cr\$ 3,2 bilhões junto ao B.N.H. e ao B.A.N.E.S.P.A. (Banco do Estado de São Paulo).

"Desse total, pouco mais da metade, equivalente a 90 mil UPC's, será utilizado na implantação de infra-estrutura e urbanização de favelas, ficando o restante para, através da C.O.H.A.B. ser transferido aos beneficiários finais do programa, os favelados, objetivando financiar a aquisição de materiais para construção de habitações" (segundo notícia do jornal Correio Popular, edição de 24/11/84, à pág.3).

Esta é uma atuação da prefeitura que tenta obter a verba junto aos dois organismos citados, também tenta a sua aprovação na Câmara Municipal, onde o P.M.D.B. tem maioria de membros (mais da metade se não me engano), e tenta por que não dizer, o apoio dos próprios favelados.

Assim, com relação a estes apoios outra notícia do Correio Popular de 10/01/85, com o subtítulo Urbanização de favela terá Cr\$900 milhões, afirma que: "O projeto para urbanização da favela da Vila Georgina ganhou mais força na manhã de ontem quando o gerente da carteira de erradicação da subabitação do B.N.H., Gustavo Heck, assistiu a um audiovisual sobre o programa que vem sendo desenvolvido em Campinas e mais explicações do prefeito Magalhães Teixeira, do secretário da Promoção Social e do presidente da C.O.H.A.B.-Campinas.

"Para Gustavo Heck, a visita "foi feliz" pois estava vendo que a nova filosofia do B.N.H. está sendo entendida em Campinas." Vejo que a reurbanização das favelas é uma solução para o problema habitacional, de uma forma democrática". Para o gerente do B.N.H. o primordial "é a melhoria" através de infra-estrutura para que a população "satisfaça seus desejos", acreditando que após a implantação do projeto João de Barro, com juros baixos, "o difícil será, futuramente, segurar a demanda".

"Heck diz que a nova filosofia do B.N.H. para a erradicação das subabitações passa diretamente pela Prefeitura que é "quem pode dar solução para aproveitamento do espaço urbano e quem conhece a realidade". Para ele, o programa mostrado pelo secretário Darcy Paz de Pádua e pelo presidente da C.O.H.A.B., Antonio Galvão Coelho de Miranda, é bem concebido

"concreto e feito com os pés no chão", prometendo, de sua parte, levar o pedido de recursos, apoiar "e me empenhar nessa proposta", afirmando que o principal problema habitacional esbarra na inexistência de "uma política fundiária que tem de partir do município".

"O pedido para liberação de verba de Cr\$ 900 milhões para a infra-estrutura e mais uma linha de crédito para 900 unidades habitacionais não implica que tal financiamento para aquisição de material, venha ser limitada apenas para construções na favela da Vila Georgina, onde serão construídas 413 unidades. O empréstimo para maior número permite a abertura de condições para que pessoas de outras favelas consigam recursos para suas construções.

"Quanto ao prazo para liberação do dinheiro, Gustavo Heck não quis adiantar nenhuma data afirmando, entretanto que de parte da gerência de São Paulo, o programa está aprovado, devendo ser encaminhado para que a diretoria do B.N.H. tome a decisão final mas que, possivelmente, tal decisão deverá contar com aprovação ou entendimento do futuro governo a ser eleito em 15 de janeiro.

"Pelo projeto João de Barro, aqueles que pegarem 120 UPC's, aproximadamente Cr\$ 2,8 milhões, pagarão uma prestação mensal de menos de 0,5 UPC's, Cr\$ 11,5 mil, para financiamentos de até 30 anos, sendo que a renda exigida é de Cr\$ 115 mil, 80% do salário mínimo".

Nestas linhas posso perceber em primeiro lugar o que vinha sendo dito, ou seja o poder estatal, em termos da prefeitura municipal de Campinas, tenta conquistar os favelados para o seu programa de desfavelamento, e para isto não tem qualquer escrúpulo em se associar ao governo federal, através do B.N.H., e que representa uma ação estatal na vida dos favelados, no caso os da Vila Georgina, e prometendo posteriormente estender para outras favelas as "erradicação das subabitações".

Isto, em termos do que formula H. Marcuse, nada mais significa do que integrar socialmente os favelados, pelo menos em termos de compra dos materiais para as construções. E estes vão ser comercializados com preços (estes aparentemente baixos, pelo menos por enquanto, desde que o financiamento proposto é de 30 anos) impostos, e com um ritmo de construção das

casas aparentemente deixado em aberto.

De fato, a notícia citada acima, do Correio Popular, de 24/11/84, às pgs.3, sob o título Pedidos mais 3 bilhões para casas "João de Barro", afirmou no seu final que "Por outro lado, Cr 1.608.030.000,00 serão tomados para que a C.O.H.A.B. financie aos favelados interessados a aquisição de materiais para construção de suas casas. Esses financiamentos serão formalizados mediante contratos de mútuo, com ou sem garantia hipotecária, a níveis compatíveis com os salários dos interessados"

Assim as prestações mensais seriam compatíveis com os salários dos favelados. Ou seja, com isto eu posso supor que o valor das mesmas, citado acima, tenha sido pesquisado ou calculado por agentes sociais da prefeitura municipal. Isto eu deduzo que aconteceu, em virtude da atuação nesse sentido, que 20 assistentes sociais da prefeitura tiveram, num fim de semana no Parque Shangai (em que pessoas"... ocuparam as casas que estavam abandonadas há dois anos", as quais"... não as desocuparão conforme o mandado expedido pelo juiz de direito da Quarta Vara Cível, Luiz Carlos Ribeiro Borges", numa decisão tomada em assembléia por moradores e ocupantes das casas do bairro, sob a alegação"... de que as casas serviriam novamente para refúgio de marginais, além de serem apedrejadas"). (vide o jornal Correio Popular, Invasores do Shangai não deixarão casas, notícia à p.3, na seção "Local", edição de 22/12/84).

Segundo esta notícia, "Os moradores, tanto mutuários como ocupantes esperam que as empresas cobrem prestações condizentes com a renda mensal dos mutuários do bairro, que varia entre dois e três salários mínimos. Para tanto realizarão uma passeata às 18 horas de hoje [22/12/84], que sairá do Terminal II [de ônibus] com destino à Prefeitura para sensibilizar a população, Sociedades Amigos de Bairro, vereadores e Sindicatos que lutem a seu favor."

E aí entra na mesma notícia, a citada atuação das assistentes sociais:

"Das 564 casas ocupadas, apenas 40 são resididas por antigos mutuários que deixaram de pagar suas prestações devido a abertura de falência da financiadora. Estes dados foram levantados por cerca de 20 assistentes sociais da Prefeitura que no último final de semana fizeram uma triagem de todos

os moradores para saber a renda familiar, antigo endereço, número de familiares, emprego e o valor que estas pessoas poderiam pagar pela aquisição das casas."

Esta atuação da prefeitura municipal parece que tem sido uma constante em relação às populações faveladas.

Assim, argumentando ainda com as informações jornalísticas, pode ler-se na notícia acima citada a respeito das informações que a prefeitura municipal, através do prefeito municipal e do secretário da Promoção Social, e a C.O.H.A.B.-Campinas, através do seu presidente, deram ao gerente da carteira de erradicação da subabitação do B.N.H., o sr. Gustavo Heck, no sentido da existência de um programa da prefeitura municipal e da C.O.H.A.B.-Campinas, justamente de erradicação da subabitação, e particularmente das favelas, o que foi chamado pelo referido gerente de "reurbanização das favelas" de Campinas. Este senhor se referiu ao fato de que a "a nova filosofia do B.N.H. para a erradicação das subabitações" passa diretamente pela prefeitura que é "... quem pode dar solução para aproveitamento do espaço urbano e /ê/ quem conhece a realidade".(vide acima, a respeito, a notícia citada do Correio Popular).

Na mesma notícia foi escrito que o secretário da Promoção Social e o presidente da C.O.H.A.B.-Campinas apresentaram ao referido agente social do B.N.H., o programa, que é pelo que deduzi de erradicação das favelas, que foi considerado por ele como "concreto e feito com os pés no chão".

E este agente social estatal citou o que, para ele é o principal obstáculo para a solução do problema habitacional: "a inexistência de uma política fundiária", que teria que partir do município, tomado de modo genérico no Brasil.

Então, existiria em Campinas, um começo de política fundiária que pode muito bem se tratar do que foi tornado concreto, eu deduzo, pela conquista dos favelados locais, em ligação com a Assembléia do Povo, ou seja, o direito de uso real do solo pelos mesmos.

Eu deduzi que este direito que havia sido derrubado foi novamente tornado efetivo, através do mesmo tipo de informações, as jornalísticas.

Assim, a notícia Mais oito projetos de terra para favelados, do Correio Popular, na edição de 18/11/84, à pági

na 4, na página "Local", diz que "Dentro de seu programa de concessão do direito de uso real do solo aos favelados, a Prefeitura já tem prontos mais oito projetos de desafetação de terras para envio à Câmara ainda no atual exercício legislativo. Providências nesse sentido já foram tomadas pela Gerência de Assuntos de Urbanização, da Secretaria de Promoção Social e pela Secretaria dos Negócios Jurídicos. Outros oito projetos estão em fase de conclusão, de um total de 40, que dependem de autorização legislativa para que as favelas possam se urbanizar e os terrenos oficialmente cedidos aos moradores."

Assim se aclara mais o que vem a ser o programa tão elogiado pelo Sr. Gustavo Heck, conforme as linhas acima: ele está situado em volta da "concessão" do direito de uso real do solo pelos favelados, e que na verdade foi conquistado conforme venho argumentando.

Outra notícia do Correio Popular, de 24/11/84, às páginas 3, sob o título Mais 16 favelas desafetadas para concessão do uso real, se refere a um Plano Municipal de Urbanização de Favelas, que "... está dando mais um passo para que um número maior de pessoas tenha o direito de uso real de determinadas áreas, conforme programa iniciado na Administração Francisco Amaral". E continua: "Na quinta-feira o prefeito Magalhães Teixeira encaminhou à Câmara Municipal o projeto de lei para desincorporação de 16 áreas da classe de bens públicos de uso comum do povo para a de bens patrimoniais, condição básica para que se possa conceder o direito de uso real para os moradores de algumas das maiores favelas do município.

"Nesse projeto de lei, são beneficiados os moradores das favelas do Jardim Ieda, Jardim Capivari, Jardim Santa Lúcia, Jardim Irmãos Sigrist, Jardim Nova América - Viracopos, Jardim Londres, Jardim Alvorada, Jardim Conceição, Jardim das Bandeiras e Jardim Novo Campos Elísios - 4ª parte.

"(...) A aprovação do projeto de lei pela Câmara Municipal deverá ser tranquila, como já aconteceu de vezes anteriores, privilegiando outros núcleos de favelados. Depois dessa providência oficial, as associações de moradores das favelas poderão solicitar à gerência de Favelas os projetos de urbanização de seus núcleos que poderão se viabilizar mais facilmente caso seja aprovado o empréstimo para o projeto João-de-

Barro".

Fica claro, portanto, que a conquista dos favelados em 1981, do direito de uso real do solo de seus barracos, quando situados em terrenos de propriedade da prefeitura municipal, por dez anos, foi transformado em programa de concessão desse direito.

E se trata de um programa que vai "conquistar" os favelados, pois nas palavras do sr. Gustavo Heck, conforme as linhas acima com "(...) a implantação do projeto João de Barro com juros baixos, "o difícil será, futuramente, segurar a demanda".

Então, esse projeto João-de-Barro, parece ser a esperança de uma catalização em termos da erradicação das favelas, e o governo federal, através do B.N.H. deverá apoiar completamente esta atuação estatal junto aos favelados.

Se já está delineado um casamento perfeito, entre esses dois governos, é de prever-se que com a posse do novo governo federal, essa união se tornará indissolúvel, tanto em termos de verbas fluindo para Campinas, como mencionou o sr. Gustavo Heck, quanto em termos sociais de integração dos favelados à sociedade brasileira no que concerne ao pagamento da moradia em termos de mercado habitacional, e também no que concerne ao consumo em geral de mercadorias industrializadas, na linha das tendências citadas por H. Marcuse, que serão mencionadas, em parte, adiante.

Esta integração social compreende uma administração de todos os setores sociais, mas principalmente dos socialmente dominados, pelo Estado e pelos interesses dominantes nas sociedades atuais. Esta administração possui, segundo o mesmo H. Marcuse, características totais e mesmo totalitárias.

Afinal não é neste sentido que aponta a totalização do programa para as favelas em Campinas? Parece-me que sim, embora Marcuse tenha escrito sobre os países industriais desenvolvidos.

Resta saber pelo outro lado do problema, o da autonomia dos favelados (ao lado de outras camadas sociais oprimidas), o que vai acontecer na continuação de sua luta. Será que a sociedade industrial, segundo o conceito do mesmo H. Marcuse, que se está formando no Brasil, vai absorver socialmente os favelados de Campinas e de outras partes do país?

Será que eles e outros setores sociais oprimidos ou fortemente privados de um mínimo de condições mínimas de vida (ver abaixo as citações do mesmo H. Marcuse sobre as necessidades sociais básicas e o direito à sua satisfação) serão conquistados pela "conscientização" da "necessidade" de entrar no mencionado programa, e em outros, êstes de caráter consumista?

É bom, creio, tornar a dizer que esse programa é uma escamoteação de luta dos favelados pela posse da terra em que moram, e que não se esgota creio, com o direito de uso real dessa terra, e que, além disso, poderá ao que parece, até lhes viabilizar uma moradia melhor e em local urbanizado (segundo os padrões comuns ou das classes dominantes na sociedade brasileira), mas que perderá o caráter de conquista, e os envolverá numa trama de relações sociais que os deixará amarrados a políticos, aos agentes sociais da prefeitura e a membros de setores sociais dominantes, o que significará, então uma perda de autonomia em relação à sua luta "inicial", e até uma perda, talvez de liberdade em relação ao seu modo de vida (por exemplo em relação ao controle social sobre as suas vidas que os referidos agentes sociais quererão exercer, ou que os "irresistíveis" padrões de consumo, como os sugeridos pela indústria cultural, irão também exercer sobre eles).

Isto será inevitável? A resposta pertence a eles próprios e outros membros de setores sociais oprimidos pelos agentes do capital, mas não só por eles, e sim por todos os tipos de interesses dominantes e exploradores da nossa sociedade.

Pode observar-se como os agentes sociais da prefeitura local encaram o programa de desfavelamento, que eles chamam de urbanização das favelas, que está, pelo que foi exposto acima, para entrar em "ritmo de Brasil grande", pelas seguintes citações jornalísticas: uma outra notícia do jornal Correio Popular, sob o título Um pedido de 900 mil para o "João de Barro", edição de 09/01/85, às páginas 3, se refere ao pedido de financiamento para o projeto de infra-estrutura da Vila Georgina e que seria encaminhado ao B.N.H. pelo já citado gerente da carteira de erradicação da subabitação daquele órgão, o também já mencionado sr. Gustavo Heck, através do plano "João de Barro".

"O projeto "João de Barro" consiste na erradicação das favelas, com financiamentos junto ao B.N.H., através da C.O.H.A.B., que se encarregará do pagamento e do trabalho de infra-estrutura, ou seja, drenagem pluvial, terraplanagem, abertura de ruas, rede de esgoto e água. Posteriormente, através de outro financiamento, calculado em torno de Cr\$ 1,2 bilhão para o caso da Vila Georgina, haverá a construção de 413 moradias de baixo custo, num sistema de mutirão.

"O juro estabelecido para os moradores, segundo o presidente da C.O.H.A.B., Antonio de Miranda, será de 1% enquanto que os Cr\$ 900 milhões da infra-estrutura serão pagos pela municipalidade". Esta matéria jornalística continua e termina, afirmando: "O Jardim Santa Lúcia também está merecendo a atenção da administração pública para que seja incluído no projeto "João de Barro". No entanto, o elevado custo do serviço de infra-estrutura, segundo estudos realizados pela C.O.H.A.B. e S.A.N.A.S.A. Órgão municipal que cuida da água em Campinas, devido à canalização na área, considerada dispendiosa, tem originado uma pesquisa mais profunda pelos órgãos municipais, que não desejam levar muito tempo em apenas uma favela, pois prejudicaria outros interessados no projeto.

"Caso o serviço previsto para a favela do Jardim Santa Lúcia seja realmente difícil e de valor elevado, é possível, segundo Antonio Miranda que outra favela seja escolhida". (os grifos são meus).

Portanto a prefeitura quer realizar o desfavelamento em núcleos de favelas onde os resultados sejam rapidamente obtidos, o que está de acordo com a visão do Sr. Gustavo Heck, citada acima, de que a demanda de favelados por projetos deste tipo, se tornará irresistível se o projeto João de Barro for vitorioso.

Segundo outra notícia do mesmo jornal o Correio Popular, de título Favelados terão terra no primeiro semestre, constante da edição de 05/01/85, às ps.3, o prefeito municipal local afirmou que poderão ser entregues 20 títulos de concessão de direito de uso real da terra, para moradores de diversas favelas até a metade deste ano. E no final da notícia está escrito que "Com isto, a Prefeitura de Campinas pretende terminar com as favelas da cidade, além da lei em vigor de autoria

do prefeito que proibe a expansão das favelas de Campinas "

Note-se que se pretende impedir o surgimento de novas favelas em consonância com os desejos da "opinião pública" e também fazer o desfavelamento com a prefeitura e a C.O.H.A.B.-Campinas viabilizando os planos do B.N.H. nesta cidade.

Aliás, também com relação às casas populares financiadas pelo banco citado, os governos municipais do antigo M.D.B. e do atual P.M.D.B. viabilizaram muito bem os planos do governo federal, desde de antes de 1970, e o fizeram melhor vez do que o faria um governo municipal da antiga A.R.E.N.A. , ou do atual P.D.S. Mas isto será tratado no capítulo 2.

Neste ponto quero voltar a uma consideração anterior que diz respeito à atuação de agentes sociais da prefeitura na obtenção de informações sobre a vida dos favelados, para poder equacionar a intervenção do governo municipal nas favelas.

O que foi feito no Parque Shangai e que foi mencionado acima, deve estar, provavelmente, sendo feito nas favelas, pois segundo me consta, desde há muitos anos a Secretaria de Promoção Social da prefeitura municipal realiza coletas de informações junto aos favelados. E agora para organizar um programa que pretende catalizar os interesses dos favelados, e também, me parece os da chamada opinião pública, cujo apoio se procurará ganhar para o referido programa (é bom lembrar dos debates sobre os favelados, em 1981, em Campinas, conforme o artigo de Laerte Ziggiatti citado em linhas acima, e que considerava a percepção que grande parte da população local tinha e, creio, ainda tem para com os favelados) é de supor-se que este já havendo uma extensa coleta de informações junto aos favelados, para "equacionar" o mesmo programa.

Mas, então, como eu escrevia acima, sobre as prestações previstas no caso da Vila Georgina, para a compra dos materiais de construção, os preços das prestações devem ter sido calculados com base na coleta de informações sobre a vida dos favelados.

Eu escrevia que estas prestações são, talvez, baixas relativamente a outras prestações que a própria C.O.H.A.B. cobra, em outros financiamentos, conforme vou considerar no capítulo 2 (e será que são baixas em relação à renda de todas as

famílias?).

Mas, é provável que depois da "infra-estrutura" construída, poderá haver, talvez, uma pressão de agentes sociais da prefeitura e da C.O.H.A.B., em termos de uma administração da vida dos favelados, conforme eu sugeri acima, para que quem esteja atrasando a construção, renegocie os empréstimos, ou faça novos empréstimos para "se colocar dentro da média" dos seus vizinhos e todo o bairro.

Neste último, provavelmente os terrenos terão se valorizado, mas o estatuto legal do direito de uso real dos mesmos, não permitirá também provavelmente, a sua venda. Então talvez aconteça do "ex-favelado" ter que ir procurar moradia numa outra ... favela, apesar de que tendo a sua vida administrada pelos agentes sociais estatais, ele será "assessorado" para superar as dificuldades, isto muito provavelmente.

E aí entra, nestas interferências na vida dos favelados, algo mais que foi mencionado pelo Sr. Gustavo Heck, e que está na notícia acima citada: a mudança do governo federal, que poderia abrir esperanças a quem ingressa no esquema do B.N.H., mas que talvez represente apenas uma continuação mais eficaz das atuações estatais para com o problema da moradia.

Mas não podemos esquecer com relação ao favelado genérico, acima mencionado, de uma possível perda de emprego, ou de uma possível situação de sub-emprego que o favelado pode estar já sofrendo ou vir a sofrer. Afinal, ele tem que competir no chamado mercado de trabalho, com pessoas da mesma condição social, porque os agentes sociais do capital o obrigam a isto, e apesar de muitos ideólogos (no bom sentido da palavra) afirmarem que o motor do capitalismo seja a competição entre as várias "frações do capital", e não a referida competição entre os trabalhadores que seria para eles um ponto secundário.

Isto se reforça se consideramos a introdução do processo social da automação na indústria e nos serviços, e que será mencionada adiante, nestas linhas. Provavelmente aquele favelado irá concorrer com um número ainda mais "desequilibrado" de companheiros pela vaga de trabalho. Mas ... e a chamada política econômica do novo governo federal? Não se podem esperar melhorias para os pobres, inclusive em termos da intervenção estatal no problema da moradia?

Tentarei escrever alguma pouca coisa a respeito, adiante.

Porém creio que ficou mais ou menos claro que a atuação autônoma dos favelados, na luta por melhorias, mas sob a sua própria direção, como o proposto pela Assembléia do Povo, está sendo esvaziada pela ação de órgãos estatais, como é o caso da Prefeitura Municipal de Campinas, isto se tentamos encarar as relações sociais correspondentes sob o ângulo dos interesses maiores no problema, ou seja os favelados, o que eu, de minha parte, só poderia realizar de modo impróprio e incompleto. Sob este ângulo, o que eu posso perceber é que o problema das favelas está apresentando a tendência a ser administrado pelo poder estatal e pelos interesses dominantes na sociedade brasileira, em termos inclusive de clientelismo social e de cooptação social, conforme as características que Herbert Marcuse descreveu a respeito da manipulação das necessidades das populações que ele chamou de subjacentes, conforme eu cito em linhas adiante.

Mas, os espertos tecnocratas do B.N.H. já enxergaram outra solução espontânea da moradia das populações pobres das cidades médias e grandes no Brasil (grande parte das quais emigrada da área rural): a compra, em prestações mensais, de um lote de terra nas áreas mais afastadas do centro das cidades, para a construção gradativa da moradia, muitas vezes pelo sistema de mutirão entre os parentes ou os vizinhos. Enxergaram e criaram o P.R.O.F.I.L.U.R.B. (Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados), dentro do sistema de financiamento com dinheiro saído do F.G.T.S.: se a população pobre compra espontaneamente os seus lotes, quanto mais não fará com um financiamento do B.N.H.?

Segundo Célia Leitão Ramos (tese de mestrado de Antropologia, A gente do Londres, U.N.I.C.A.M.P., mimeo, 1976) todo o bairro do Jardim Londres em Campinas, na região oeste da cidade, foi formado através desse sistema de urbanização espontâneo, que o B.N.H. tentou, em várias regiões do Brasil, ganhar para os seus programas.

Disso também precisamos falar quando pensamos no problema da moradia, ou seja nessa solução espontânea, que, segundo me consta, preenche quase toda a periferia urbana da cidade de São Paulo, e que aparece no Brasil como uma tendência quantitativamente vitoriosa.

Proletários, proprietários apenas de sua força de trabalho, transformados ideologicamente em proprietários de suas moradias, como dizia ENGELS (e segundo referência de Suely Kofes de Almeida em sua tese de Mestrado de Antropologia, Entre nós, Os Pobres, Eles, os Negros, U.N.I.C.A.M.P., mimeografada, 1976)? Mas então esta velha "fórmula reformista" para a solução do problema da moradia está inundando o Brasil, ainda mais se considerarmos a luta pela urbanização in loco das favelas, como as conduzidas adiante sob a inspiração da citada Assembléia do Povo.

Segundo, a tese citada de Maria Suely Kofes de Almeida, existe uma ideologia da casa própria, permeando as representações ideológicas dos membros das famílias proletárias, no Brasil. Ela considera que os moradores das vilas populares em Campinas entre as quais a Vila Costa e Silva "... insistindo com maior ou menor ênfase no "paga pouco" ... revelam, invariavelmente, a adesão ... à ideologia da casa própria, ao "tê uma coisinha, em ordem". (Maria Suely Kofes de Almeida, op.cit., p.29).

Para esta antropóloga "... essa adesão ideológica, ao lado dos altos preços de moradia, que consomem grande parte da renda familiar, leva à procura de habitação onde não se pague aluguel .

"Como isto é impossível, para aqueles que não dispõem de recursos para comprar terreno e construir casa, resta a alternativa de se inscrever na C.O.H.A.B. e aguardar a casa da vila popular. Aí também se paga por mês, mas se paga menos e a casa fica sendo "deles" ou pelo menos, "para os filhos". (Maria Suely Kofes de Almeida, op.cit., pp.29-30).

Ainda conforme Maria Suely Kofes de Almeida a questão da propriedade da moradia pelas famílias das vilas populares da C.O.H.A.B.-Campinas está ligada ao aspecto de individualização dos trabalhadores na sociedade brasileira que é "(...) contraditório às imagens e ao agrupamento habitacional que caracterizam a vila popular", e que constituiriam um aspecto coletivizador dos moradores das vilas populares (vide op.cit., pg.69).

Ela formula ainda que "(...) combinados aqueles fatores contraditórios, numa sociedade que se caracteriza pe -

los princípios a que já me referi (competição, individualismo, propriedade privada), há um aguçamento das necessidades ideológicas de marca de desigualdade." (vide op.cit., p.69). A respeito das necessidades ideológicas e não ideológicas dos trabalhadores no Brasil, inclusive com relação à moradia, eu vou citar mais abaixo, o que escreveu Herbert Marcuse, numa linha de argumentação que já foi iniciada em linhas atrás.

Hã quem considere que os trabalhadores brasileiros optaram pela solução, mais ou menos espontânea, cujas características foram esboçadas linhas acima.

Posso citar a posição de um indivíduo diretamente interessado no problema, um trabalhador de Guarulhos, que durante a preparação do I Encontro da Comunidade para Debater os Problemas do Povo, organizado em São Paulo, em março de 1975, declarou numa conversa informal com outros indivíduos que estavam organizando os debates na comissão de Habitação e Urbanismo, diante de uma pergunta minha, que os trabalhadores no Brasil tinham optado pela construção gradativa da sua casa dentro do ritmo possível para cada família, após a compra, no bairro que fosse possível (ou no futuro bairro), e que o "sistema do B.N.H." contrariava tal opção.

Então nós temos uma polêmica: a estudiosa citada por último admite que comprar um terreno e construir uma casa, dentro da citada ideologia da casa própria, é uma opção para os proletários, e nós temos o "sistema do B.N.H." operando e tentando pelo menos hipoteticamente, apresentar uma opção habitacional para os pobres. Mas, espontaneamente, surgiu outra solução. Fica, me parece, difícil caracterizar como reformista esta solução que está sendo amplamente adotada no Brasil, no caso dos loteamentos espontâneos. É ainda difícil porque se em alguns casos, como no citado da atuação da Assembléia do Povo, existe uma organização voluntária e consciente, para a conquista da posse da terra onde se mora, muito embora, a luta não se limite a isto.

Segundo a mesma Maria Suely Kofes de Almeida, porém, o problema da moradia é de solução inviável numa sociedade Capitalista em termos dos interesses dos trabalhadores, de acordo com a análise de F. Engels que "(...) rejeitava, em princípio os termos desse problema, assim como julgava objetivamen

te reacionária toda tentativa de transformar aqueles trabalhadores em proprietários individuais de suas casas." (M.S.K. de Almeida, op.cit., pp.153-154).

Mas, dentro do problema da habitação eu teria que falar ainda nos cortiços, que o escritor Aluísio de Azevedo abordou no seu livro O Cortiço, escrito por volta de 1891. Ele executou um retrato clássico do tipo de cortiço de área pobre do Rio de Janeiro, "... no início de uma época em que houve preocupação pública com as habitações de baixa renda" (vide Anthony Leeds e Elizabeth Leeds, ob.cit., p.189, nota 3).

Segundo estes autores, "O termo "cortiço" no Rio refere-se a uma construção de vários cômodos, em formato de ferradura, em L, ou retangular, geralmente uma construção de dois andares com um pátio interno comum, com banheiros e serviços de lavanderia. O cortiço era um tipo comum de habitação na passagem do século, embora poucos existam até hoje. O termo é ainda usado em São Paulo para designar casas de cômodos de vários tipos e, geralmente casas decadentes de áreas pobres" (A. Leeds e E. Leeds, ob.cit., p.189, nota 3).

Tentarei dentro do que vem sendo escrito, enquadrar o problema, no interior da abordagem do filósofo H. Marcuse. Segundo este, os fins devem ser operantes sobre os meios para que uma luta da população subjacente possa ser libertadora e escape à manipulação administrativa totalitária como no Brasil parece que começa a acontecer, inclusive em termos de moradia. No caso da posse da moradia, trata-se de uma luta às vezes coletiva como no caso dos favelados da Assembléia do Povo, e às vezes se trata de soluções individualizadas, mas massivas no resultado, como no caso da solução espontânea citada acima. No caso do B.N.H. teríamos um exemplo dessa manipulação administrativa, talvez eu possa dizer, como uma tendência histórica.

A questão deve ser encarada dentro do marco das necessidades sociais, que segundo K. Marx, são historicamente condicionadas. É evidente que a necessidade de abrigo (a necessidade de morar) é uma necessidade universal dos membros da humanidade.

Peço licença para citar Marcuse longamente, para que possa chegar à definição de Necessidade verdadeira, inclusive em relação à moradia.

Num de seus livros, este filósofo, considerando

a questão das liberdades e necessidades (A Ideologia da Sociedade Industrial, pp.25, Zahar), afirmou: "A civilização industrial contemporânea demonstra haver alcançado a fase na qual a "sociedade livre" não mais pode ser adequadamente definida nos termos tradicionais de liberdades econômica, política e intelectual, não porque essas liberdades se tenham tornado insignificantes, mas por serem demasiado significativas para serem contidas nas formas tradicionais. Novas modalidades de concepção se tornam necessárias, correspondendo às possibilidades da sociedade.

"Essas novas modalidades só podem ser indicadas em termos negativos porque importariam a negação das modalidades comuns. Assim, liberdade econômica significaria liberdade de economia— de ser controlado pelas forças e relações econômicas; liberdade de luta cotidiana pela existência, de ganhar a vida. Liberdade política significaria a libertação do indivíduo da política sobre a qual ele não tem controle eficaz algum. Do mesmo modo, liberdade intelectual significaria a restauração do pensamento individual, ora absorvido pela comunicação e doutrinação em massa, abolição da "opinião pública" juntamente com os seus forjadores. O tom irreal dessas proposições não indica seu caráter utópico, mas o vigor das forças que impedem sua realização. A mais eficaz e resistente forma de guerra contra a libertação é a implantação das necessidades materiais e intelectuais que perpetuam formas obsoletas da luta pela existência.

"A intensidade, a satisfação e até o caráter das necessidades humanas, acima do nível biológico, sempre foram condicionados. O fato de a possibilidade de se fazer ou deixar de lado, gozar ou destruir, possuir ou rejeitar algo ser ou não tomada por necessidade depende de poder ou não ser ela vista como desejável e necessária aos interesses e instituições sociais comuns. Neste sentido, as necessidades humanas são necessidades históricas e no quanto a sociedade exija o desenvolvimento repressivo do indivíduo, as próprias necessidades individuais e o direito destas à satisfação ficam sujeitos a padrões críticos predominantes.

"Podemos distinguir tanto as necessidades verdadeiras como as falsas necessidades. "Falsas" são aquelas superimpostas ao indivíduo por interesses sociais particulares ao

reprimi-lo: as necessidades que perpetuam a labuta, a agressividade, a miséria e a injustiça. Sua satisfação pode ser assaz a gradável ao indivíduo, mas a felicidade deste não é uma condição que tem de ser mantida e protegida caso sirva para coibir o desenvolvimento da aptidão (dele e de outros) para reconhecer a moléstia do todo e aproveitar as oportunidades de cura. Então o resultado é euforia na infelicidade. A maioria das necessidades comuns de descansar, distrair-se, comportar-se e consumir de acordo com os anúncios, amar e odiar o que os outros amam e odeiam, pertence a essa categoria de falsas necessidades.

"Tais necessidades tem um conteúdo e uma função social determinados por forças externas sobre as quais o indivíduo não tem contróle algum: o desenvolvimento e a satisfação dessas necessidades são heterônomos. Independentemente do quanto tais necessidades se possam ter tornado do próprio indivíduo, reproduzidas e fortalecidas pelas condições de sua existência; independentemente do quanto ele se identifique com elas e se encontre em sua satisfação, elas continuam a ser o que eram de início — produtos de uma sociedade cujo interêsse dominante exige repressão.

"O prevalecimento de necessidades repressivas é um fato consumado, aceito na ignorância e na derrota, mas um fato que deve ser desfeito, no interesse do indivíduo bem como no daqueles cuja miséria é o preço de sua satisfação. As únicas necessidades que têm direito indiscutível à satisfação são as necessidades vitais — de alimento, roupa e teto ao nível alcançável de cultura. O atendimento a essas necessidades é o requisito para a realização de todas as necessidades, tanto das sublimadas como das não sublimadas.

"Para qualquer percepção e consciência, para qualquer experiência que não aceite o interêsse social predominante como a lei suprema do pensamento e do comportamento, o universo de necessidades e satisfações estabelecido é fato a ser questionado — discutido em termos de veracidade e falsidade. Esses termos são totalmente históricos e sua objetividade é histórica. O julgamento das necessidades e sua satisfação, nas condições dadas, envolve padrões de prioridade — padrões que se referem ao desenvolvimento ótimo do indivíduo, de todos os indivíduos, sob a ótima utilização dos recursos ma -

teriais e intelectuais à disposição do homem. Os recursos são calculáveis. "Veracidade" e "Falsidade" das necessidades designam condições objetivas no quanto a satisfação universal das necessidades vitais e, além disso a suavização progressiva da labuta e da pobreza sejam padrões universalmente válidos. Mas, como padrões históricos, não apenas variam de acôrdo com a área e o estágio do desenvolvimento como também só podem ser de finidos em (maior ou menor) contradição com os padrões comuns. Que tribunal se poderá invocar autoridade para decidir?

"Em última análise, a questão sobre quais necessidades devem ser falsas ou verdadeiras só pode ser respondida pelos próprios indivíduos, mas apenas em última análise: isto é, se e quando eles estiverem livres para dar a sua própria resposta. Enquanto eles forem mantidos incapazes de ser autônomos, enquanto forem doutrinados e manipulados (até os seus próprios instintos) a resposta que derem a essa questão não poderá ser tomada por sua. E, por sinal, nenhum tribunal pode com justiça se arrogar o direito de decidir quais necessidades devam ser incrementadas e satisfeitas. Qualquer tribunal do gênero é repreensível, embora a nossa repulsão não elimine a questão: como podem as pessoas que tenham sido objeto de dominação eficaz e produtiva criar elas próprias as condições de liberdade?

"Quanto mais racional, produtiva, técnica e total se torna a administração repressiva da sociedade, tanto mais inimagináveis se tornam os modos e os meios pelos quais os indivíduos administrados poderão romper sua servidão e conquistar sua própria libertação. Sem dúvida, a idéia de impor a Razão a uma sociedade inteira é paradoxal e escandalosa— embora se possa discutir a correção de uma sociedade que ridiculariza essa idéia enquanto transforma sua população em objetos de administração total. Toda libertação depende da consciência de servidão e o surgimento dessa consciência é sempre impedido pela predominância de necessidades e satisfações que se tornaram em grande proporção, do próprio indivíduo. O processo substitui sempre um sistema de condicionamento por outro; o objetivo ótimo é a substituição de falsas necessidades por outras verdadeiras, o abandono da satisfação repressiva.

"A particularidade distintiva da sociedade in -

industrial desenvolvida é a sufocação das necessidades que exigem libertação — libertação também do que é tolerável e compensador e confortável — enquanto mantém e absolve o poder destrutivo e a função repressiva da sociedade afluenta. Aqui, os contrôles sociais extorquem a necessidade irresistível para a produção e o consumo do desperdício; a necessidade de trabalho estupefaciente onde não mais existe necessidade real; a necessidade de modos de descanso que mitigam e prolongam essa estupefação; a necessidade manter liberdades decepcionantes como as de livre competição a preços administrados, uma imprensa livre que se autocensura, a livre escolha entre marcas e engenhocas." (H. Marcuse, *A Ideologia da Sociedade Industrial*, pp. 25-28). Parece que fica claro que a Necessidade de morar é uma Necessidade verdadeira, para todos os membros de humanidade.

Segundo ainda Melville Herskovits, no livro "Antropologia Cultural", (Ed. Mestre Jou, São Paulo, Tomo II; o que vai ser citado são trechos do cap. 17: p. 51-3; 71-6; das quais eu tirei alguns pedaços; mimeografados num curso do prof. Mott da U.N.I.C.A.M.P.) "... a maior parte das sociedades tem uma economia dual: uma para satisfação de necessidades materiais e outra orientada no sentido de satisfazer o desejo de prestígio. A economia de prestígio só pode agir onde os mecanismos de produção fornecem mais do que o necessário para satisfazer as necessidades da vida. Isso significa que a existência de um sistema econômico de prestígio depende da existência de um excedente econômico". Mais adiante: "Poderíamos perguntar qual será o uso feito desse excedente por seus beneficiários. Quais os impulsos que orientam as funções econômicas de tais pessoas? O estudo clássico desse problema foi efetuado por Thorstein Veblen em sua análise do que chamava grupos da classe ociosa".

"Veblen mencionou o "consumo ostensivo", "Frase que, pela penetração com que resume o que parece ser um processo universal da sociedade humana, entrou na conversação corrente."

"A expressão "consumo ostensivo" esclarece profundamente a psicologia que sustenta as economias de prestígio. O excedente econômico pode ser distribuído de duas maneiras. O ócio que representa pode-se estender sobre a população inteira,

livrando assim todos os seus membros de uma parte de trabalho manual que, de outra forma, deveriam executar, cuidando das co_lheitas, trabalhando nas forjas e fazendo outros serviços da economia de subsistência. Ou pode concentrar-se nas mãos da_queles membros da sociedade que funcionam como especialistas em vários ofícios de não subsistência. Veblen chama estas pessoas de membros da "classe ociosa".

Aqui entra em discussão o que é necessidade ver_dadeira e falsa necessidade, conforme coloca Marcuse. Este aliás, refere-se à já citada "população subjacente", termo de Veblen, a qual "... integra-se ao sistema de domínio e contrô_le científico e tecnológico que, apesar disso, nunca elimina as forças políticas e econômicas que estão atrás dele." (Revista Ci_vilização Brasileira, nº 18, artigo: Liberdade e agressão na sociedade tecnológica de Herbert Marcuse, p.4).

Voltando a Herskovits, encontramos a referência ao determinismo econômico sobre as culturas. Este autor afirma na obra citada acima: "O problema do determinismo econômico foi particularmente obscurecido por falta de cuidado em distingui_lo do conceito de materialismo histórico, teorias ambas deriva_das das obras de Karl Marx ...". Segundo Herskovits o materia_lismo histórico "não é outra coisa senão a tese em que se apoia todo estudo científico da cultura, enquanto que o primeiro_l o determinismo econômico_l é a proclamação de uma posição que fica aberta à mesma crítica que merece toda explicação simples, e, por conseguinte, simplificada, das complexidades da vida so_cial humana."

"Inúmeros exemplos das economias de subsistên_cia se opõem a qualquer afirmação simples do determinismo econômico, isso sem levar em conta que os padrões de sistemas econômicos de prestígio mais facilmente o refutam." (Herskovits, ob. cit.).

E Herskovits cita alguns exemplos: "Assim entre as tribos de Travancore, na Índia, é a rigidez dos ritos re_ligiosos que torna os URALI agricultores mais eficientes que seus vizinhos os PALIYAN e os MANNAN cujos rituais são "casuais e fortuitos". A produtividade dos ferreiros dahomeyanos seria apreciavelmente aumentada se se reservasse ao deus do ferro cada oitavo dia em vez de cada quarto dia. Os recursos

dos índios navajos seriam materialmente maiores se a casa e os bens pessoais de um indivíduo não fossem destruídos por ocasião de sua morte" (ob.cit.).

E Herskovits acrescenta: "Isso não quer dizer que neguemos o papel representado pela economia e sua base tecnológica na formação do modo de vida de um povo. Não o reconhecer como parte muito importante seria rechaçar toda a prova de que dispomos. Isto é especialmente certo quando um grupo é pequeno, tecnologicamente simples, escasso de recursos e no qual o problema da sobrevivência é fundamental. Porém, como veremos ao considerar o mecanismo de foco cultural, há demasiadas sociedades cujas diretrizes dominantes se apoiam em aspectos não econômicos de vida para que atribuamos maior importância às fases da cultura do que à influência funcionalmente variável e sempre substancial que exercem os fatores econômicos — deve ser isto — R.M.N. — proporcionando a base material sem a qual nenhuma atividade humana pode prosseguir." (ob.cit.).

Com estas colocações acima, creio que fica delimitada uma disputa entre o evolucionismo social e o relativismo cultural, dentro da discussão das necessidades históricas. Marcuse fala de fases de desenvolvimento social, diferenciadas geograficamente, enquanto Herskovits apresenta os aspectos culturais como sendo determinantes do modo de vida de um povo, muito embora a menção às fases da cultura possa significar, na obra deste autor, o mesmo que as fases de desenvolvimento de Marcuse.

Mas Marcuse afirma ainda que "Os interesses criados desenvolvem e modelam as necessidades e os modos de satisfação da sociedade, para que possam servir à reprodução dos ditos interesses. Mais além do nível animal e da satisfação daquelas necessidades vitais que são comuns a todos e que devem ser satisfeitas em qualquer sociedade, as necessidades humanas se desenvolvem, planejam e modelam sistematicamente. As necessidades assim controladas e dirigidas se satisfazem, e deste modo a satisfação e a liberdade estabelecidas militam contra a mudança social porque agora o povo é livre de satisfazer maior número de necessidades em maior proporção que antes, não só no nível biológico como no cultural, e desfruta a satisfação das mesmas, o que pode fazer porque a forma repressiva na qual se

desenvolvem é introjetada pelos indivíduos de tal modo que eles querem e desejam "espontaneamente" o que se pretende que queiram e desejem, tudo em benefício do sistema estabelecido." (Revista Civilização Brasileira, nº 18, março-abril de 1968; pp. 6-7).

Existe ao que me parece uma ideologia do consumismo que tem que ver em grande medida com as formulações de Marcuse. Só que este abordava as grandes tendências daquilo que um Galbraith por exemplo, chama de sociedade afluyente.

Entre os marxistas, existe uma luta entre os consumistas e os não-consumistas. Marcuse aponta as tendências para o consumismo no que ele chama de sociedades industriais desenvolvidas, mas faz isto mostrando as causas deste fato histórico, situadas no próprio modo de produção.

O filósofo marxista José Arthur Giannotti declarou, numa entrevista ao "Folhetim" nº 319 de 27 de fevereiro de 1983 (pgs. 6-7), diante da pergunta, "Neste caso, o senhor acredita que o impulso de transformação vem do consumismo?", que "Exatamente, sou inteiramente consumista". E continuou: "A pressão das classes populares, no sentido de participar da festa do consumo, pode alterar a própria estrutura física do produto a gregado e promover novas formas de trabalho. Digo pode, porque não vejo nenhuma necessidade na história. Mas o que está à mão é essa possibilidade do trabalho se organizar como vigilância dos sistemas de objetos, ao mesmo tempo como reposição dele e instauração duma nova legalidade para as relações de trabalho. Acredito que está na hora de abandonarmos certos mitos. Um deles é aquele que afirma que, com o próprio desenvolvimento capitalista, as forças produtivas teriam a capacidade de produzir tudo para todos. Continuamos a assistir ao desenvolvimento do capital associado à miséria, mas também a uma diversificação das formas de exploração que inviabiliza aquele momento em que os miseráveis como um todo se apropriariam dos meios de produção, aboliriam o Estado e transformariam as questões políticas em questões de organização. É, continuou Giannotti, o mito de uma sociedade transparente. O capitalismo perverte o consumo, sempre os assalariados vão querer mais do que consomem. O socialismo burocrático pode reprimir esse consumo a fim de desenvolver as forças produtivas e a economia como um

todo. No entanto, essa repressão cria formas ilegais de trabalho, um mercado intersticial dessa força de trabalho, onde o ato de vender a atividade produtiva aparece para o trabalhador como o primeiro ato de sua liberdade. Numa sociedade de carência, ainda que perversa, a alienação é inevitável". E continuou Giannotti, "A questão que se põe, então, é como geri-la, não por outrem, mas pelos próprios trabalhadores. Vale dizer, aproximar a venda da força de trabalho e o exercício do trabalho no interior das atividades produtivas. Este está dominado pelo capital como poder anônimo, que por sua vez funciona na dependência duma legislação econômica, apoiando-se no capital estatal. Como já disse, o valor, inclusive o valor da força de trabalho é representação. Daí, acredito eu, afirmou Giannotti, que a pressão para uma melhor distribuição do consumo pode traduzir-se numa melhor política econômica, melhor do ponto de vista dos trabalhadores, se estes trabalhadores inventarem formas de representação que passem a gerir todos os fundos públicos. Sob este ponto de vista, o nível de estatização da economia é uma questão a ser resolvida caso por caso, desde que assegure a liberdade do mercado de trabalho e a possibilidade duma constante participação dos trabalhadores na elaboração das políticas econômicas". Continuou ainda aquele autor: "Mas para os operários isto equivale a enfrentar desde logo o problema da representação, desde aquele plano mais inferior dos conselhos de fábrica até aquela representação mais ampla que atinge os núcleos de sustentação do Estado. Chegou a hora de jogar no lixo toda essa mitologia de democracia direta que, no fundo, pressupõe a extinção da categoria salário". "Lembro", continuou Giannotti, "aos amantes dessa imediação aquela velha distinção que Aristóteles faz no início da "Política": O Estado é uma comunidade, mas é uma comunidade suprema. Se, como tento mostrar no meu livro, o fundamento material dessa supremacia reside no tesouro público, só se poderá atingir de morte o poder regulador alienado do Estado se os criadores desse fundo se fizerem representar nele. De outro modo, só vejo a continuidade da barbárie."

Quando afirmou estas teses, este autor, não estava tratando das mesmas questões que Marcuse tratou?

Creio que sim, pois ambos partem da produção de

mercadorias como determinação primeira da vida social. Só que Giannotti observou uma barbárie, que ele baseou nas trocas entre o capital e o trabalho, dentro de uma produtividade média do trabalho (segundo a mesma entrevista citada acima), que não está mais sendo alcançada. Senão vejamos: "Em outras palavras, a sociedade não é um dado mas algo constituído pelo modo de se re-por de se re-presentar como unidade que encontra sua medi-da. Ora no capitalismo tardio em que vivemos, o fato de cer-tas empresas ou do próprio Estado monopolizar as descobertas científicas como forças produtivas, o fato de somente algumas unidades produtivas terem a capacidade de injetar no sistema a nova tecnologia de que ele precisa para sua reposição, faz com que não se instaure a média geral de produtividade do sistema. Em suma, a lei do valor deixa de operar na raiz do processo econômico, não porque os economistas clássicos estavam enganados, mas sobretudo por que o próprio capitalismo aprendeu a subvertê-la."

Ora, e não foi isto o que Marcuse denunciou: a capacidade do capitalismo rico (e também do socialismo real) em subverter a lei do valor? E isto para Marcuse está, como uma tendência, implicado em todo o tecido social, inclusive na criação das falsas necessidades de consumo.

É verdade que Giannotti vê as implicações sociais do mesmo fato social. Pois ele aponta este valor do trabalho como a matriz da identidade social. Ele afirma (sempre na entrevista citada) que: "E para haver contradição é preciso que, de início haja uma identidade entre os polos opostos. Na sua forma mais elementar capitalista, essa identidade se faz pela transformação do trabalho em capital variável. Mas isso implica o funcionamento dum mercado da força de trabalho que, ao menos a longo prazo, possa equalizar a taxa de exploração. Duvido que", afirmou Giannotti, "num mesmo país, haja atualmente uma única taxa de mais-valia. Daí a irracionalidade da própria exploração, que se faz sem padrão de medida, sem estabilidade consentida. Como, além do mais, o Estado se torna o grande empregador, tanto na área de serviços quanto nos próprios setores produtivos, desaparece aquela objetividade da exploração capitalista, que se fazia sob a ilusão duma equidade das trocas de trabalho por salário."

Isto depois de ter afirmado, o que é mais importante para o meu argumento, "Mas este valor do trabalho não regula apenas o sistema econômico, tento mostrar que ele também é a matriz da identidade social. Com o seu emperramento as sociedades capitalistas modernas deixam de encontrar sua identidade. E acredito que, a despeito das enormes diferenças entre as sociedades capitalistas e as socialistas existentes, também estas podem ser caracterizadas como sociedades onde o Estado cumpre as funções do antigo capital, sem conseguir abolir certos mecanismos dum mercado de trabalho." O sr. Giannotti, porém aceita o consumismo, inclusive como estratégia de luta para uma sociedade melhor, para a transformação social, conforme citação acima, a respeito da representação seja a do valor, seja a dos trabalhadores nos diversos "níveis do social".

A respeito da representação do valor e a dos trabalhadores, cito a seguir o filósofo francês Claude Lefort, que deu uma entrevista ao suplemento da Folha de S. Paulo, o "Folhetim" nº 355, edição de 6 de novembro de 1983, na qual, a respeito das situações atuais nas sociedades de hoje, e diante da seguinte pergunta, "Você é considerado um filósofo político"; "Que diferença haveria entre o seu modo de abordagem dos problemas políticos e o que é próprio ao cientista político?", afirmou o seguinte: "A meu ver há uma proximidade entre o filósofo e o homem comum em oposição ao cientista. Este professa a neutralidade enquanto aquele se coloca a questão dos valores, do verdadeiro e do falso etc... Os "especialistas" não querem mais falar do bom e do mau regime; ora, nós filósofos sabemos que há regimes totalitários, ditatoriais ou aqueles que mesmo não sendo perfeitos permitem aos homens ter consciência de seus direitos e formulá-los. É preciso restabelecer os laços com a filosofia política da qual Sócrates foi o verdadeiro inspirador. Todas as situações que vivemos são apreendidas através de representações ideológicas e portanto o filósofo deve primeiro tentar desfazer estas representações, assinalar este esquema ideológico para ter acesso à própria realidade."

Quer dizer as representações devem ser desvendadas para se ter acesso ao próprio real. Mas isto, me parece, deve acontecer pela leitura desta última entrevista, dentro de uma abordagem histórica ou mesmo genética, conforme o seguinte

trecho da mesma entrevista: "Desde já há alguns anos eu me dedico a explorar o começo da democracia na França, no princípio do século 19, interessando-me particularmente pelas novas representações da sociedade e da história, da política e da religião e isso a partir de materiais bastante diversos, obras de historiadores, políticos, filósofos e escritores. Tento não apenas analisar os princípios do liberalismo político, do conservadorismo e do socialismo, mas também detectar as estranhas afinidades que mantêm entre si interpretações importantes de ideologias diferentes ou até mesmo opostas. Por outro lado, eu interrogo de novo algumas obras contemporâneas pós-marxistas que lançaram uma grande luz sobre a gênese de nossas sociedades modernas, entre as quais a obra de Hannah Arendt, da qual justamente falo neste momento na Universidade de São Paulo."

É claro que a abordagem de K.Marx foi histórica: são que as formas sociais mais desenvolvidas, além de conterem as formas menos desenvolvidas (do dinheiro como capital por exemplo), são explicativas destas últimas.

A teoria do desenvolvimento social está presente com toda a força, neste tipo de análise.

Neste ponto me lembro da atual precedência teórica geral da Antropologia, inclusive sobre a Sociologia, desde o final da 2ª guerra mundial, conforme o apregoa Karl Popper e o aceita a filósofa Marilena Chaui, que criticou as teses positivistas desse autor, num trabalho intitulado Exame das teses de Karl Popper em "La Logica de las Ciencias Sociales (segundo "La disputa del positivismo en la Sociologia Alemana" - ed. Grijalbo, 1973)", que foi tema de um debate no Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e que não sei se foi publicado em livro.

Segundo Marilena Chaui a inversão das posições respectivas da Sociologia e da Antropologia não se deve ao vício "objetivista" da Antropologia, como o quer Popper, pois ele também estava presente na Sociologia, mas sim ao seguinte: "Na medida em que o antropólogo (sobretudo após Morgan, Boas e Lévi-Strauss) trabalha com a questão da passagem da natureza à cultura, trabalha com as representações que exprimem o modo como as sociedades enfrentam a origem das relações sociais (mitos,

sistemas de parentesco, sistemas lógicos para classificação e emprego dos recursos naturais, etc.)". E mais adiante ela afirma: "A inversão das posições resulta do fato de que a sociologia trabalha com sociedades que já não colocam em suas representações o problema de sua própria origem, de sorte que a precedência teórica da antropologia sobre a sociologia consiste em obrigar esta última a perguntar também quais são as estruturas invisíveis que sustentam a peculiaridade das relações sociais, e de suas representações em sociedades para as quais seu caráter social parece óbvio e imediato. A antropologia tem a força, para exigir que a sociologia não se desvincule da história e da política."(op.cit., mimeo, ps.10-11).

Isto me parece que se casa com a abordagem citada acima de Claude Lefort sobre a gênese das sociedades modernas. Trata-se me parece de buscar as origens destas sociedades, o que aclararia as representações ideológicas (no sentido marxista de ideologia) das situações que vivemos. Aqui quero citar outro ponto do mesmo trabalho mencionado de Marilena Chauí: a economia política de Ricardo é simultaneamente científica e ideológica, exemplo da autora que afirma antes disso: "visto que a ignorância é exterior (de direito) ao saber, a suposição de que a ideologia possa nascer no movimento do próprio saber torna-se uma suposição facilmente descartável [para Popper]".(op.cit., grifos da autora; observe-se que a ideologia continua conceituada através do marxismo).

Voltando a um ponto anterior, é claro que Giannotti busca as origens dos fatos sociais, como a do valor do trabalho, por exemplo, mas faz isto de uma forma evolucionista. E mesmo assim, chega-se a um ponto da situação social em que ele abdica, ou é obrigado a abdicar, de certas bandeiras marxistas, adotando, por exemplo, o já citado consumismo.

Outra bandeira da qual abdicaram muitos marxistas, além deste autor, é a forma da transformação social.

Giannotti, na entrevista citada afirmou que "Neste mercado da força de trabalho profundamente imperfeito, cada um trata de assegurar uma qualificação, uma diferença, que o mantenha ao sol, de sorte que esse mercado se cliva em camadas sucessivas. Em virtude desse processo desaparece aquela matriz que identificava a classe operária, para deixar os traba

lhadores dispersos no meio dos assalariados, face a face com políticas "ad hoc". A luta econômica é desde logo política". O entrevistador, Rodrigo Figueira Neves perguntou então: "Nunca todavia, o marxismo ignorou as forças centrífugas do mercado de trabalho, afirmando apenas que, no momento da crise, a força da contradição faria com que o trabalho ficasse dum lado e o capital de outro. Além disso, o senhor não mais distingue o operário do trabalhador de classe média, colocando-os sob a mesma categoria de assalariados". Ao que J.A.Giannotti respondeu: "É que não acredito mais numa crise apoteótica do sistema. Penso que o capitalismo será capaz até mesmo de reajustar-se para enfrentar a profunda depressão que nos assola. A crise permanecerá endêmica em cada elo do sistema. Até agora se pensou que o mundo, um dia, haveria de encontrar-se numa encruzilhada, tendo que optar entre o socialismo e a barbárie. Pois estamos a cada momento optando pela barbárie, mergulhamos nela, não naquele estado dos selvagens mas numa situação em que o capital e poder estatal se exercem sem lei. Cada ato que repõe o capital no universo dos objetos reflexionantes é um ato de barbárie."

E a seguir afirmou: "Cada vez mais a sociedade moderna se transforma numa sociedade de assalariados e de consumidores. Mas dentre toda essa gente, apenas algumas efetuam trabalho produtivo, criador de riquezas e de sociabilidade. Além das classes médias não criarem riqueza material, exercem uma atividade cada vez mais imaginária e sem eficácia social... Por toda parte vemos um exército de formigas assalariadas, esfalfando-se para um capital anônimo, que sustenta os grandes salários e a burguesia parasita. Enquanto isso, o trabalhador da fábrica e do campo exerce uma atividade cujo produto se socializa desde logo num sistema de objetos, numa racionalidade "in fieri", mas que se converte em irracionalidade prática, por causa da incapacidade do capital encontrar uma medida para a sociedade como um todo. Em última instância, é neste trabalho que o capital se apóia, mas cada tostão que este assalariado arranca do capital anônimo significa um passo no controle do consumo operário, vale dizer no perfil físico da produção. E nesta luta, enfrenta desde logo uma política salarial, a presença do Estado como organizador da irracionalidade do presen-

te."

Marcuse também afirmou que a sociedade moderna se transforma cada vez mais numa sociedade de assalariados e de consumidores. E via o lugar social da negação do social, sendo desbastado, ou seja o do proletariado, pela absorção deste pelo consumo. Mas este autor, percebeu a dominação social disfarçada em administração sendo levada à frente e coordenando as sociedades capitalistas.

Ele estudou os processos subjetivos intimamente ligados às novas formas de controle, nestas sociedades, e falou dos processos correlatos no socialismo soviético, como um processo enraizado nas próprias bases tecnológicas das sociedades ricas contemporâneas.

Segundo T.W.Adorno, citado por Marcuse, a ideologia está no próprio processo de produção (in "A Ideologia da Sociedade Industrial", Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982; H. Marcuse; subtítulo: "O Homem Unidimensional").

"No período contemporâneo, os controles tecnológicos, parece serem a própria personificação da Razão para o bem de todos os grupos e interesses sociais — a tal ponto que toda contradição parece irracional e toda ação contrária parece impossível." (H. Marcuse, ob.cit., p.30).

Os aspectos gerais da racionalidade tecnológica atual são tais que "o aparato produtivo e as mercadorias e serviços que ele produz "vendem" ou impõem o sistema social como um todo. Os meios de transporte e comunicação em massa, as mercadorias casa, alimento e roupa, a produção irresistível da indústria de diversões e informação trazem consigo atitudes e hábitos prescritos, certas reações intelectuais e emocionais que prendem os consumidores mais ou menos agradavelmente aos produtores e, através destes, ao todo. Os produtos doutrina e manipulam; promovem uma falsa consciência que é imune à sua falsidade. (...) Surge assim um padrão de pensamento e comportamento unidimensionais, no qual as idéias, as aspirações e os objetivos que por seu conteúdo transcendem o universo estabelecido da palavra e da ação são repelidos ou reduzidos a termos desse universo. São redefinidos pela racionalidade do sistema dado e de sua extensão quantitativa." (H. Marcuse, ob.cit., p.32).

Como tratar o caso do Brasil neste contexto mun

dial?

Marcuse escreveu sobre os dois polos da luta internacional em que são polos desenvolvidos, mas escreveu sobre sociedades em estágio de desenvolvimento tecnológico também.

Ele previu por exemplo, como possibilidade que "o impedimento contínuo da automatização poderá enfraquecer a posição competitiva nacional e internacional do capital, ocasionar uma depressão de longo alcance e, conseqüentemente, reativar o conflito de interesses de classes." (H. Marcuse, ob. cit., p. 53).

Mais adiante este autor afirmou: "Sob tais circunstâncias, as perspectivas de uma perfeita contenção das tendências centrífugas dependem primordialmente da habilidade dos interesses adquiridos para se ajustarem e ajustarem sua economia às exigências do Estado do Bem-Estar Social. Gastos e direção governamentais enormemente aumentados, um programa de ajuda externa ampliado, seguro social total, obras públicas em grande escala e talvez até a nacionalização parcial fazem parte dessas exigências. Creio que os interesses dominantes aceitarão essas exigências gradativamente e com hesitação, confiando suas prerrogativas a um poder mais eficaz." (H. Marcuse, ob. cit., p. 54).

Isso nos países capitalistas dominantes da atualidade.

Isto está mais ou menos de acordo com o que Giannotti declarou sobre a capacidade de adaptação do capitalismo na atual crise.

Mas a base da argumentação de Marcuse é a característica da industrialização avançada que está se tornando automatizada. Conforme ele afirmou, "quase um século antes de a automatização se tornar uma realidade, Marx visualizou suas perspectivas explosivas" (H. Marcuse, ob. cit., p. 52). Nos "Gundrisse" da "Crítica da economia política" (citada por H. Marcuse da edição de Berlin, Dietz Verlag, 1953, p. 592 e p. 596; tradução de H. Marcuse) Marx afirmara que "com o progresso de grande escala, a criação da riqueza real depende menos do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho gasta do que do poder do instrumental (Agentien) pôsto em movimento durante o tempo de trabalho. Esses instrumentais e sua poderosa eficácia não estão em proporção alguma ao tempo de trabalho imediato exigido pela sua produção; sua eficácia depende, antes, do nível de progresso

da ciência e tecnológico alcançado; em outras palavras, da aplicação dessa ciência à produção... O trabalho humano não mais parece, então, incluído no processo de produção — em vez disso, o homem se relaciona com o processo de produção como supervisor e regulador (Wächter und Regulator)... Fica fora do processo de produção em vez de ser o seu principal agente... Nessa transformação, o grande pilar da produção e riqueza não mais é o trabalho imediato desempenhado pelo próprio homem, nem o seu tempo de trabalho, mas a apropriação de sua produtividade universal (Productivkraft), isto é, seu conhecimento e seu domínio da natureza por meio de sua existência social. O roubo do tempo de trabalho alheio, no qual ainda assenta atualmente a riqueza (social), parece então uma base mesquinha em comparação com as novas bases criadas pela própria indústria de grande escala. Assim que o trabalho humano, em sua forma imediata, deixe de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixará de ser, tendo necessariamente de deixar de ser, a medida da riqueza, e o valor de troca terá necessariamente de deixar de ser a medida do valor de uso. O excedente de trabalho da massa (da população) terá, assim deixado de ser a condição para o desenvolvimento da riqueza social e o ócio de uns poucos terá deixado de ser a condição para o desenvolvimento das faculdades universais do homem. A forma de produção que assenta no valor de troca, assim, sucumbirá..." (H. Marcuse, ob. cit., p.52).

Então a crise social atual (de há alguns anos para cá) pode ter, a meu ver, relação com o modo de produção que me parece ser um modo tanto capitalista como do socialismo real. Estamos diante da sociedade industrial conforme Marcuse.

No Brasil, estas tendências à automatização são lentas, mas sensíveis, e começam e continuam a penetrar através de importação de tecnologia, por exemplo na indústria de implementos telefônicos, e também do avanço tecnológico interno.

Mas há também um certo colonialismo cultural.

Esta concepção é conservadora? Pode ser que seja, mas as formas de resistência vão aparecendo, por exemplo nos grupos ligados à defesa ecológica, de uma forma que me parece não-contraditória à esta concepção.

É claro que o modo de vida operário tem a mesma base da exploração do trabalho, e a extensa miséria é causada pela apropriação privada de mais-valia realizada.

Mas há uma tendência à integração ao sistema industrial das populações pobres e das chamadas de marginais tão grande, que chega a me espantar. É a indústria cultural, são as mercadorias industrializadas consumidas, etc. Observo finalmente que é possível estabelecer uma relação entre as tendências históricas que H.Marcuse apontou, conforme o que foi referido acima, e a concepção ideológica, também citada atrás, dos membros da Assembléia do Povo, pelo menos pelo que eu pude deduzir.

Então seria, talvez, o caso de se lutar contra a integração social nos termos apontados por H.Marcuse, e de se lutar para que as populações socialmente marginalizadas pudessem continuar a ter, ou viessem a ter, nos casos em que isto não aconteceu ainda, uma autonomia nas suas lutas individuais e sociais, e no seu modo de vida, de maneira que não fossem absorvidas pela sociedade industrial em formação no Brasil, conforme o conceito de H.Marcuse.

Isto vale pelo menos para quem tenha uma autenticidade pessoal nas suas relações sociais, nos termos referidos por Ruy Fausto, adiante citados, e para quem se identifique com as lutas dessas camadas sociais contra todas as formas de opressão social, e desde que queira dar uma contribuição nessas lutas, e não dirigi-las, apesar de poder possuir uma compreensão muito científica ou intelectual da realidade social atual.

Por que afinal, como escreveu o mesmo H.Marcuse, os fins para se lutar devem ser operantes sobre os meios para se alcançá-los.

CAPITULO I

CAPÍTULO I

1. O Contexto Repressivo da Criação do Conselho de Moradores

Para relatar o que conheço do Conselho de Moradores da Vila Costa e Silva e o que, dentro dos limites que serão apontados no próximo capítulo, me foi possível concluir a seu respeito é preciso enquadrá-lo no contexto histórico de sua criação e no contexto social de sua história.

Em conversas com os professores o Dr. Manoel T. Berlinck, o Dr. Antonio Carlos de Oliveira e o Dr. Daniel J. Hogan, eles me lembraram de um ponto que eu já tinha observado: a inexistência de órgãos das classes populares, independentes do Estado e da manipulação patronal, depois do golpe de Estado de 1964, ou o seu desmantelamento gradativo, depois daquela data.

O Conselho de Moradores da Vila Costa e Silva nasceu no contexto social autoritário vigente na época de sua criação, mais ou menos em 1970. Tratava-se conforme a opinião desses professores citados, da vigência de uma ação estatal repressiva e autoritária, que se antagonizava aos movimentos sociais existentes ou potenciais, fossem eles sindicais, como a tentativa de fazer uma greve geral (pelo menos como uma proposta) de José Ibrahim, começando em Osasco (e que me foi relatada pelo estudioso Luís Galetti estudante da U.N.I.C.A.M.P.) em 1968, e que não foi bem sucedida, fôssem de partidos políticos, ou fossem de associações civis com caráter autônomo.

É bom lembrar que estávamos na época da repressão preventiva da guerrilha do Araguaia (conduzida pelo P.C.do B.), e que o movimento estudantil, secundarista e universitário tinha sido reprimido ferozmente, e estava numa época de baixa.

Era a época do "milagre econômico brasileiro", conseguido às custas do auge do arrocho salarial, o que permitiu uma grande acumulação de capital aos grandes grupos industriais, aos da construção civil e outros, beneficiados indiretamente pelo crescimento econômico. Os movimentos sociais, como os citados acima de estudantes e dos metalúrgicos de Osasco, foram controlados repressivamente pelos agentes estatais.

O populismo e toda a ação social da burguesia industrial sobre o operariado, porém, não deixaram de existir,

conforme se comprova pela ação dos pelegos em vários sindicatos, como o dos metalúrgicos de São Paulo, a capital do Estado. É claro que isto foi uma herança do passado, principalmente em termos da legislação trabalhista, mas não devemos subestimar o que foi específico na ação da burguesia ligada ao capital estrangeiro e dos setores empresariais associados indiretamente ao mesmo capital, além da ação da chamada burguesia nacional.

Podemos citar nesse sentido, mas não em termos populistas, as consequências da instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (F.G.T.S.), que, criado para que as classes de baixas rendas pudessem ter a casa própria, dentro da "política" habitacional do B.N.H., acabou por transformar-se num mecanismo que aumentou o rodízio de trabalhadores nos empregos ("turn over"), principalmente os de "baixa qualificação". Segundo os dados do Departamento Nacional de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho "no Estado de São Paulo, o "turn over" (...) na indústria e no comércio foi pouco mais de 50% em 1970" (de CAMARGO, C.P.F. et alii São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza; S.P., Edições Loyola, s/d., nota 25, p.43).

A tônica porém, era dada pela antagonização dos agentes estatais aos movimentos sociais que poderiam lutar pela satisfação das necessidades dos membros das classes populares, definidas conforme a conceituação de H. Marcuse, citada na introdução deste trabalho, e que poderiam lutar pelo atendimento dos direitos desses membros.

O professor Manoel T. Berlinck, em conversas comigo, referiu-se à luta pela busca da efetivação da autonomia cívica pelos membros das classes populares, o que, na ocasião era obstado pela ação do Estado. Daí poderia surgir a transgressão social, que pode, segundo a opinião do prof. Antonio Carlos de Oliveira, assumir a forma de dilapidação do patrimônio público, quando os direitos dos cidadãos são barrados.

Esta transgressão tomada de modo geral, caracterizaria no entender desses professores uma luta pré-política de adaptação à realidade.

Eu concordo com a caracterização da ação do Estado antagonizado aos movimentos populares, pois essa foi, creio, a linha geral desde 1964 até bem recentemente (1977 digamos).

Mas a visão no sentido da caracterização das lutas populares pontuais ou mesmo grupais, como pré-políticas de adaptação, me parece que significa conceder uma autonomia teórica e real à chamada instância política da estrutura social que, eu acredito, não se sustenta. Pois os movimentos populares são sempre sociais, e não é bom ficarmos esperando que certos tipos de movimentos se tornem "políticos", para aceitarmos a sua eficácia social.

Parece-me que isto significa uma visão do poder social como sendo apenas o poder do Estado, o que não corresponde aos fatos, pois o poder existe em todas as instituições sociais e não apenas no Estado e nos partidos políticos. Existe poder nas famílias, nas escolas, nas fábricas, nas igrejas, nos hospitais, nas prisões, nas associações civis como uma Sociedade de Bairro, e também, é claro no Estado (dentro do qual se situam as Forças Armadas).

E note-se que na época atual, mas já de há algum tempo para cá, a crítica do indivíduo, tem merecido a mesma importância na visão de vários filósofos e outros pensadores, que a crítica das estruturas. Assim, o filósofo Ruy Fausto em entrevista ao "Folhetim" da Folha de S. Paulo, nº 325, edição de 10 de abril de 1983, veiculou esta posição.

Afirma ele: "Penso em Adorno e em Horkheimer (por exemplo, os ensaios de Adorno, e a "Dialética do Iluminismo", escrita com Horkheimer) e também em Marcuse: a dessublimação repressiva é por exemplo interversão da liberação em seu contrário: liberação que é o contrário da liberação. Ora tudo isso é de uma importância maior, porque a crítica do marxismo não pode se limitar, digamos ao campo que foi o da dialética clássica. Explico: não basta mostrar a "negação" do valor no capitalismo contemporâneo ou as mudanças no papel do Estado (coisa muito importante, sem dúvida, e que cada um de nós, filósofo, sociólogo ou economista, vai tentando fazer com a linguagem que lhe é própria e os recursos de que dispõe), nem basta criticar os "socialismos" reais, coisa também fundamental, sobretudo na América Latina, onde subsistem não poucas ilusões. Mas é preciso ir mais longe. Hoje não se pode mais — se é que alguma vez se pôde — pôr entre parênteses a crítica do indivíduo, o que a grosso modo acontecia no pensamento dialético clássico

de Hegel e de Marx. E ela se revela fundamental, em parte porque as respostas clássicas aparecem progressivamente como insuficientes mesmo para os objetos clássicos (ou a delimitação clássica do objeto é insuficiente), mas também porque há novos objetos. Se o capitalismo contemporâneo reforça a determinação do indivíduo, já que os macroprocessos atingem provavelmente níveis mais profundos do que na situação clássica, por isso mesmo o tema da crítica do indivíduo ganha uma importância maior: as sociedades capitalistas (enquanto macroprocessos) não dependem mais do que antes dos indivíduos, mas passam mais por eles. Isto basta para que a crítica do indivíduo ganhe siso. Por motivos diferentes, as sociedades burocráticas nos obrigam a repensar o indivíduo. Lá não é a liberação repressiva mas a repressão e a violência que colocam o problema. Mas mesmo fazendo abstração dessas mudanças, é evidente que é impossível se limitar à crítica do Estado e da sociedade civil. Para dizer a coisa em duas palavras. O problema se coloca mais ou menos da seguinte maneira (e é aqui que retomo os temas da pergunta anterior). Um indivíduo, teórico ou homem de ação, se apresenta como antiautoritário, inimigo da competição capitalista, etc., mas no nível microssocial (universidade, ou trabalho em geral, família, círculo de amigos, etc.) se mostra como o contrário do que parece afirmar ou ser (porque, aprofundando as coisas, o seu pensamento ou ação política revela também o que de início está oculto). Uma tal distância era considerada como um problema menor do ponto de vista clássico que era o nosso (digo, o de quase todos nós no Brasil, lá pelo começo dos anos 60 e mesmo depois); coisa de traços psicológicos e não mais. Ora, raciocinar assim é, se pode dizer, estar atrasado mais de cem anos em filosofia. Porque é daí (ou de mais longe se se considerar o que foi publicado, não o que foi reconhecido) que data a (re)descoberta de que esse psicológico é na realidade muito mais do que isto, se se quiser, é ontológico. A crítica das macroviolências é de fato muito pouca coisa, sem a crítica das microviolências. E assim como se pôde falar em hipocrisia moral (propor uma moral que oculta uma política que é o seu contrário), hoje se pode falar em hipocrisia política (propõe-se uma política ocultando uma "moral" que é o seu contrário). Com efeito, que sentido tem fazer a crítica da fetichização das relações no

plano macrossocial, se ao mesmo tempo — e que digo pode ser mostrado rigorosamente — se fetichizam no plano microssocial essas mesmas relações? Porque é esta a significação do modelo dominante em certos meios. E ele não denota apenas o que se costuma chamar de mediocridade moral, mas indica também limitação intelectual. Critica-se o autoritarismo, a competição, etc., enquanto se trata do Estado ou da sociedade civil, mas se admite sem crítica — ingenuamente, se se pudesse dizer — como um dado natural! — não apenas que há e sempre haverá certa emulação entre os indivíduos (o que apesar das aparências é muito diferente) mas que é preciso competir, e competir sem maiores "escrúpulos de consciência" — em nome da eficácia (argumento positivo) e da crítica do moralismo (argumento negativo). Voltarei, continua Ruy Fausto, em outro lugar sobre o mito de que o modelo supercompetitivo é eficaz: ele é tão ruim e improdutivo — também poderia mostrar — quanto o seu oposto abstrato, a moleza, o "vai levando". A eficácia do modelo competitivo é ideologia que serve para ocultar certos interesses de poder, quando não oculta simplesmente certas satisfações que devemos chamar de perversas." (vide a entrevista citada).

Na aceção do filósofo Claude Lefort aparece algo semelhante com relação ao poder e à sua representação ideológica: "Pode-se dizer que a partir deste momento não é mais possível à sociedade representar-se na imagem de uma ordem, de uma comunidade orgânica. Ela não pode mais representar-se como um corpo. Sua unidade está sempre associada ao exercício do conflito. É esse conflito político, esta competição pelo poder que na primeira metade do século 19 a burguesia quer circunscrever a camadas determinadas da população, a um grupo de notáveis. Porém, ela generalizou-se, difundiu-se na sociedade inteira; e não só o conflito de classe, mas de valores, de opiniões. Assim, a sociedade doravante está exposta a uma indeterminação: não se pode mais dar uma definição do que é o bem e o mal, o legítimo e o ilegítimo; e mesmo a diferença de papéis de uns e de outros se torna incerta: os referenciais, por exemplo, da posição dos que mandam e dos que obedecem, da autoridade paterna no interior da família, da relação homem-mulher, professor-aluno etc.etc... Não há mais fundamento seguro para definir o lugar de um e de outro. E veja-se no nosso tempo o quanto esse

debate se ampliou. Ele se manifesta por toda parte: na pedagogia, na questão da diferença dos sexos e em tantos outros domínios. Estamos diante de uma sociedade aberta, de uma sociedade em busca de critérios; do critério do verdadeiro e do falso, do justo e do injusto, do permitido e do proibido."("Folhetim" de 6/11/83; entrevista já citada).

Esta indeterminação na sociedade, muito embora me pareça ter um significado para a chamada política, antagônica ao que venho defendendo pois sustenta a autonomia da instância "política", me parece que aponta claramente para a importância do indivíduo em suas relações sociais, na sociedade contemporânea. Sim, pois embora Lefort aponte também a expansão do Estado na mesma entrevista ("Folhetim" de 6 de novembro de 1983; p.7), que já tinha sido citada antes, na qual ele afirmou que "... se afirma a impessoalidade do Estado no processo da administração, [é] este faz-se valer positivamente na construção de uma grande máquina cujos movimentos buscam comandar toda a vida social" (reportagem citada, p.7), parece pelo trecho anterior citado acima, que o indivíduo potencialmente é portador de uma força muito grande na família, na escola, e enfim em várias instituições que ficam abertas à transformação das relações de poder, como no caso de uma associação civil, como por exemplo uma Sociedade de Amigos de Bairro.

Assim, voltando ao que está sendo dito, tanto em termos da importância do indivíduo, tão grande quanto a das estruturas, quanto da abertura das posições de poder em todas as instituições sociais, apesar do aumento da presença nelas do Estado, posso afirmar, creio, que todas as instituições sociais apresentam a questão de quem ocupa, mesmo temporariamente, o poder como no exemplo citado.

Isto, eu creio, abre uma brecha na caracterização dos movimentos civis e de inconformismo social: ou eles estão se "politizando", ou então eles, por causa da argumentação citada de Ruy Fausto e de Claude Lefort, podem questionar o poder nas várias instituições sociais e portanto, apesar da tendência ao aumento do poder do Estado na sociedade brasileira podem questionar, de uma forma ao menos tênue, essa própria sociedade, e o poder nas suas instituições.

Para se ter mais uma idéia da generalidade do

controle social sobre a vida social nos tempos em foco, cito uma medida da legislação pós-64, mencionada por Elizabeth e Anthony Leeds: foi o decreto "N", nº 870 de 15 de junho de 1967, segundo o Diário Oficial da Guanabara de 19 de junho de 1967, e pelo qual a Secretaria do Serviço Social do governador Negrão de Lima, teria subdivisões semi-autônomas em cada uma das repartições regionais encarregadas das favelas. Segundo este decreto o governo estadual reconhecia somente uma associação como corpo representativo da favela; esta associação deveria representar mais de 50% da população e submeter uma lista completa de residentes da favela à Secretaria. Pelo decreto, os administradores regionais deveriam criar um conselho de representantes de diferentes categorias sociais (organizações de classe) — uma de cada negócio, favela ou grupos de interesse, para ajudar a formular e a executar a política administrativa regional. "Se a associação existente age de má-fé (por exemplo não se submetendo quinzenalmente ao relatório financeiro do Estado, ou não depositando os fundos da favela especificamente no Banco do Estado da Guanabara), a Secretaria pode designar uma junta da favela de sua própria escolha." (todo o exemplo é de Anthony Leeds e Elizabeth Leeds, in "A Sociologia do Brasil Urbano", Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978, p.230).

Segundo os mesmos autores "O Estado [da Guanabara] então, tentou exercer controle substancial sobre as atividades das associações de favelas, bem como sobre suas populações. A realização da medida, como em muitos dos planos relativos a favelas, foi ineficiente e inconsistente, mas a medida em si mesma é indicativa do ponto de vista de que as favelas devem ser controladas." (Leeds e Leeds, ob.cit., p.230).

"Certamente", afirmaram os mesmos autores, "um representante de todas as favelas de uma administração regional era muito pouco representativo da diversidade de problemas, interesses, necessidades e objetivos das favelas em muito diferenciadas e de suas populações igualmente diversificadas. Esse solitário representante parece ter sido completamente apagado pelos outros grupos representativos nos conselhos — nos poucos que funcionaram. Aqui, novamente, somos levados à conclusão de que o objetivo era o controle, de que o pretendido era a cooptação; e de que a difusão dos interesses políticos do Esta

do [regional] para as favelas através desses conselhos era desejado pelo governador e seus conselheiros." (ob.cit.,p.230).

Estes mesmos autores afirmam: "Nos últimos anos da década de 60 e nos primeiros da década de 70, sobrepaira a ameaça e a possibilidade de remoção e realocização forçada, em massa, contrária ao desejo enfaticamente vociferado e prementemente expresso dos próprios moradores das favelas e da Federação das Associações das Favelas da Guanabara (FAFEG)." (ob.cit.,p.230). "O que é curioso nessa atmosfera de coerção governamental e de violência desenvolvida na base da política nacional estabelecida pelo B.N.H. com a — digamos, coagida — cooperação do Governo Estadual, é a contínua tentativa, em pequena escala, de oferecer uma solução alternativa à remoção pelo organismo experimental do Estado, a CODESCO (Companhia de Desenvolvimento Comunitário) criada no início de 1968." (Leeds e Leeds, ob.cit.,p.230).

Aqui continua o tema da luta dos movimentos populares contra a estrutura estatal, em seus três âmbitos, o federal, o estadual e municipal, no caso em questão, no estadual, Vemos ilustrado o contorno repressivo da ação estatal, mas ao mesmo tempo uma luta clara de resistência dos favelados do Rio de Janeiro, expressando-se inclusive através de uma organização social dos mesmos.

E pode ler-se a referência de Anthony e Elizabeth Leeds à ação do B.N.H. nos seus inícios: a tentativa violenta de remoção das favelas no Rio de Janeiro.

Isto talvez sirva como argumento, neste nível de abstração, o da citação de um texto, para apenas uma indicação no sentido de demonstrar que a ação governamental de habitação foi de violência na sua base, mas só que não se trata de uma informação original, obtida por mim. Vou tratar dessa ação num breve capítulo específico porém, e espero aclarar o que foi dito.

O mesmo se diga em relação à organização dos favelados, no Rio de Janeiro, e à citada resistência dos mesmos, conforme o argumento que venho esboçando.

Neste quadro geral, brevemente esboçado, das condições históricas da criação do Conselho de Moradores da Vila Costa e Silva, ou seja o do autoritarismo estatal, surgem, duas

perguntas: por que foi criado o Conselho de Moradores na Vila Costa e Silva? E também como foi criado: de baixo para cima ou de cima para baixo?

Procurarei responder a estas perguntas mais à frente, num outro capítulo.

Antes disso, porém, vou esboçar mais algumas considerações sobre os movimentos sociais depois de 1964.

Um ponto útil para esta minha caracterização dos movimentos sociais, está situado na exposição da tese de mestrado de Sérgio de Azevedo, A Política Habitacional para as Classes de Baixa Renda (Faculdades Cândido Mendes, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1975, mimeografada), em que este estudioso afirma a respeito do Estado pós-64, que ele se apoiou (segundo ele) numa aliança entre a burguesia e a alta classe média, com o que a maioria da população ficou excluída do esquema de poder estatal, inclusive como grupo de pressão (embora este conceito deva pertencer, me parece, à Sociologia norte-americana). (vide Sérgio de Azevedo, op.cit., p.6).

Uma das características desse Estado é o "... intento de imprimir à máquina burocrática estatal uma racionalidade econômico-administrativa de tipo empresarial" (Sérgio de Azevedo, op.cit., p.6).

Com relação a isto se situa a questão de analisar de que modo esta racionalidade econômico-administrativa de tipo empresarial "... se traduziu em normas orientadoras da Política Habitacional, em geral, e particularmente, em relação às classes de baixa renda." (Sérgio de Azevedo, op.cit., p.7).

Este estudioso afirmou: "Portanto, ao analisar - mos o impacto da Política Habitacional nas classes de baixa renda, acreditamos estar, em última instância, contribuindo para uma melhor compreensão do caráter do Estado Brasileiro." (Sérgio de Azevedo, op.cit., p.8).

E aqui, cito a questão principal para Sérgio de Azevedo, que é a sua preocupação de equacionar a relação entre a ação estatal de habitação e a compra de habitações dentro desta ação, pelas famílias das classes de baixa renda. Ele tira a respeito disto várias conclusões, uma das quais, a de número 3, está assim formulada: "O "Insucesso" da atuação no cha

mado Mercado Popular, não pode basicamente ser imputado a falhas técnicas e administrativas do B.N.H. e seus agentes. A impraticabilidade de aplicação de uma política de racionalidade empresarial para as faixas de baixa renda, está intimamente associada à política econômica e, especialmente, à política salarial adotada a partir de 1964, que aumentou a concentração de renda e diminuiu, significativamente o salário mínimo real nos últimos dez anos." (Sérgio de Azevedo, op.cit., p.96).

Isto que foi considerado linhas atrás, se casa com a questão do rígido controle estatal dos movimentos sociais, como eu vinha considerando: a maioria da população ficou excluída do esquema de poder estatal, mesmo como grupo de pressão, o que está de acordo, me parece, com o que foi dito atrás, sendo de salientar-se novamente que a repressão estatal desempenhou neste sentido um papel fundamental; e ao lado disso, posso grifar que a chamada política econômica foi concentradora de rendas, e fez cair fortemente o salário mínimo real, este último fato ocorrendo até 1975, a data da defesa desta tese.

Sérgio de Azevedo, portanto, salienta, me parece, a ação estatal no pós-64, tanto na habitação quanto na economia na qual se destaca a queda do salário mínimo real, o que teria diminuído bastante as ações populistas, no interior da sociedade brasileira. Assim ele afirmou que as autoridades do B.N.H. "... não pretendem, em hipótese alguma, reconhecer oficialmente nenhuma forma de subsídio, porquanto em última instância, isto seria legitimar uma das características da política populista utilizada antes de 1964" (Sérgio de Azevedo, op.cit., p.11). Eu encaro o populismo não como uma forma de dominação social estatal, mas sim das classes dominantes sobre as dominadas. Parece-me que o estudioso que estou citando, porém atribui ao populismo o sentido que eu estou afastando. De qualquer modo, porém, tanto em termos sociais, quanto sócio-econômicos, a ação dos movimentos sociais foi barrada, embora se possa considerar o Estado como representante de uma classe social e, assim, antes de 1964, o populismo como sendo realizado por intermédio do poder estatal (é o que talvez tenha acontecido com os subsídios depois de 1964, para as compras de moradias populares, conforme a citação acima).

Mas, em relação à mesma questão, da repressão

dos movimentos sociais, Anthony e Elizabeth Leeds se referem a 1964 como uma época de ruptura social, do poder estatal, com o golpe de Estado de 1964. (Anthony e Elizabeth Leeds, A Sociologia do Brasil Urbano, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978, p. 230).

Isto aconteceu, para estes autores, dentro da tendência histórica nas últimas décadas para uma crise de urbanização na América Latina, e mesmo talvez no mundo, que consistiu "... no imenso crescimento populacional das cidades, por um lado, e, por outro, na falta de recursos especialmente na habitação e infra-estrutura urbana a ela relacionadas, para acomodar os urbanitas nativos recém-chegados, particularmente aqueles de baixa renda. O grau dessa falta e, como consequência, a intensidade da crise dependeu um pouco dos padrões de habitação e infra-estrutura estabelecidos como normas. Estas normas e, com elas, as definições do problema da "habitação social" ou "habitação de interesse social" — eufemismos frequentemente usados para a habitação barata de baixa renda — são estabelecidas em larga medida pelos membros das classes de renda superior que controlam também a construção e as políticas e instituições urbanas. "(Leeds e Leeds, ob.cit.p.186).

Para estes autores, "a década de 1960, embora um corte artificial e mesmo impróprio do fluxo histórico, tem certa significação para o Brasil e para o estudo das favelas." (ob. cit., p.187).

Mas, para eles, "A década de 60 se caracteriza também pela crescente dissonância das linhas contrapontísticas de desenvolvimento no interior da sociedade, de modo que a textura da composição em algum ponto precisava quebrar-se para se estabelecer como uma nova forma de desenvolvimento. Essa quebra foi o movimento militar de 1964, com todas as mudanças institucionais significativas que ele produziu. Estas, em suma, geraram mudanças no curso na política de desenvolvimento de abordagens institucionalistas para abordagens monetaristas, mudança esta que se refletiu na política habitacional e urbana, no controle salarial, nas estratégias de importação-exportação e em desenvolvimentos infra-estruturais. Talvez ainda mais importante, elas envolveram uma expansão drástica de uma extensa inovação em uma feroz aplicação de controles sócio-políti -

cos." (ob.cit.,p.187).

Porém, e ainda em relação ao mesmo tema, Paul Kenneth Erickson, em sua tese Labor in the Political Process in Brazil: Corporatism in a modernizing nation(a que tive acesso em 1974, em uma versão fotocopiada, por gentileza do Prof. Paulo Sérgio Pinheiro), formula a questão da ruptura de 1964 em termos que, utilizando o modelo de Barrington Moore sugerem que antes de estar, naquela ocasião, em estágio pré-revolucionário, o Brasil se encontrava em estágio pré-fascista de desenvolvimento (o primeiro referido ao pré-64 e o segundo, ao correr do pós-64).

A questão foi analisada em vários níveis: 1º) no mais específico, o autor analisou o poder "político" (nas suas palavras) dos líderes trabalhistas brasileiros e considera as fontes desse poder, bem como as limitações de seu exercício; 2º) no nível mais geral fez "um estudo de caso", para esclarecer algo sobre a natureza corporativa geral do "sistema político brasileiro"; 3º) finalmente analisou a habilidade do sistema corporativo, para responder as principais necessidades sociais e "políticas" de uma nação em modernização, em relação por exemplo à integração da crescente classe operária urbana ao sistema "político" e social. O corporativismo como forma de "sistema social" seria capaz de minimizar a curto prazo, durante o período de modernização e de maior industrialização, as disrupções sociais, mas aumentaria a possibilidade a longo prazo, da emergência do fascismo como regime social.

Em relação às referências anteriores do controle repressivo dos movimentos sociais posso afirmar que pelo menos um pré-fascismo ocorreu, me parece no Brasil.

Sim, pois o modelo de fascismo do autor, é o de Barrington Moore, segundo qual, as origens deste "sistema social" se enraízam em uma "revolução" modernizadora realizada de cima para baixo das camadas sociais. Às pãgs.343, o autor afirma que esta é uma "revolução" "... na qual a nação tenta modernizar a sua economia e melhorar sua posição de poder internacional, enquanto mantém tanto quanto possível a sua estrutura social tradicional:" Existe uma variante fascista de desenvolvimento, no qual a industrialização não resulta de uma revolução burguesa na qual os interesses comerciais e industriais impõem uma nova estrutura de valores sobre a nação às

expensas de uma aristocracia rural tradicional que dominou alguns. Antes disso, o processo de industrialização se dá devido nesta variante"... a uma áspera coalizão trabalhista entre setores influentes das louváveis classes superiores e os interesses emergentes, comerciais e manufatureiros" (B. Moore Jr., citado pelo autor, op.cit.).

No Brasil, a industrialização, desde a Depressão, tem sido caracterizada por uma relação simbiótica entre os interesses manufatureiros e os dos proprietários de terras. Quando o mercado mundial do café declinou, após a quebra, o governo intensificou a prática de comprar estoques em excesso. Os plantadores eram pagos em cruzeiros ao invés de moeda estrangeira, o que forçou-os a comprar produtos de consumo produzidos internamente no país.

Houve uma tácita coalizão para manter a estrutura social tradicional: a legislação trabalhista desenvolvida após 1930, com as áreas rurais especificamente excluídas de sua regulamentação, levou os trabalhadores agrícolas a não poderem formar sindicatos até o período populista dos anos 60 (tudo o que foi citado logo atrás é de autoria de Paul Kenneth Erickson, op.cit.).

Quanto aos setores médios, o autor em foco cita Richard N. Adams que observa que "... o aparentemente novo grupo médio é somente uma extensão da alta classe tradicional, tanto em termos de posição econômica como de valores básicos." (P. K. Erickson, p.345). Estes setores se constituiriam num dos maiores obstáculos para as reformas fundamentais do poder "político", na América Latina (segundo o mesmo autor, op.cit.).

No Brasil a causa da persistência de valores tradicionais foi que a burguesia trocou o direito legal pelo direito de enriquecer. Moore Jr. fala em "labor repressive agriculture", isto é, um sistema que colocou maior confiança em mecanismos "políticos" do que no mercado de trabalho, para assegurar uma adequada força de trabalho e criar um "surplus" agrícola para consumo das outras classes (segundo o autor em foco, op.cit.).

Em grau não menor, este padrão também subjaz ao mercado urbano de trabalho, onde o sistema sindical tem servido para controlar as atividades trabalhistas (quando ele fa-

lha, surgem mecanismos que reprimem o setor do trabalho). (mesma referência bibliográfica).

Desde de 1964, a industrialização tem sido feita ao lado de estruturas tradicionais de valores, e a classe operária tem pago um preço crescentemente alto para sustentá-la.

A coalização que Moore aponta, com o contrôlo dos trabalhadores, tem sido, desde então, mantida por competentes burocratas estatais (P.K.Erickson, op.cit., p.346).

Os exemplos genéricos de B.Moore Jr., de pré-fascismo, localizam a transformação de uma série de mercados limitados, de trabalho e de capital, em sistemas de âmbito nacional pela centralização das ações "políticas" [as aspas são minhas - R.M.N.] e pela quebra de barreiras entre as unidades regionais, quando então os trabalhadores foram economicamente submetidos.

Creio que houve um pré-fascismo no Brasil, e não só um controle estatal repressivo dos movimentos sociais como vinha sendo mencionado.

A tese de mestrado de Sérgio de Azevedo, foi defendida em 1975, a concluir pelas datas das edições dos jornais nela utilizados.

Então, temos até por volta daquele ano a questão da queda real do salário-mínimo como uma das "causas" do insucesso da ação habitacional estatal para as camadas sociais de rendas baixas, de modo geral no Brasil, desde que uma grande porcentagem de trabalhadores recebiam então, e ainda recebem aquela remuneração, pela execução de seu trabalho.

Mas mesmo considerando os trabalhadores que recebiam e ainda recebem hoje, até 3 salários-mínimos e que são abrangidos pela ação do B.N.H. dentro do mercado popular, conforme a conclusão número 14 da tese em foco (op.cit., p.99), posso afirmar, por um raciocínio dedutivo, que houve uma queda dos salários reais até 1975.

Sim, pois mais ou menos de 1968 até 1973, tivemos no Brasil, segundo uma periodização, se não me engano, do economista Paul Singer, a implementação do auge do arrocho salarial, dentro do marco mais amplo referido por Sérgio de Azevedo da política salarial desde 1964 e que foi pelo menos até

1975. Este auge foi marcado, espetacularmente, em 1971 (se não me engano), por uma manipulação do índice de crescimento da inflação pelos membros dos órgãos governamentais federais que fabricaram uma taxa mentirosa de aumento da inflação (e em consequência do aumento do custo de vida) de vinte e poucos por cento, dentro da situação referida neste capítulo, de um feroz controle sobre os movimentos sociais, e inclusive com o impedimento da ação livre dos sindicatos de trabalhadores na defesa do nível dos salários, e em outros movimentos.

Isto ficou mais claro, creio, para os membros da sociedade, em geral, como uma informação verdadeira, quando nas greves dos operários metalúrgicos do A.B.C., em São Paulo, em 1978, os respectivos sindicatos, assessorados por dados estatísticos do D.I.E.E.S.E. (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) de São Paulo, na capital, pediram entre outras coisas, a reposição salarial correspondente às perdas daquele ano. Observo, de passagem, que embora essa informação tenha se tornado bastante conhecida, e portanto de assimilação possível por todos os membros da sociedade, muitas categorias de trabalhadores, inclusive de assalariados das classes médias, não se organizaram para fazer a mesma reivindicação às direções das empresas (ressalvados é claro os trabalhadores "muito qualificados" e que mesmo no auge do arrocho salarial, mantiveram forte o seu poder de negociação com as empresas, com o que os seus salários devem ter tido um aumento real; quanto às funções de alta administração e de gerência, pela mesma razão, deve ter ocorrido um aumento real da remuneração).

Muitos dirão que estas últimas categorias são mais "atrasadas" em termos de "desenvolvimento capitalista" no Brasil, e por isso ficaram atrás das que tem "consciência mais avançada", ou seja as dos ramos econômicos tecnologicamente mais avançados.

Observo entretanto que este fato demonstra (ou ao menos indica uma correlação entre os termos) que não é o conhecimento ou a compreensão racional de uma informação que leva os agentes sociais à ação mais ou menos "adequada" de defesa ou de ataque, ou leva um grupo social, ou mesmo no limite leva uma parte de uma classe social à mesma ação. Ainda mais se conside

rarmos que o quadro social a partir de 1977, era favorável às ações grupais ou de massa, como aconteceu no A.B.C. de São Paulo (alguns diriam que a conjuntura social era objetivamente favorável às greves de trabalhadores, pelo menos as defensivas, o que seria a razão para a sua ocorrência).

Como eu venho considerando, havia desde 1964, um contexto de controle repressivo do Estado sobre os movimentos sociais, com intervenções em sindicatos operários, como, se estou bem lembrado, no dos metalúrgicos de São Paulo por volta de 1968 e com a repressão dos movimentos estudantis secundarista e universitário em 1967 e principalmente em 1968. Além disso, as greves que os trabalhadores metalúrgicos tentaram realizar em Contagem, uma cidade Minas Gerais e em Osasco, uma cidade São Paulo, foram reprimidos de modo também violento.

Houve também em 1968, o fechamento do Congresso Nacional pois este não deu licença para que o Executivo Federal processasse o deputado federal Márcio Moreira Alves, que teria ofendido a honra ... das Forças Armadas.

Segundo uma notícia recente de jornal de 1984, esse fechamento se não me engano, foi apoiado, na ocasião, por empresários industriais, pois quando de um recente episódio "político", se não me engano ligado à tentativa de aprovação das eleições diretas para a presidência da República, o Sr. Cláudio Bardella salvo engano meu, afirmou que "desta vez nós não aprovaremos o fechamento do Congresso" referindo-se, ao que me parece a 1968 (ou mais improvavelmente ao fechamento do mesmo Congresso em 1977 pelo general - presidente Ernesto Geisel, se não me falha a memória).

Isto dá uma idéia de como muitos empresários (o Sr. Mário Henrique Simonsen é outro exemplo) da chamada burguesia nacional acompanhavam atentamente a vida pública do país e de como tinham uma certa medida de influência nas decisões a ela concernentes. Daí ficar difícil, apesar do controle repressivo dos movimentos sociais depois de 1964, falar-se em exclusão dos empresários do esquema de poder estatal nos sucessivos governos, e falar-se que o "regime político" fosse uma "autocracia militar". Eu prefiro ficar com o esquema proposto por Sérgio de Azevedo, mencionado acima e com as referências de P.K. Erickson, citadas linhas atrás. Mas então, como não podemos

estudar a sociedade humana e a brasileira em particular sem fazer uma periodização histórica, vou voltar a citar o ano de 1977, como um marco histórico no pós-1964 para os movimentos sociais.

Neste ano, ao que me parece, o controle repressivo estatal foi aberto pela ação de vários grupos sociais, o que marcou uma subida nos movimentos sociais no Brasil. É o caso das passeatas massivas de universitários na cidade de São Paulo contra a prisão de estudantes por volta de 19 de maio e que antecederam a vários movimentos grevistas em 1978, 1979, etc. já citados, de operários na região do A.B.C. em São Paulo.

Posso lembrar também a greve dos professores do ensino público estadual em todo o estado de São Paulo, se bem me lembro em 1978 e que foi um marco organizativo na história desta categoria. A repressão policial estatal continuou existindo mas já que sem poder anular os movimentos, que além de terem surgido tiveram força para continuar por algum tempo. E mais, a época propiciou a sua eclosão em número relativamente grande e com uma duração também mais ou menos continuada ou concomitante.

O primeiro deles, a passeata de estudantes, em 1977, que me parece ser um marco divisor, foi espontâneo em grande medida, embora houvessem organizações como a Convergência Socialista para movimentar o povo explorado economicamente. Mas o número de participantes é indicativo de uma revolta latente contra os exploradores econômicos e contra a repressão do governo federal (ou seja contra a ação estatal, da qual seria injusto esquecer o favorecimento que ela propiciou às empresas multinacionais depois de 1964).

Quero mencionar também a repressão policial que vários membros do P.C.B. sofreram em 1975, na U.N.I.C.A.M.P., quando o seu campus foi invadido. Nessa ocasião foi realizada como reação, a maior assembleia universitária da história daquela universidade (e se não me engano uma manifestação no centro de Campinas).

Mas de forma ativa e em número maior de grupos sociais se movimentando, me parece que o marco de uma subida nos movimentos sociais, foi mesmo 1977.

É bem verdade também que a eleição "plebiscitária" de Orestes Quêrcia (dizia-se, no Estado de São Paulo que

se iria votar a favor ou contra o governo) para o Senado Federal, pelo então M.D.B., e contando com a retaguarda programática de membros do P.C.B., movimentou bastante a chamada opinião pública em 1974, ainda mais com a campanha eleitoral se realizando livremente nos meios de comunicação de massas (que constituem mais ou menos a indústria cultural). Foi tão grande o impacto da propaganda eleitoral pelas televisões que, se não me engano por isso o governo federal baixou a famigerada Lei Falcão, limitando o acesso dos políticos e dos partidos às mesmas. Mas os movimentos sociais continuavam ainda sufocados.

É bom citar que a legislação trabalhista de moldes fascistas, espertamente criada por Getúlio Vargas, depois de 1930 continuava e ainda continua em vigor, concedendo muita coisa reivindicada pelos trabalhadores antes daquela data, sob a influência anarquista e apresentando-se o autor como "doador" de direitos trabalhistas. Ora esta legislação nas mãos dos patrões, constituiu uma arma para freiar, por exemplo, a autonomia sindical e outras liberdades dos trabalhadores, e portanto, não podemos desprezar a sua influência na sufocação do movimento sindical dentro do período em foco, até 1977. Portanto não foi só o Estado que impediu a eclosão do movimento sindical no período mas também a ação dos patrões e de seus pelegos.

Mas a repressão estatal como, por exemplo, as intervenções em sindicatos de trabalhadores para depor diretores é que foi decisiva. Esta repressão estatal foi bem mais extensa na sociedade toda, do que em relação apenas aos sindicatos laborais. (Devo lembrar que a legislação trabalhista antecedeu o golpe de Estado de 1964, o que pode ser um obstáculo nesta linha de argumentação. Podemos, no entanto, e a grosso modo, tomar 1964 como um ponto de estrangulamento no padrão de crescimento econômico de uma época anterior, e que foi então reformulado pelos interesses dominantes com base no poder repressivo do Estado, sendo a sua característica principal, o já exaustivamente citado arrocho salarial. Ao lado disso, o Estado começou a desempenhar várias funções econômicas, inclusive com a entrada em funcionamento de várias empresas econômicas estatais). E nesse quadro foi criado com grandes pretensões por parte do governo federal o B.N.H., para resolver o enorme déficit habitacional, com a centralização da ação estatal de habitação

nas mãos do Estado, o que pelo menos hipoteticamente facilitaria a solução do problema.

Mas os objetivos mais específicos para a criação do B.N.H. já foram mencionados acima.

Quero me referir aqui a uma das principais características do Estado no pós-64, ou seja a sua intervenção (ou ação) cada vez maior em quase todas as relações sociais no interior da sociedade civil, no caso do Brasil.

Aqui há uma contradição aparente: por um lado foi dito que os agentes estatais reprimiam os movimentos sociais ou seja pode fazer-se a imagem de uma sociedade civil imobilizada (ou desativada) em certos tipos de relações sociais como a união de indivíduos para lutar por certos objetivos e que seria o aspecto negativo; mas por outro, e dentro do que foi colocado a respeito na introdução destas linhas, se apresenta a realização das tendências que H. Marcuse apontou no caminho dos países ricos do capitalismo e nos países centrais do "socialismo real", como um aspecto positivo dentro da sociedade nesta contradição. Também o que Claude Lefort apontou a respeito, eu vou levar em conta: a expansão do Estado, de modo que "... se afirma a impessoalidade do Estado no processo da administração, [é] faz-se valer positivamente na construção de uma grande máquina cujos movimentos buscam comandar toda a vida social." (vide a entrevista citada acima).

Afirmou Marcuse a respeito das exigências do Estado do Bem-Estar Social: "Sob tais circunstâncias, as perspectivas de uma perfeita contenção das tendências centrífugas [por exemplo quando ele próprio afirmou que "... o impedimento contínuo da automatização poderá enfraquecer a posição competitiva nacional e internacional do capital, ocasionar uma de pressão de longo alcance e, conseqüentemente, reativar o conflito de interesses de classes" (H. Marcuse ob. cit. p. 53) dependem primordialmente da habilidade dos interesses adquiridos para se ajustarem e ajustarem sua economia às exigências do Estado do Bem-Estar Social. Gastos e direção governamentais enormemente aumentados, um programa de ajuda externa ampliado, seguro social total, obras públicas em grande escala e talvez até a nacionalização parcial fazem parte dessas exigências. Creio que os interesses dominantes aceitarão essas exigências gra

dativamente e com hesitação, confiando suas prerrogativas a um poder mais eficaz." (H. Marcuse, ob. cit., p. 54).

As análises dos dois filósofos citados convergem em termos da existência de um controle total (e que segundo Marcuse é até totalitário) de toda a vida social, com a dominação social disfarçada em administração social.

Senão vejamos:

Fala Marcuse em direção governamental enormemente aumentada; fala Lefort na construção pelo Estado de uma máquina cujos movimentos buscam comandar toda a vida social. Creio que há mesmo uma confluência das análises, em relação às tendências históricas na atualidade contemporânea.

Marcuse fala no Estado Bem-Estar Social uma noção extraída, me parece, de John Kenneth Galbraith, que é uma situação na qual, para a contenção do conflito social entre os detentores do capital e os detentores do Trabalho, e de outros conflitos sociais (Lefort se refere a eles em cheio, em relação à família, à escola e a outras situações sociais), os interesses dominantes na sociedade ou os interesses sociais adquiridos se ajustarão às exigências dessa situação do Bem-Estar Social, e ajustarão a sua economia a elas: a direção governamental da sociedade já citada enormemente aumentada; os gastos governamentais também enormemente aumentados; obras públicas em grande escala e talvez até a nacionalização parcial das empresas, eu suponho, estrangeiras em cada país.

No Brasil de uns tempos para cá é isto, que estou observando acontecer, embora em extensão ainda não total.

O Brasil está se tornando uma sociedade industrial, na conceituação de Marcuse citada na introdução destas linhas, como uma tendência histórica, muito embora as nossas autoridades, do plano federal e muitos estudiosos, até, falem do país como estando em vias de desenvolvimento.

Marcuse na verdade afirmou conforme está citado nas linhas acima que "Para qualquer percepção e consciência, para qualquer experiência que não aceite o interesse social predominante como a lei suprema do pensamento e do comportamento, o universo de necessidades e satisfações é fato a ser questionado — discutido em termos de veracidade e falsidade. Esses

termos, são totalmente históricos e sua objetividade é histórica. O julgamento das necessidades e sua satisfação, nas condições dadas, envolve padrões de prioridade — padrões que se referem ao desenvolvimento ótimo do indivíduo, de todos os indivíduos, sob a ótima utilização dos recursos materiais e intelectuais à disposição do homem. Os recursos são calculáveis. "Veracidade" e "Falsidade" das necessidades designam condições objetivas no quanto a satisfação universal das necessidades vitais e, além disso a suavização progressiva da luta e da pobreza sejam padrões universalmente válidos. Mas, como padrões históricos, não apenas variam de acordo com a área e o estágio do desenvolvimento como também só podem ser definidos em (maior ou menor) contradição com os padrões comuns. Que tribunal se poderá invocar autoridade para decidir?."

O caso do Brasil me parece que está aí enquadrado em termos conceituais desenvolvimentistas e apresenta as tendências históricas citadas. Antes disso e contando com elementos de análise também desenvolvimentistas, Marcuse afirmou, no mesmo livro:

"Essas novas modalidades [de concepção para as liberdades econômica, política e intelectual] só podem ser indicadas em termos negativos porque importariam a negação das modalidades comuns. Assim, liberdade econômica significaria liberdade de economia — de ser controlado pelas forças e relações econômicas; liberdade de luta cotidiana pela existência, de ganhar a vida. Liberdade política significaria a libertação do indivíduo da política sobre a qual ele não tem controle eficaz algum. Do mesmo modo, liberdade intelectual significaria a restauração do pensamento individual, ora absorvido pela comunicação e doutrinação em massa, abolição da "opinião pública" juntamente com os seus forjadores. O tom irreal dessas proposições não indica seu caráter utópico, mas o vigor das forças que impedem sua realização. A mais eficaz e resistente forma de guerra contra a libertação é a implantação das necessidades materiais e intelectuais que perpetuam formas obsoletas da luta pela existência."

De um ponto de vista ao mesmo tempo desenvolvimentista e freudiano de análise, Marcuse afirmou a seguir conforme já foi citado: "A intensidade, a satisfação e até o

caráter das necessidades humanas, acima do nível biológico, sempre foram condicionados. O fato de a possibilidade de se fazer ou deixar de lado, gozar ou destruir, possuir ou rejeitar algo ser ou não tomada por necessidade depende de poder ou não ser ela vista como desejável e necessária aos interesses e instituições sociais comuns. Neste sentido, as necessidades humanas são necessidades históricas e no quanto a sociedade exija o desenvolvimento repressivo do indivíduo, as próprias necessidades individuais e o direito destas à satisfação ficam sujeitos a padrões críticos predominantes." Mais adiante Marcuse afirma que "A maioria das necessidades comuns de descansar, distrair-se, comportar-se e consumir de acordo com os anúncios, amar e odiar o que os outros amam e odeiam, pertence a essa categoria de falsas necessidades". É aqui chegamos à questão do consumismo no ponto em que Marcuse se refere à necessidade de consumir de acordo com os anúncios como sendo uma falsa necessidade. É justamente o que o Sr. José Arthur Giaunotti defende, o consumismo, como uma estratégia de luta pela transformação social, desde que tendo revisonado a sua posição de esperança na tomada revolucionária do poder, ou seja na revolução socialista proletária, caiu na concepção dos leninistas de hoje, que, ao lado dos gramscianos, falam apenas em transformações sociais lentas e graduais, mesmo em relação ao proletariado mundial.

As "condições objetivas" para a revolução socialista proletária devem ter caído do cacho, no Brasil, de vez que os revisionistas leninistas com as suas bandeiras de derrotar primeiro o imperialismo ... financeiro em "união produtiva" com a burguesia industrial cabocla, e depois em outra fase histórica posterior, fazer a luta contra essa burguesia nacional (que em verdade sempre dependeu, mais ou menos, dos favores do Estado), leva-os a enxergar como progressistas até os resultados dos governos da ditadura no pós-64, uma vez que as forças produtivas foram "objetivamente desenvolvidas", seja lá sob a direção de quem quer que tenha sido. Neste caso como em todos os demais, os fins justificam os meios para alcançá-los, e portanto eles vão resoluta e valentemente à frente, em relação a tudo o que possa representar progresso econômico. Afinal, eles não são reacionários para

defenderem certas ideologias de luta reacionária ... Eles, e os trotskistas também, neste caso, não têm por que defenderem a liberdade de pensamento citada por Marcuse na atualidade. Como também não tinham por volta de 1921, quando os "sectários esquerdistas" isto é, os marinheiros, de Kronstadt na Rússia, fizeram essa reivindicação. A sua bandeira, a par com os trotskistas, é "deixar passar", e quem não deixa é retrógrado, reacionário, quando não é tachado de moralista por que não aceita, "a realidade tal que ela é", sem "resquícios idealistas". A cabeça deles deve ser tão fiel à realidade e tão desprovida de "desvios ideológicos", que talvez desse até gosto de observar (se não fosse o mau gosto inerente nesta atividade). Neste ponto eu encaixo outro trecho de Marcuse, em que afirma, conforme já foi citado acima que: "No período contemporâneo, os contrôles tecnológicos, parece serem a própria personificação da Razão para o bem de todos os grupos e interesses sociais— a tal ponto que toda contradição parece irracional e toda ação contrária parece impossível". (H. Marcuse, ob. cit., p.30). Ou seja, como vinha sendo dito, deve aceitar-se a realidade "tal qual ela é".

Aqui e na mesma direção apontada, inclusive a da citação de Marcuse sobre a "opinião pública", eu quero citar o hábito generalizado de realizar atualmente no Brasil, as chamadas pesquisas de opinião pública ou limitada.

Por exemplo o Sr. Tancredo Neves, o novo presidente da República, mencionou em relação à realização do pacto social que vem sendo tão defendido ultimamente que:

"Hã diversos processos de legitimação. O processo específico vem realmente das urnas e do pronunciamento popular. Mas não se legitima um poder apenas através das urnas. Hã outros processos no direito público moderno de legitimar o poder. O primeiro são as pesquisas de opinião pública. E estas estão sendo levadas a efeito no País de formam permanente e constante com a maior idoneidade e rigor técnico.

"Nestas consultas de opinião pública, o nosso movimento e sua candidatura (a de Tancredo) acolhe preferências que nunca são inferiores a 80%. Mas não é apenas na pesquisa e na consulta de ordem geral. Quando se faz pesquisas setoriais

através de entidades de classe, sindicatos e federações elas nunca são menores que 75%. Este é também um processo de legitimidade do governo. Mas há outros também, como o dos comícios em praça pública. Comícios de nossa campanha têm sido muito superiores aos das Diretas-já em presença e número. Temos outros processos de legitimação, como o apoio de mais de dois terços dos congressistas e da quase totalidade das Assembléias Legislativas de todo o Brasil." (vide notícia do "Correio Popular", edição de 08/12/84, à pág.8; grifos meus).

Creio que esta citação fala por si mesma. É sintomática a menção ao direito público moderno, com as suas formas "modernas" de legitimação de um poder social. Creio que o sr. Tancredo Neves assumiu a validade das pesquisas de opinião posso dizer, talvez, aceitando "a dura realidade dos fatos". Entrou na onda atual dessas pesquisas de opinião, pública ou limitada, o que parece ser uma "adaptação" à tendência histórica que H. Marcuse apontou.

E não está sozinho nesta postura, em relação à "mercadologia política". O jornal "Folha de S. Paulo" por exemplo realiza pesquisas de opinião em quase todas as semanas a respeito de assuntos públicos e sociais.

Deixando de lado a questão importante de que as perguntas já sugerem as respostas, de uma ou de outra forma, existe a questão mais importante, que é a da propaganda que a publicação dos resultados das pesquisas realiza, ou seja os resultados não apenas indicam as preferências da "opinião pública", mas sugerem atitudes e opiniões aos consumidores dos resultados das mesmas. Isto sem falar na idéia, mais ou menos implícita de que as pesquisas indicariam o que maioria da população, ou do público, quer ou deseja em relação ao objeto das pesquisas (os indivíduos pesquisados são tratados como um público e não como membros de grupos ou camadas sociais).

Outro ponto é que as pesquisas, se fossem assumidas como expressão de uma verdade, mesmo assim, se limitam a um empirismo quase total. Os pressupostos teóricos ficam ou ignorados, ou falando de modo mais radical, podem ser expressos por aquilo que Theodor Adorno mencionou a respeito das idéias para uma metodologia da Sociologia da Música, conforme a citação em linhas adiante no capítulo 3, de um artigo se não me engano da revista Teoria e Prática (que como quase todas

as publicações realmente críticas não são compradas, muito embora, hoje, a direção da sociedade industrial que se está formando no Brasil tenha a capacidade mencionada por Marcuse (e também por J.A.Giannotti) de absorver todas as formas de oposição; parece reinar a este respeito uma total "pluralidade i deológica", quando na verdade as idéias, e também os comportamentos humanos tendem a se tornar unidimensionais. Este último fato é festejado por muita gente como um sinônimo de uma maior impessoalidade nas relações sociais e portanto de uma maior transparência ou objetividade (ou até produtividade nas mesmas relações): a simples presença do instrumental, mediando a relação entre o sujeito e o objeto de pesquisa, no caso citado um questionário padronizado a ser aplicado, já altera as condições e os resultados da mesma. E como alguns ainda defendem a idéia de que o que interessa nas relações sociais, é o resultado, então pode ter-se uma idéia do significado individual e social catastrófico (pelo menos é o que me parece) dessas "medidas" dos interesses, etc., dos indivíduos pesquisados.

Lembro ainda nas linhas citadas acima, a referência à forma permanente e constante (além do "rigor técnico") da realização das pesquisas de opinião. Isto parece se situar dentro da concepção de um tempo histórico que só pode transformar-se lenta e gradualmente e nunca por saltos ou interrupções. Cito ainda, em relação às referidas pesquisas que o Partido dos Trabalhadores também faz uso das mesmas, para orientar a sua ação e ter uma indicação (ou retorno, ou "feedback") a respeito de suas intervenções reativas e mesmo as prospectivas na realidade social brasileira (esta informação é baseada na leitura do jornal "Folha de S.Paulo"), o que aponta na mesma direção de uma concepção de transformação social lenta e gradativa (esta concepção vai se realizando, e as práticas correspondentes citadas acima, vão repondo as condições para o reforço desta concepção que se torna, cada vez mais dominante e totalitária), isto sem considerar quais interesses são atendidos com esta "submissão (ou adesão?) aos fatos da vida", muito embora Marcuse já os tenha desenhado.

CAPITULO II

CAPÍTULO II

2. A Ação do BNH e a Vila Costa e Silva

Dentro do contexto de rígido controle estatal sobre a vida social do país, e notadamente dos movimentos populares, vou fazer, neste capítulo, mais algumas citações e considerações atinentes à chamada política habitacional, em termos do seu nascimento no Brasil e da sua posição na cidade de Campinas, principalmente no referente à Vila Costa e Silva.

Para localizar o surgimento da ação estatal habitacional no Brasil, vou recorrer novamente a Anthony e a Elizabeth Leeds que assim se referem à questão: "Assim, por exemplo, a CHISAM [CoOrdenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio de Janeiro, órgão administrativo federal que surgiu em oposição à CODESCO [Companhia de Desenvolvimento Comunitário]] declara (CHISAM, 1969:6): "Apenas de 1962 em diante é que o problema da favela começou a ser abordado com maior profundidade" (ob.cit., p.237, e passim).

Estes autores afirmaram também: "Em outras palavras, as abordagens e soluções do período Rios [José Artur Rios], 1960-62, ou aquelas que foram adotadas com sucessos em outros países, como o Peru, são implicitamente rejeitadas, presumivelmente sob alegações de falta de coordenação, fracasso em consolidar a política, e "pulverização" de recursos. O ano de 1962 também marca o começo das políticas de remoção de Lacerda e da construção de vilas proletárias, das quais as políticas do BNH e da CHISAM são continuações." (ob.cit., p.237).

Assim e conforme o que já foi escrito no capítulo 1, estamos diante da criação do B.N.H. e do início de sua atuação como órgão estatal: uma das razões dessa criação foi a remoção das favelas nas grandes cidades, mas principalmente do Rio de Janeiro, e outra foi a de dar, ao que parece, alguma continuidade, quase que como uma resposta aos esboços de ação governamental de habitação que aconteceram notadamente no mesmo Rio de Janeiro, no período imediatamente anterior a 1964, e que fôra um período de dominação social predominantemente populista dentro da sociedade brasileira.

Esta tentativa de dar alguma continuação à atua

ção governamental na habitação e a forma não-populista com que se tentou levá-la adiante, é apontada por Anthony Leeds e Elizabeth Leeds, em termos de uma oposição entre a atuação da C.O.H.A.B. (Companhia de Habitação popular) da Guanabara, que desde dezembro de 1962 iniciou uma era de erradicação na ação relativa às favelas no estado da Guanabara, e a atuação do Conselho Federal de Habitação criado em junho de 1962 pelo governo de João Goulart, e que parecia "...orientar-se, em primeiro lugar para a abertura de canais ao pobre(...), provavelmente uma continuação do populismo getulista bem como parte da tentativa multifacetada do Presidente Goulart de lançar uma base política firme no seio do proletariado urbano(...). O Conselho Federal de Habitação deveria também encorajar a pesquisa habitacional (...) e criar pessoal técnico"(A.Leeds e E.Leeds, ob.cit., pp . 215-6).

"Apesar de seu encargo, (...), de reconstruir e urbanizar bem como de erradicar as favelas, declarações em documentos da C.O.H.A.B. criticam as administrações anteriores por não terem pensado em termos de erradicação, sugerindo que a erradicação era a única política realista."(A.Leeds e E.Leeds, ob.cit., p.217).

Um documento dessa C.O.H.A.B. ilustra esta formulação:"Depois de 1955, o Estado voltou seus olhos mais uma vez para o problema. Criou vários órgãos e instituições que tentaram por várias formas e meios minimizar os efeitos das pressões sócio-econômicas que atuaram sobre a população favelada. Nenhum deles tinha como objetivo a erradicação dessas aglomerações. O atual governo (Lacerda) foi o primeiro a enfrentar o problema em termos de erradicação"(GB,C.O.H.A.B.,1963-65:4)." (A. Leeds e E.Leeds, ob.cit.,p.217).

Neste ponto os autores em foco se referem à criação do B.N.H.:"Foi dado amplo apoio econômico e institucional à política de erradicação com a criação, em 1964, após o golpe militar, do Banco Nacional da Habitação(B.N.H.), com Sandra Cavalcanti, primeira secretária de Serviços Sociais de Lacerda, e primeira presidente do B.N.H.(Lei 4.380,21 de agosto de 1964). A orientação do B.N.H. era decididamente a da escola monetarista do Ministro da Fazenda Roberto Campos(que, em conexão com o I.P.E.A.-Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas, e conse

lheiros americanos propôs a idéia de um esforço habitacional ma ciço como forma de dar impulso à economia e que foi instrumen- to de criação de um banco da habitação); os monetaristas basea- vam o planejamento e a ação predominante em políticas fiscais mais do que nas institucionais, características dos anos Kubitschek e de economistas como o Ministro do Planejamento Celso Furtado (...).

"O Banco, operando no interior desse quadro, argu- mentava que colocando grandes somas de dinheiro, como políti- ca fiscal de investimento, na habitação iria (a) criar muitos em- pregos; (b) contribuir para elevar os níveis de qualificação dos trabalhadores, e conseqüentemente a produtividade; (c) esti- mular a indústria nacional; (d) estimular a indústria do aço; (e) reativar o mercado de capitais, que durante um longo período de tempo antes de 1964 estivera notadamente em depressão, por cau- sa da manutenção das leis de controle de aluguel pela Adminis- tração Federal - ambas medidas populistas e tentativas de man- ter suficientemente baixos os custos da habitação disponível pa- ra acomodar a contínua migração para as cidades. O efeito ha- via sido, todavia, o de desencorajar novas construções — uma com- binação de circunstâncias. O B.N.H., desta forma, argumentava que a construção de habitações em massa resolveria o "problema da favela" além de contribuir poderosamente para o renascimen- to da economia — em má situação, segundo o B.N.H., desde as desastrosas políticas de João Goulart (e mesmo em razão delas), mas segundo economistas como Werner Baer, desde os fins dos anos 50, por causa dos processos a longo-prazo de superexpan- são das capacidades de produção em relação aos mercados consu- midores. Para alcançar esses objetivos, percebia-se também co- mo essencial a eliminação da duradoura inflação — o monstro monetarista — cuja abrupta subida em 1963 foi também atri- buída a Goulart e tem sido enganosa e sistemáticamente utiliza- da como base para a comparação de cada administração desde 1964. Enquanto a inflação estava sendo controlada, instituições especiais, tais como a "correção monetária", que mantinha o valor dos capitais investidos, foram utilizadas pelo B.N.H." (A. Leeds e E. Leeds, ob. cit., pp. 217-8).

Consideremos um pouco mais as formulações de Sérgio de Azevedo, que chegou à conclusão de que existe uma

"(...)defasagem, entre elaboração teórica e prática concreta.." na atuação habitacional estatal, representada pelas "... con - tradições internas do próprio modelo de desenvolvimento..." , "... que não permitem ao Poder Público aplicar uma de suas ca - racterísticas gerais de atuação econômica — racionalidade em presarial — na área específica de construções populares," (Sér gio de Azevedo, op.cit., p.11).

Esta defasagem se expressa pelas normas e meca - nismos de atuação do B.N.H., que tentavam dar, segundo ele, a re - ferida racionalidade empresarial de ação na área específica de construções populares, o que na prática se antagonizou com a chamada política econômica e, particularmente, com a chamada po - lítica salarial, adotadas a partir de 1964 (Sérgio de Azevedo , op.cit., pp.8-11).

Estas normas e mecanismos de atuação do B.N.H. são os seguintes: "1. Como vivemos numa sociedade capitalista, e por - tanto classista, adotou-se coerentemente um tipo de programa ha - bitacional específico para cada classe de renda (mercado popu - lar, mercado econômico e mercado médio)." "2. Criação da correção monetária e de uma "moeda forte" chamada Unidade Padrão de Ca - pital (U.P.C.), atualizada trimestralmente de acordo com o au - mento dos Índices Gerais de Preços. Com esta medida, não sô se assegurou o retorno do capital aplicado, como também se pos - sibilitou um planejamento financeiro bastante eficaz." "3. Sofis - ticação e engrandecimento da poupança compulsória a partir da criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-F.G.T.S. "4. Transformação do B.N.H. de Autarquia em Empresa Pública a fim de proporcionar maior mobilidade de ação. "5. Transformação do B.N.H. em banco de segunda linha, atuando basicamente como ór - gão normativo e tendo contato com o público, sômente através de seus agentes, sendo grande parte deles, privados." "6. Transforma - ção paulatina em um verdadeiro banco de planejamento urbano, uma vez que passou a desempenhar inúmeras atividades paralelas, tais como: - financiamento de redes de esgoto; - financiamento de água potável; - planejamento local integrado; - financiamento de indústria de materiais de construção; - financiamento de capital de giro para indústria de material de construção, etc." (Sérgio de Azevedo, op.cit., pp.9-10).

A mencionada defasagem, concluiu o estudioso em

fôco"...se bem que não afete em nada a estrutura da sociedade capitalista brasileira — traz sérios problemas de análise teórica para as autoridades do setor habitacional. Em outras palavras, embora o "Poder Público" esteja, de fato, subsidiando grande parte das construções populares, as autoridades do setor habitacional se negam a admitir, explicitamente, tal situação, já que isso acarretaria no mínimo a aceitação de que o modelo de desenvolvimento adotado apresenta fortes contradições, não sendo capaz de inserir plenamente numa economia de mercado, uma grande parcela da população." (Sérgio de Azevedo, op.cit., p. 11, grifo meu). Quero observar, neste ponto, que o modo de crescimento econômico mencionado, com a efetivação do arrocho salarial, e a conseqüente não inserção plena de uma grande parte da população numa economia de mercado, como consumidora de bens econômicos (inclusive os da indústria cultural) e também de serviços, parecem colocar a questão do tamanho do mercado interno, como algo que se renova no Brasil, e que está, agora, em 1985 em um lugar central, com a próxima mudança do governo federal, para algumas correntes ideológicas.

O tema ressurge então com toda a força, e no caso das formulações de Sérgio de Azevedo, ele se apresenta, entre outras coisas, sob a forma da aquisição da casa própria pelas camadas sociais de baixa renda, o que, para esse estudioso, não teve um sucesso massivo, mesmo com o subsídio estatal para a compra da casa.

Outro exemplo, da mesma formulação desta questão, pode ser encontrado num artigo do jornal Opinião, nº 131, na edição de 09/05/75, às páginas 4, de título Dois pesos e duas medidas. Diz o artigo: "A experiência passada indica, por sua vez, que não basta aumentar os salários mínimos como acaba de ser feito, elevando-os a níveis mais compatíveis com a desvalorização anterior da moeda. A técnica de elevar a capacidade de compra dos assalariados por vias puramente monetárias, para ser eficaz, depende de um controle também efetivo da inflação e de uma aceleração econômica que se baseie no aumento da produtividade, especialmente nos ramos que produzem os bens de consumo popular. Dificilmente o governo conseguirá, na conjuntura depressiva atual, satisfazer a todas estas condições. Mais provavelmente o aumento do salário mínimo, sem as demais medi-

das corretoras, alimentará uma "estagflação" de consequências cruéis para os trabalhadores.

"Cabe à oposição levantar a bandeira da transferência direta de recursos pela via de políticas de bem - estar que não estejam animadas, como as atualmente existentes, pela vontade de criar fundos de acumulação que irão retornar em benefício das empresas, quase exclusivamente, como o P.I.S. e os recursos do B.N.H. (este último passou a ser "rentier" às custas do Tesouro— comprando bônus—depois que os programas de construção entraram em fase declinante). Sem a proposição de utopias alternativas corajosas que ponham a nu a existência da prática de política de dois pesos e de duas medidas, de socialização das perdas dos ricos em proveito dos mais ricos ainda e de "leis da oferta e procura" para escalavrar mais ainda o lombo dos pais de família que não têm dinheiro para pagar a prestação do B.N.H. (...), as medidas isoladas propostas nos gabinetes governamentais, por bem intencionados que sejam seus formuladores, não passarão de panacéias(...)."

Isto me soa como se fosse um artigo escrito atualmente, em 1985. Parece ser uma formulação da equipe que está traçando os planos de governo, para depois de 15 de março.

O economista Celso Furtado, uma das pessoas que estão trabalhando nesses planos do futuro governo, afirmou o seguinte, extraído da notícia Celso Furtado questiona a competência do F.M.I., do jornal local Correio Popular, às ps.6, na edição de 18/08/84, na página de "Economia": "O Brasil deveria mandar esses rapazes do F.M.I. (Fundo Monetário Internacional) de volta para casa, porque eles não têm conhecimento algum do que se passa aqui. Falam que a inflação é uma inflação de demanda, quando todos nós sempre soubemos que não é nada disto. Somente agora eles estão aprendendo que a inflação brasileira é uma inflação de custos. E estão aprendendo às nossas custas. Isto é que é o pior: à custa do sofrimento de todo o povo brasileiro". A afirmação foi feita ontem, em Porto Alegre, pelo economista Celso Furtado, que garantiu: eleito presidente da República o candidato do P.M.D.B., ex-governador Tancredo Neves, o novo governo poderá renegociar de forma absolutamente ampla a dívida externa do País, "estancando a sangria dos capitais nacionais que está ocorrendo hoje para o Exterior".

"Os bancos credores estão esperando por isto", disse, referindo-se a uma proposta brasileira de renegociação de prazos de pagamento, carência e juros da dívida externa. Na sua opinião, a ingerência do F.M.I. nos negócios internos do País não pode continuar, sob pena de o País continuar afundando cada vez mais na recessão e na crise social. "Se os técnicos do F.M.I. dissessem que a política que está sendo imposta pelo Fundo visa a garantia de dólares, para os credores, tudo bem, nós aceitaríamos. Mas o argumento usado foi de que é preciso combater a inflação", disse.

E exemplificou: "Esta é a primeira vez que a conjuntura externa é favorável sem que tenha havido qualquer benefício para o povo brasileiro". Celso Furtado explicou que, com a elevação dos preços dos produtos exportados pelo Brasil, houve um maior fluxo de dólares para o País. Isso deveria resultar numa expansão das atividades internas da economia, mas esta expansão não ocorreu. Apenas alguns setores, ligados estritamente às exportações, foram beneficiados, enquanto as importações, por exemplo, estão caindo 10% em relação ao ano passado. A expansão não aconteceu, segundo ele, porque a política ditada pelo F.M.I. é de transferência das rendas nacionais para o pagamento da dívida externa. Daí, a recessão e a paralização da economia".

"O candidato Tancredo Neves já definiu o que deve ser feito: a primeira coisa é dar as costas à recessão". Em primeiro lugar, segundo Furtado, "estancando a sangria de capitais para os pagamentos externos", que, no seu entender, é a explicação-chave para o descrédito da sociedade quanto a todas as decisões governamentais na área econômica. Resolvido este problema, o passo seguinte seria uma desindexação gradual da economia. E aqui estaria a fórmula para controlar a inflação — outro fator recessivo que ele considera importante.

"Numa primeira fase, seria necessário colocar a indexação em ordem", argumentou. Isto é: corrigir distorções, como o descompasso entre a política de salários achatados, as altas taxas de juros, as constantes elevações de preços e os reajustes das prestações do Sistema Financeiro da Habitação (S. F.H.) em níveis muito superiores aos aumentos de renda dos trabalhadores. Furtado defende a revogação imediata do decreto -

lei 2.065. Depois, explicou, seria necessário atuar sobre os fluxos globais de renda, adequando os reajustes de cada setor aos outros. Só então seria possível partir para um processo de desindexação. O que acontece hoje, para o economista, é que está havendo uma transferência de renda muito grande da classe trabalhadora para outros setores, do setor produtivo para a área financeira. Daí, a elevação de custos, a inflação e a recessão.

"O mero fim da correção monetária, como pretende o governo hoje, não resolverá o problema, porque a base de tudo está nos elevados ativos financeiros, que pressionam os juros e elevam os custos—e a inflação, consqüentemente", afirmou Celso Furtado. E acrescentou: "O governo sempre atribuiu a inflação aos déficits públicos. Hoje, os déficits já não mais existem e a inflação continua alta. O grande problema é a dívida interna, e, para esta, o governo não apresentou qualquer solução". (grifos meus).

Nesta notícia um primeiro aspecto que me interessou foi a menção às distorções, como o achatamento salarial em relação às altas taxas de juros, em relação ainda com as constantes elevações de preços, e em relação ainda, ao ritmo de elevação dos reajustes das prestações do Sistema Financeiro da Habitação, muito superior aos reajustes de rendas dos trabalhadores.

Este último descompasso citado me interessa considerar neste capítulo de modo principal. Ele tem sido uma constante conforme se pôde ler na notícia acima do jornal Opinião, desde há muito tempo na atuação do B.N.H., desde que ele começou a operar.

Mas antes de considerar este ponto, eu quero observar que a análise do economista em foco é bastante congruente me parece, com o que vinha sendo dito, em termos da inserção da maioria da população brasileira na economia de mercado como um problema do governo federal. E me parece que o objetivo da análise de Celso Furtado é justamente esse, o de distribuir a renda, de modo que os trabalhadores possam consumir mais, e de acordo com as atuais "necessidades historicamente condicionadas".

É claro que esta análise é bem mais abrangente

que isto, mas me interessa fazer esta observação, principal - mente. Há por exemplo o problema de dizer que o sofrimento pela crise econômica é de todo o povo brasileiro, o que não me parece ser verdade, pois há setores sociais, como a chamada classe média alta (classe de renda) que sempre se beneficiou com o esquema econômico do pós-64, e continua se beneficiando dele. Isto para não falar dos empresários industriais médios e grandes, para quem aconteceu o mesmo. Os empresários da construção civil, bem a propósito, têm tido enormes lucros, me parece, com o esquema econômico citado, e observe-se que neste caso fica muito difícil falar-se em inflação de custos, já que os custos com a mão-de-obra são comparativamente baratos, desde que há, me parece uma super-exploração desta mão-de-obra. (E não me parece que nos demais setores produtivos os custos com a remuneração dos trabalhadores sejam inflacionários para as empresas).

Quanto à adequação dos reajustes dos fluxos globais de renda de uns setores para com os outros, me parece que o que foi citado na introdução destas linhas, de autoria de J. A. Giannotti, a respeito da impossibilidade atual de equalizar as taxas de mais-valia dos diversos setores produtivos, e as citações, também na introdução, de H. Marcuse da direção da automação, tornaria esta adequação difícil.

Mesmo assim eu acredito que a análise de Celso Furtado aponta na direção de que estaremos caminhando para a absorção das camadas populares no consumo de bens e serviços, e, portanto, a médio prazo, para a formação de uma sociedade industrial no Brasil, nos moldes em que H. Marcuse a concebe. Afinal o governo federal poderá contar com uma máquina administrativa fortemente centralizada, o que dará força às linhas econômicas que estão sendo delineadas. Ainda mais quando se percebe que a "opinião pública" parece estar sendo preparada para ter esperanças numa melhoria econômica em termos nacionais, ainda que esta se faça gradativamente no tempo. No limite desta tendência teríamos os trabalhadores dirigindo a "política econômica" do governo federal, dentro desse processo lento de mudanças, e sem que eles e os demais setores sociais oprimidos, dirigissem a sociedade, ou conquistassem uma autonomia social e individual.

Quero citar um exemplo, bem a propósito da pos-

sível presença das camadas sociais dominadas na direção de órgãos federais: o sr. Tancredo Neves, "Interrompido por gritos de "presidente" e aplausos ao falar aos sindicalistas(...) firmou o compromisso de incorporar os trabalhadores à gestão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (F.G.T.S.) e à direção da Previdência Social" (conforme a notícia Tancredo Neves propõe pacto social, do Correio Popular, edição de 10/11/84; às ps. 7).

Esta notícia diz respeito ao pacto social que o sr. Tancredo Neves propôs a 300 dirigentes sindicais, na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (C.N.T.I.) "... de maneira que seu governo tenha de seis a nove meses para colocar a casa em ordem. Explicou que o pacto busca a estabilidade social e pediu a compreensão dos trabalhadores, aos quais prometeu não fazer exigência de sacrifícios econômicos no período".

Na mesma notícia pode ler-se que "Aos jornalistas, o candidato disse que pretende tentar repetir no Brasil o que o primeiro-ministro Felipe Gonzalez fez na Espanha no primeiro semestre deste ano, [1984] quando reuniu as forças do país e firmou um pacto para enfrentar as dificuldades econômicas. Reafirmou a garantia de nada exigir aos trabalhadores que implique em perda de poder aquisitivo.

" — Nesse sentido eles já deram toda a contribuição. No pacto que proponho, os trabalhadores podem dar sua contribuição de comportamento, e colaboração construtiva, em busca de um período de trégua nas lutas de classe, explicou, informando ser esta uma das formas que tentará para criar um patamar sólido e iniciar o combate à inflação." (Correio Popular, notícia citada).

Mas esta absorção citada vai depender, é claro, da atuação social desses mesmos setores sociais.

Vou aqui, voltar a considerar a questão dos subsídios às famílias de baixa renda relativa, para a compra da moradia.

Esta questão se constitui para mim, num difícil problema empírico: por um lado a argumentação demonstrativa e me parece abstrata, de Sérgio de Azevedo é convincente no sentido da existência do citado subsídio.

Mas por outro lado, a existência e o uso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (F.G.T.S.) dos trabalhadores

assalariados, pelo B.N.H., como a fonte dos financiamentos das C.O.H.A.B.s, a par com o esquema de cobrança rigorosa dos financiamentos aos compradores de casas e apartamentos por meio das prestações mensais corrigidas periodicamente, e dos saldos devedores, também corrigidos periodicamente me põe em dúvida.

Sim, pois segundo o próprio Sérgio de Azevedo, a atuação governamental na habitação foi feita "... na procura de adoção de um tipo de política própria para os diferentes setores sociais, que permitisse o retorno do capital empregado para sua posterior reinversão, em novos empreendimentos imobiliários." (Sérgio de Azevedo, op.cit., p.13).

Mas leia-se o que formula a conclusão número 9 do trabalho deste estudioso, que diz o seguinte: "Grande parte das unidades residenciais construídas pelas Companhias Habitacionais [C.O.H.A.B.s], de uma ou outra forma estão de fato sendo subsidiadas. O B.N.H. procura explicar esta situação de elevado nível de inadimplência, no setor popular, como sendo apenas, conjuntural, ou seja, tem-se negado até aqui a reconhecer qualquer forma de subsídio, uma vez que isso acarretaria a legitimação de uma das características da política habitacional populista, utilizada até 1964." (Sérgio de Azevedo, op.cit. p.98).

Nesta conclusão, pode perceber-se que o subsídio é identificado com um elevado índice de inadimplência, a qual é definida, dentro do esquema do B.N.H., pelo atraso no pagamento por mais de três meses, ou seja, mais de três prestações mensais (cf. a notícia Mutuários discutem amanhã o boicote à prestação do B.N.H., no jornal Correio Popular de Campinas, edição de 28/07/84, p.3).

Neste caso, estaria mesmo havendo um subsídio para a compra de casas e apartamentos populares, no Brasil, tomado de modo geral.

Ainda mais isto se confirma, se consideramos uma outra conclusão da tese de Sérgio de Azevedo, a de número 4, que consta de 4 partes, das quais citarei a terceira, e que é nomeada com a letra c: "4. Aliado ao problema econômico, que é o fundamental, outras causas contribuem para agravar o elevado índice de inadimplência dos mutuários no Mercado Popular: (...) c. Pressão de grupo quando uma grande parte dos mutuários deixa

de pagar as prestações e aparentemente, nada acontece, já que devido ao grande número de execuções a serem efetuadas, o processo judicial é extremamente demorado e problemático." (Sérgio de Azevedo, op.cit., p.97).

E temos ainda, e por último em relação à tese que vem sendo citada, a formulação da conclusão número 5, que aponta no sentido da existência do subsídio, e que diz o seguinte: "5. Ainda que muitas das modificações introduzidas no Sistema Financeiro de Habitação, por força da realidade, significassem um atenuamento da política de racionalidade econômica inicial, o B.N.H. jamais admitiu que qualquer das transformações fosse um recuo de sua postura original. Pelo contrário, em várias oportunidades, frisou tratar-se de um aperfeiçoamento dentro de uma mesma linha pragmática." (Sérgio de Azevedo, op.cit., p.97).

Estas modificações podem ser identificadas numa época mais recente, por exemplo, com a concessão, no ano passado, de um bônus sobre as prestações mensais, depois de um período a partir de julho, de uma grande polêmica nacional, que surgiu em consequência do reajuste anual das prestações, naquele mês, de 191,05% quando surgiram os movimentos organizados de mutuários do sistema habitacional contra este aumento, e também contra o de julho de 1983, que foi de cerca de 130% (observe-se que estes aumentos foram baseados nos índices da correção monetária, sendo que os índices de reajustes dos salários foram, respectivamente, de 170% no mês de julho de 1984, e de 115% sendo este um valor médio em todo o ano de 1983) (conforme a notícia B.N.H. : novas medidas para diminuir as prestações, do jornal local Diário do Povo, edição de 24/07/84, à p.6; e conforme também, a notícia Campinas boicota prestações do B.N.H., do jornal local Correio Popular, edição de 03/07/84, à p.5).

Creio que assistia razão a Sérgio de Azevedo quanto às modificações introduzidas no Sistema Financeiro de Habitação de modo a atenuar, como foi citado acima, a prática de racionalidade econômica inicial do B.N.H., embora as autoridades deste órgão não admitissem que elas fossem um recuo da posição original, isto tudo, visto como uma tendência na atuação do B.N.H., e que se fortaleceu no segundo semestre de 1984.

Isto pode ser significativamente ilustrado dentro da organização citada acima dos mutuários em todo o Brasil, e das discussões que surgiram ao redor dos citados índices de aumento das prestações, pelas posições defendidas pelo atual presidente do B.N.H..

Bem a propósito desta tendência apontada por Sérgio de Azevedo, cito a seguir, algumas declarações do presidente do B.N.H., contidas na notícia "Problema do B.N.H. é a pobreza" diz Da Matta, do Correio Popular, edição de 23/11/84, às ps.6: "O problema habitacional no Brasil é agravado pelo fato de se tratar de "um país de pobres, onde 80% da população ganham até três salários mínimos", numa situação que se deteriora em vista do acréscimo anual de três milhões de habitantes urbanos. Ao discorrer sobre o tema, na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, o presidente do Banco Nacional da Habitação, Nelson da Matta, afirmou, a título de sugestão para o próximo governo, que é necessário um maior aporte de recursos federais a fundo perdido para atendimento da população de baixa renda e a manutenção da atual estrutura do B.N.H..(grifos meus).

"Da Matta mostrou-se bastante preocupado com as proposições originadas entre os empresários da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança, de acordo com as quais o Sistema Financeiro da Habitação deveria permanecer no Ministério do Interior e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (S.B.P.E.), que atende à classe média, deveria passar para a órbita do Banco Central."

Pode observar-se nesta notícia a menção clara do presidente do B.N.H. ao uso de subsídios para a compra de moradias pela população de baixa renda, o qual deveria aumentar durante o próximo governo, o que me parece, converge com as formulações de Sérgio de Azevedo, de que há o subsídio.

Acrescento que se os compradores (os mutuários) de moradias pelo esquema do B.N.H., se organizaram e levantaram a cabeça mais nitidamente, somente em 1984, os empresários com interesses diretos ou indiretos junto ao B.N.H., como os citados na notícia, e os dos Sindicatos das Indústrias da Construção Civil dos estados da federação e outros mais, desde há muito negociam e transacionam os seus interesses junto à direção do B.N.H., e não apenas nos últimos anos.

Estes movimentos de mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, na defesa de várias solicitações estão relacionadas a uma conjuntura social que foi aberta pelos movimentos sociais no país, conforme eu tentei caracterizar no capítulo 1.

A raiz destes movimentos pode ser ilustrada pelo que foi dito acima, numa citação de Sérgio de Azevedo, ou seja a "pressão de grupo" dos mutuários quando deixavam, em grande número, de pagar as prestações mensais do B.N.H., amparados pelas dificuldades e a demora de possíveis execuções judiciais contra si.

Esta foi uma forma passiva e, me parece, muito espontânea de oposição ao aumento das prestações mensais da casa própria. Já os movimentos de 1984 foram ativos e organizados, e localizados dentro da conjuntura social que se desenhou a partir de 1977, com algumas variações, é claro, e dentro do que se procurou caracterizar no capítulo anterior.

Mas, e em Campinas, o que acontecia em termos da atuação do B.N.H. para com as camadas sociais de baixa renda relativa?

Parece-me que embora os subsídios referidos acima fôssem uma realidade em termos gerais do Brasil, na cidade de Campinas, a atuação da C.O.H.A.B. - Campinas foi tal que o retorno do dinheiro aplicado mencionado por Sérgio de Azevedo, para a sua reinversão em novas construções imobiliárias, foi ou tem sido realizado.

Nesta cidade, nós tivemos na visão de muita gente, uma situação de exceção na atuação habitacional estatal, ou seja o insucesso avaliado por Sérgio de Azevedo na construção de casas populares no Brasil, em Campinas tomou a forma de um relativo sucesso.

Observemos um exemplo desta visão, localizado na reportagem de capa de A Construção, São Paulo, nº 1.386, edição de setembro de 1974, e que tem o título C.O.H.A.B.-Campinas: a exceção possível, às ps.30 a 36.

Esta reportagem afirmou a certa altura, que "Comparada com a situação de suas congêneres, a C.O.H.A.B.-C.P. (Campinas) apresenta um quadro que pode ser considerado invejável. Das 10.620 residências que ela construiu em seus nove anos de

existência, todas estão ocupadas e está entre 4% e 6% o índice de inadimplência dos usuários dos seus conjuntos, o que contrasta significativamente com o quadro apresentado por outras C.O.H.A.B.s, como a de São Paulo onde esse índice se eleva a mais de 80%."

Só que mais adiante a mesma reportagem afirmou que esse índice relativo baixo de inadimplência foi obtido por uma "filosofia" modificada de atuação da C.O.H.A.B.-C.P.

Senão vejamos. Diz a reportagem que "Esse trabalho [de correção de problemas] conduziu à elaboração de uma nova metodologia para o planejamento, execução, comercialização e demais fases da implantação de um conjunto habitacional. A nova sistemática foi apresentada sob a forma de tese, no II Seminário Nacional de Cohabs, realizado em Porto Alegre, em 1973. A partir dos estudos realizados, a C.O.H.A.B.-C.P. introduziu uma série de modificações em sua filosofia: desde a modernização de seus serviços administrativos, com o auxílio do processamento eletrônico de dados até a procura de novos partidos urbanísticos para seus conjuntos.

"Um importante elemento da nova política adotada, constituiu-se na valorização do papel da divisão de serviços sociais, com vistas a acelerar o processo de integração e ascensão social dos mutuários e a [?] nova comunidade que vão formar. A drástica redução do índice de inadimplência por exemplo, é apontada como um dos principais subprodutos do trabalho desenvolvido por essa divisão. Com a intervenção da divisão de serviço social, o número de mutuários com prestações em atraso caiu de 1.805, em agosto de 1971 (sobre um total de 5208 casas entregues), para 1285 em agosto de 1973, para um total de 10011 unidades. Atualmente, o total de recibos ainda não quitados é da ordem de 16,6 mil, sobre um total de mais de um milhão de recibos emitidos desde o início da comercialização das casas da C.O.H.A.B.-C.P."O êxito que estamos obtendo nessa questão, reforça o nosso entendimento segundo o qual, os atrasos de pagamento não são, em hipótese alguma, um caso de polícia, como parece ocorrer em outros lugares", afirma Antônio Galvão Coelho de Miranda, assessor técnico da C.O.H.A.B." (vide a reportagem citada; o grifo é meu).

Pode perceber-se neste trecho que a criação da

Divisão de Serviço Social, dentro da C.O.H.A.B.-C.P. teve o objetivo de cuidar e administrar os atrasos no pagamento das prestações mensais pois a menção ao "êxito que estamos obtendo nessa questão" se refere a isto. Portanto a redução do índice de inadimplência não é um exemplo, mas um dos objetivos, senão o principal, da atuação dessa Divisão de Serviço Social.

Aliás, a referência na reportagem acima ao número de mutuários em atraso em 1971, me parece não ser casual, pois justamente naquele ano, os atrasos com o pagamento das prestações em todo o Brasil, constituíram matéria de muita polêmica, e de muitas declarações dos dirigentes do B.N.H. no sentido de que esse número era muito grande, e de que os compradores atrasados nas prestações, não seriam perdoados, e sim cobrados rigorosamente, o que se pode comprovar pela leitura dos jornais da chamada grande imprensa e de praticamente todos os outros jornais daquele ano.

Fora a "pressão de grupo" dos mutuários conforme as referências citadas de Sérgio de Azevedo, com os mutuários deixando de pagar as prestações, em 1971 não havia nenhuma forma destes agentes sociais se defenderem contra a ofensiva que o B.N.H. desencadeou, e quando este órgão fez ameaças de despejos dos "mau pagadores", e de acioná-los judicialmente, o que contrariou a afirmação do mesmo estudioso acima citado, de que no caso da "pressão de grupo" referida, o processo judicial para as execuções judiciais acabava não acontecendo.

Este processo judicial, justamente, foi bastante agitado pelos agentes sociais do B.N.H., naquela época.

E o contexto social era o de um controle repressivo pelo Estado, sobre os movimentos sociais, conforme o que foi dito no capítulo 1.

Assim, o que pôde ocorrer em 1984, quando os mutuários se organizaram em associações, inclusive com uma coordenação nacional, o que teve, conforme vou referir brevemente abaixo, muita ou alguma eficácia, com a direção do B.N.H. tendo que aceitar a realização de negociações com os mesmos, e tendo que realizar atenuações nos índices de aumento das prestações mensais, mais ou menos na linha tendencial que Sérgio de Azevedo apontou, não pôde ocorrer em 1971.

Faço aqui de passagem, uma observação comparati

va: segundo a notícia C.O.H.A.B.-Campinas investiga causa de atraso em Campinas, de O Estado de São Paulo, de São Paulo, edição de 14/06/74, à p.27, até julho de 1973, a C.O.H.A.B.-C.P. estimava em 2.797 o número de famílias atrasadas por mais de três meses (portanto inadimplentes) no pagamento das prestações mensais sobre um total de 10.620 unidades residenciais construídas e habitadas nos conjuntos habitacionais populares de Campinas. Segundo a notícia de A Construção, citada logo acima, em agosto de 1973 havia 1.285 mutuários em atraso, sem especificar-se por quantos meses, sobre um total de 10.011, casas financiadas.

Há uma discrepância nestas informações que foram ambas, fornecidas pela C.O.H.A.B.-C.P., o que me leva a crer que este órgão teve interesse em minimizar o número de mutuários em atraso na reportagem de A Construção, que foi editada em setembro de 1974 (observe-se que o número maior de atrasos foi divulgado como sendo referente a agosto e o menor, referente a julho, ambos de 1973).

A respeito dos atrasos no pagamento, por volta de 1971, das prestações mensais, o simples título de uma notícia de O Estado de São Paulo, de São Paulo, edição de 29/12/1972, à p.12, que foi B.N.H. evita justiça contra 50 mil devedores, pode dar-nos uma idéia a respeito do seu vulto.

Segundo me recordo, o B.N.H. "evitou" a ação da justiça contra esses 50 mil devedores, depois de ter ameaçado, por muitos meses, de fazer exatamente o contrário, ou seja de ameaçar os inadimplentes de um despejo judicial.

Quero acrescentar que não houve apenas uma ameaça: a C.O.H.A.B.-C.P. por exemplo despejou, com ordens judiciais, algumas famílias compradoras de casa, na Vila Costa e Silva, e isto se deu por volta daquela época se não me engano.

Posso afirmar isto, porque eu tive em mãos, na própria C.O.H.A.B.-C.P., os documentos relativos ao processo judicial de despejo de uma família daquela vila, que é o local onde eu realizei a minha pesquisa (quero acrescentar que foi o próprio Departamento Jurídico da C.O.H.A.B.-C.P. que me deu acesso a estes documentos, para fins de pesquisa, tendo-me sido permitido, inclusive, retirá-los de sua sede por alguns dias, com o que teria podido até fotocopiá-los, o que eu não fiz, e

hoje acho que isto foi até melhor).

Depois, em entrevistas feitas na Vila Costa e Silva, alguns moradores, poucos é verdade, confirmaram que houve os citados despejos de algumas famílias, pois eles chegaram a presenciá-los.

O número de 50 mil devedores do esquema do B.N.H., citado acima, pode ser comparado com o número de 700 mil unidades residenciais financiadas pelo B.N.H. até julho de 1971, em todo o Brasil, em todos os setores sociais, sendo que deste total, 212 mil unidades eram do tipo considerado popular (conforme uma notícia do jornal O Estado de São Paulo, na edição de 31/07/71).

Depois de 1971, as ameaças do B.N.H. continuaram em todo o país. A notícia Cohab intimida quem atrasa a prestação no Rio, pelo simples título nos dá também, uma idéia do problema (a notícia está em O Estado de São Paulo, São Paulo, edição de 27/08/74, à p.24).

É dentro deste quadro social em relação à ação do B.N.H., que deve ser encaixada a criação, pela C.O.H.A.B. - C.P., da sua Divisão de Serviço Social, com a atuação e os objetivos esboçados acima, nas grandes linhas, mas cujo papel específico foi o de cuidar e administrar os atrasos nos pagamentos das prestações nos conjuntos populares em Campinas, conforme já foi dito.

Mas a finalidade mais ampla desta Divisão de Serviço Social foi a de "... acelerar o processo de integração e ascensão social dos mutuários e da [?] nova comunidade que vão formar." (vide o texto citado da reportagem citada acima de A Construção).

Parece quase inútil comentar a menção à integração social dos mutuários, já que ela se reveste de um caráter quase obrigatório, nos termos da concepção de H.Marcuse, citada em linhas acima. Mas mesmo assim, creio que vale dizer, conforme será referido nos capítulos 3 e 4, destas linhas, que existem até hoje, famílias e pessoas que estão marginalizadas na vida social da Vila Costa e Silva, local em que a ascensão social, a outra meta, ao menos hipotética, da C.O.H.A.B.-C.P., parece ter-se realizado em proporção bem pequena. É claro, que esta ascensão social era visada em termos individuais, embora ha-

ja uma referencia à comunidade formada pelos moradores das vilas. E como tal, faz parte de uma ideologia social, no sentido de doutrina social, que é fartamente veiculada no Brasil desde há muito tempo, mas que os militares do Exército, por exemplo, defendem como uma bandeira capaz de se contrapor à bandeira de lutas grupais ou classistas e as quais tentem preservar a autonomia destes grupos ou setores de classes sociais, principalmente depois de 1964.

E como haveria uma ascensão social individual de membros dos setores populares, é claro que teria que haver uma descida social também, porque a regra do sistema social é a competição social, e o modelo dominante, pelo menos em certos meios sociais, é o modelo super-competitivo, na formulação do filósofo Ruy Fausto, conforme foi citado em linhas acima.

Mas será que as bandeiras de integração social e de ascensão social individual, erguidas pela C.O.H.A.B.-C.P. foram aceitas na Vila Costa e Silva e em outras vilas populares de Campinas, administradas pelo mesmo órgão?

Isto nos remete me parece, a duas questões: 1ª) Do ponto de vista dos mutuários, e não da C.O.H.A.B.-C.P., como é encarada a prestação mensal da casa popular e o seu modo de vida? 2ª) O sistema social inclusivo, do qual fazem parte as vilas populares em Campinas, como é que condiciona a vida social dos seus moradores? E quais ideologias de modo de vida, este sistema social inclusivo, com os seus interesses dominantes espalha ou tenta espalhar no ambiente social destas vilas? Ou formulada de outra forma: existe, hoje, a possibilidade de se ter nestas vilas e em outros lugares geográficos das grandes cidades, ou das cidades médias, como no caso citado no capítulo 1 dos favelados, um modo de vida autônomo e que escape dos padrões de vida dominantes na sociedade brasileira (e dos padrões ideológicos dominantes nesta sociedade como por exemplo o de que o "centralismo democrático" é necessário nas lutas dos setores sociais populares contra a opressão)?

Eu creio que a história das interferências da C.O.H.A.B. - C.P. na vida social da Vila Costa e Silva, e também das interferências dos sucessivos governos municipais na

mesma vida social, e também como eu descreverei nos capítulos 3 e 4, das interferências destes governos na vida do Conselho de Moradores da Vila, podem aclarar as linhas para as respostas às perguntas mencionadas.

E também a história das lutas dos moradores, ativas ou passivas, de resistência ou de ataque, vitoriosas ou não, pode reconstituir as tendências para o futuro (é claro que não apenas na condição de moradores, mas no conjunto de sua condição social).

Mas uma história por exemplo, da luta dos mutuários contra os índices de aumento das prestações mensais, como ocorre desde 1984, mas que não seja uma história evolucionista, na qual a situação atual desta luta estivesse contingentemente nas situações anteriores, ou fosse um desenvolvimento necessário de "etapas" anteriores desta luta.

Esta história deve ser tomada como tendo um conteúdo precioso, que no momento considerado teve um valor quase absoluto, e que apontou para possibilidades que, ou se realizaram ou foram sufocadas, mas que podem ter delineado uma configuração social que se não fosse impedida teria se realizado.

E uma história que não seja a representação de um tempo eterno, mas que considere as interrupções ou as possibilidades de interrupções históricas nos acontecimentos sociais.

Com relação ao ponto de vista dos mutuários, quero fazer algumas considerações em acréscimo ao que já foi dito, nas citações de Sérgio de Azevedo.

Embora a questão do atraso nos pagamentos das prestações mensais esteja sempre preocupando as autoridades estatais, e do B.N.H. principalmente, e preocupando os chamados agentes financeiros, como é o caso das C.O.H.A.B.s e dos empresários das construtoras ligadas ao Sistema Financeiro da Habitação, o que pode ser ilustrado pela atuação da Divisão de Serviço Social da C.O.H.A.B.-C.P. citada acima, considere-se como tem sido concebida a capacidade de pagar, do ponto de vista desses agentes sociais: "Pouca reflexão e ainda menos pesquisa foram dedicadas à capacidade dos moradores da favela para pagamento do "embrião" construído pela C.O.H.A.B. [G.B.] ou das casas mínimas nos projetos habitacionais como a Vila Kennedy [no Rio de Janeiro]. A capacidade de pagar era, e ainda é, concebi

da como uma simples função percentual da renda familiar, e não como uma complexa política de alocação a longo prazo levada a diante pela família. Assim, por exemplo, a inclusão da "correção monetária" — uma contínua correção na soma paga sobre a mortizações das casas inacabadas e em apartamentos, baseada na taxa de desvalorização do dinheiro — nos pagamentos de amortização produziu mais ou menos um acréscimo de 60% nos pagamentos dessas casas mínimas, porque as políticas de financiamento a longo-prazo para pessoas de baixo nível de renda sempre consideraram a queda absoluta, bem como relativa, do custo dos pagamentos onde não houvesse "correção" num sistema de pagamento por prestação. O problema tornou-se mais grave em virtude do fato de que, desde 1964, os aumentos salariais não foram concedidos nem na mesma época, nem na mesma medida em que o custo de vida aumentava". (A. Leeds e E. Leeds, ob. cit., pp. 218-9), (grifos meus).

Isto foi o que aconteceu também nas vilas populares administradas pela C.O.H.A.B.-C.P.: os mentores da ação habitacional do B.N.H. sempre conceberam a capacidade de pagar das famílias compradoras de casas como um simples percentual da renda familiar e não como um componente do orçamento familiar, montado dentro de uma estratégia de gastos gerais das famílias de baixa renda, na qual existem prioridades e coisas secundárias, segundo me parece.

A questão dos reajustes salariais quase sempre menores que o aumento do custo de vida, desempenha aqui um papel preponderante, e já foi considerada no capítulo 1 a queda dos salários reais de 1964 em diante.

Quero citar de passagem que as modificações realizadas pelo B.N.H. na sua atuação, foram em grande parte devidas aos atrasos nos pagamentos das prestações, conforme as conclusões de Sérgio de Azevedo e mencionadas em linhas acima. Por exemplo foi enviado ao Congresso Nacional pelo então presidente da República, um projeto-lei no sentido de regulamentar a execução judicial de devedores de compromissos assumidos em financiamentos através do Sistema Financeiro da Habitação (que inclui as Caixas Econômicas, as Sociedades de Crédito Imobiliário e as Associações de Poupança e Empréstimo) e as organizações que recebem financiamentos do F.G.T.S., conforme a notícia B.N.H. : após vantagens, obrigação hipotecária, de O Estado de São Paulo,

edição de 14/10/71, da qual se pode deduzir que a crise de atrasos nos pagamentos de 1971 que eu citei acima, levou as autoridades do B.N.H., a, depois de fazerem algumas concessões (que estão dentro das modificações que Sérgio de Azevedo formulou), tentarem realizar a execução judicial dos devedores das prestações.

Mas além da "política" de arrocho salarial que foi tornada possível com o controle rígido e mesmo repressivo da ação dos sindicatos de trabalhadores, por exemplo em termos de intervenções nos mesmos para depor diretorias, e em termos da ação dos pelegos, temos que levar em conta a realidade do subemprego e do desemprego de membros das famílias compradoras de casas populares, na questão dos atrasos nos pagamentos.

Deve ter acontecido que muitos dos membros das famílias moradoras na Vila Costa e Silva não possuíam ocupações econômicas estáveis, em decorrência da pequena ou quase nenhuma "qualificação profissional" específica, o que fez com que eles passassem períodos de desemprego, como foi por exemplo o caso de um trabalhador que eu conheci naquela vila, e que esteve desempregado por um longo período de tempo, até o segundo semestre de 1984, quando ele encontrou novamente uma colocação.

A própria rotatividade de trabalhadores de baixos salários relativos, de uma empresa para outra principalmente as grandes, por volta de 1971 e 1972 e mesmo depois, e que foi o principal resultado da instituição do F.G.T.S., deve, como um fato generalizado ocorrido no grande São Paulo, ter atingido os trabalhadores na cidade de Campinas, o que deve ter complicado a feitura do orçamento das suas respectivas famílias (a propósito da prática de dispensa de trabalhadores nos meses que antecediam o reajuste salarial, de modo que a empresa pudesse pagar, na época do mesmo, o maior número possível de trabalhadores admitidos há pouco tempo na cidade de São Paulo, ver a matéria O primeiro de maio e o ministro, do jornal Opinião nº 78, na edição de 06/05/74, às ps.11-12; deve ter-se em conta, ainda, que esta prática deve ter afetado muito mais os trabalhadores situados na base da pirâmide de funções produtivas das empresas, justamente os que possuíam menor poder de negociação com a direção das mesmas, e que tinham e ainda têm que competir com um maior número de colegas por uma vaga de trabalho,

sendo que este fato parece ter a tendência a baixar os salários correspondentes, ainda mais se consideramos a inoperância sindical, naquela época, motivada pelo controle mencionado logo acima).

Além dos fatores já citados, quero levar em conta a prática de quase obrigar os trabalhadores a trabalharem em horas-extras, executada por quase todas as empresas, e principalmente as relativamente grandes.

Esta ocorrência esteve presente em uma alta porcentagem das famílias que foram entrevistadas, na minha pesquisa, na Vila Costa e Silva, por volta de 1976 e 1977, sendo que em janeiro de 1978, dos 11 chefes de família que tinham sido entrevistados 7 realizavam horas-extras quase que regularmente, e um as realizava, às vezes.

Ora, apesar de que as famílias abordadas nestas entrevistas, pudessem não ser típicas da população da Vila Costa e Silva, em termos da ocupação dos chefes de família, mesmo assim estamos diante de uma alta proporção de trabalhadores que recorreu ao prolongamento regular da jornada de trabalho, para compensar, ao que me parece, a perda do poder aquisitivo dos salários. Isto me leva a situar, ao lado da instabilidade de ocupações de muitos chefes de família que possuem ou possuíam funções localizadas na base da pirâmide ocupacional das empresas, a super-utilização da força de trabalho destes trabalhadores pelas empresas, o que deve ter estado em relação ao grande número dos mesmos que procuravam um lugar de trabalho, isto pelo menos numa época posterior a 1973, ano em que nas cidades grandes e médias do Brasil, começou a decair o crescimento econômico que começara por volta de 1967, conforme a periodização do economista Paul Singer, e começou talvez a diminuir a "oferta" de empregos nessas cidades.

Ronaldo Coutinho Garcia, em considerações feitas em seu artigo, Sobreviver para Trabalhar: Salário e Alimentação do Trabalhador Brasileiro, escrito nos Cadernos do C.E.A.S., (Centro de Estudos e Ação Social), nº 48, Salvador, edição de março e abril de 1977, às páginas 34 e 35, afirmou que "O trabalhador brasileiro, depois de realizar por mais de 10 anos, o verdadeiro "milagre econômico", de ter conseguido semanter vivo e a sua família com um reduzidíssimo salário, entrou numa situação

de extrema carência alimentar, a ponto de colocar em risco a reprodução normal da força de trabalho .(grifo meu).

E mais adiante questionou a "solução" representada pela utilização de horas-extras de trabalho e acrescentou: "Mas isto resolve o problema? mais uma vez, não. Porque(...), o trabalhador aumenta a jornada de trabalho para conseguir os meios necessários à sua subsistência e de sua família, e com isso acaba por diminuir sua capacidade de trabalho. A consequência do excesso de trabalho é o esgotamento físico e mental, o envelhecimento precoce, o aparecimento de doença, o aumento de acidentes, etc. Enfim, para poder viver mais uns dias, o trabalhador acaba diminuindo os seus dias de vida."

Isto que se leu, deve ter estado presente na Vila Costa e Silva em termos das consequências acarretadas pela feitura de horas-extras, muito embora fosse necessário para se tirar tais conclusões, um estudo mais específico em relação a elas, e mesmo uma identificação maior de minha parte para com os moradores da vila.

Mesmo assim, foi possível pela observação feita nas visitas àquele bairro, identificar, a grosso modo, que os seus habitantes são na grande maioria, pessoas sofridas, de quem a vida e o trabalho devem ter roubado muitas forças. O aspecto das vestimentas geralmente gastas e velhas, indicava a presença da pobreza.

Os grupos de jovens e de crianças, muitas vezes também mal vestidos, passando o tempo reunidos em pequenos grupos, no jardim central do bairro, conversando ou "jogando bola", mantendo relações pessoais que eram de cooperação e amizade muitas vezes, embora às vezes se manifestasse um certo desentendimento, davam a impressão da presença da marginalidade social no bairro, e da falta de atividades sociais que absorvessem ou cooptassem esses jovens.

Uma grande parte dos jovens na vila, porém, parece que trabalha fora do bairro, mas estes jovens citados acima parece serem em grande número.

Nos capítulos 3 e 4, eu vou considerar alguns aspectos sociais da vida da Vila Costa e Silva, mas desde aqui eu quero registrar a impressão de que a marginalidade social no bairro é grande, mas que a "socialização" dos jovens e crianças

parece muito influenciada por meios de informação exteriores às famílias dos mesmos, muito embora o peso destas ainda se faça sentir hoje. Os jovens e crianças tendem a se reunir, mas o que parece dar o mote ou o tema para as conversas e as atividades comuns, são as informações que a indústria cultural veicula, e os valores e motivações parece que vêm de fora dos grupos formados no bairro.

Mas os valores da solidariedade grupal genuína, gerados pelos contactos moleculares na família e nos grupos de vizinhança ainda exercem, parece, uma função grande, e também as informações veiculadas face a face ainda têm um papel forte e, creio competidor com aquelas dos meios de informação externos às famílias e ao bairro, como motivadores da vida social.

Então, coexistindo com a marginalidade social, existe a ideologia da integração social feita sob bases alheias aos moradores, e principalmente aos jovens, por exemplo nos termos citados acima da ação da C.O.H.A.B.-C.P.

Parece interessante citar, a este respeito, uma afirmação do filósofo Claude Lefort, que está escrita na tradução de uma entrevista sua, feita a Christian Descamps, no jornal "Le Monde", e publicada no Folhetim da "Folha de S. Paulo" nº 319, na edição de 27/02/83: "O conceito de autogestão é equívoco, e tenho tomado consciência disso. Penso que um dos pólos da dinâmica democrática é a participação dos homens nos trabalhos que os concernem. Tocqueville, que certamente não era revolucionário, dizia em substância que, se fosse interdito às pessoas debater as questões encontradas no círculo mais próximo de sua vida, era inútil esperar que elas se interessassem pelos problemas gerais da sociedade.

"A autogestão é a meu ver uma fórmula moderna deste tipo de participação, no quadro da produção, da administração, da vida em comunidade. Por outro lado, concebida como modo de funcionamento da sociedade, tomada em seu conjunto, a autogestão me parece fantasmagórica e mesmo perigosa. Ela poderia servir a um movimento totalitário; este, sob a capa da democracia de massa, em todos os escalões, poderia remeter todas as ações e as representações ao denominador comum de uma suposta vontade coletiva..

"O outro pólo dinâmico da democracia é o pleno

reconhecimento do conflito social, (...)."

Com relação ainda ao ponto de vista das famílias compradoras de casas na Vila Costa e Silva, além das horas-extras trabalhadas, a super-utilização dos trabalhadores pelas empresas, se dava em São Paulo, até por volta, digamos de 1977, com o aumento do ritmo de funcionamento das máquinas (conforme uma referencia no jornal Opinião, nº 78, na notícia já citada em linhas acima de título O primeiro de maio e o ministro, às ps.11-12), o que deve ter aumentado os esforços dispendidos por estes agentes sociais no trabalho, na linha de pensamento citada acima de Ronaldo Coutinho Garcia. Esta forma de aumentar a produção dos trabalhadores, só beneficiava os lucros das empresas, uma vez que os salários já estavam temporariamente estabelecidos.

Do mesmo ponto de vista dos mutuários, pode ter ocorrido que nas suas famílias, outros membros seus tenham se posto a trabalhar fora da unidade doméstica, recebendo remuneração monetária, na mesma ocasião em que o chefe da família tivesse ficado desempregado, o que pode ter estado relacionado com o pagamento das prestações da casa.

Quero, neste ponto, fazer uma referência bibliográfica: muitas das formulações contidas em linhas atrás, me foram sugeridas pela leitura do livro São Paulo 1975-Crescimento e Pobreza, de autoria de Cândido Procópio Ferreira de Camargo e de outros autores (São Paulo, Edições Loyola, s/d.), como por exemplo o conceito de super-utilização dos trabalhadores pelas direções das empresas, e muito embora eu não concorde, hoje, com muitas delas.

A questão do consumo familiar, sob a ótica das famílias proletárias, foi abordada pelos arquitetos Ermínia Maricato e Telmo Pamplona no seu trabalho A Penetração dos Bens "Modernos" na Habitação Operária Paulistana, publicado em São Paulo pelo CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), em maio de 1977 e em versão mimeografada, como resultado de um levantamento de campo efetuado na cidade de Osasco, em setembro e outubro de 1975.

Eles perguntam em seu trabalho: "O que estaria sendo consumido, em termos de objetos industrializados, pelo vasto contingente de massas urbanas que, por seu baixo poder

aquisitivo, não tem acesso imediato ao vasto "repertório" dos bens duráveis industrializados atualmente?" (cf.op.cit.,p.4).

Os estudiosos citados afirmaram também à página 5, que "Através de uma pesquisa de campo objetivava-se responder às questões: — qual o elenco de objetos(...)constitui o mobiliário e o equipamento doméstico da casa popular paulistana?"; "— como ele é adquirido?"; "—verificação de aspectos dos sistemas de financiamento através das prestações"; "— verificação de aspectos relativos à produção e distribuição" ; "— verificação de valores ideológicos ou estéticos que influem na escolha dos elencos de mobiliário e equipamentos domésticos." (Cf.op.cit.,pp.5-6).

No subtítulo deste trabalho, "Padrões de Consumo e Poder Aquisitivo: Dilapidação da Força de Trabalho", à página 7, considerando os trabalhos anteriores, feitos acerca do poder aquisitivo e da composição da cesta de consumo das camadas de baixas rendas e considerando o "(...) tamanho de mercado para os bens duráveis nas áreas urbanas(...)", os dois arquitetos citados se socorrem dos trabalhos de J.R.Wells e do Di.E.E.S.E. (departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sôcio-Econômicos), de São Paulo.

Assim, o artigo de J.R.Wells Subconsumo, Tamanho de Mercado e Padrões de Gastos Familiares no Brasil (in "Estudos Cebrap nº 17," Edições Cebrap, Editôra Brasileira de Ciências Ltda., julho/agosto/setembro/76), refuta, no entender dos dois estudiosos em fôco, as teorias de que os bens "modernos" são consumidos por uma pequena minoria de renda mais elevada no Brasil, pois para Wells "(...) o mercado de bens manufaturados"modernos", [como ele o denomina] aparentemente inclui pelo menos 60% de todas as unidades familiares brasileiras(...)", (Wells, J.R., op.cit., citado por Ermínia Maricato e Telmo Pamplona sem referencia de páginas) "e se acentua nas áreas urbanas e com urbanização" (Maricato, E. e Pamplona, T. — op.cit., p.7), sendo que os bens que têm mercado realmente limitado a uma pequena minoria, cujas rendas são relativamente elevadas, seriam o automóvel e outros bens sofisticados, conforme escreveram na nota 2 da página 8, os estudiosos que estou mencionando, apoiando-se na argumentação do mesmo J.R.Wells.

Ermínia Maricato e Telmo Pamplona consideram que

as famílias trabalhadoras "(...) para enfrentar a queda do poder aquisitivo, ininterrupta de 65 a 74 e (...) para enfrentar os novos gastos" (cf.op.cit., p.8), consideram "(...) finalmente os dados (...) que dizem respeito à modificação da estrutura do consumo operário em São Paulo." (cf.op.cit.,p.9).

"Enquanto os gastos com a alimentação, vestuário, saúde, limpeza doméstica e higiene pessoal diminuíram, aumentaram os gastos com transporte, equipamentos domésticos, cultura (educação) e recreação (fumo)" entre 1958 e 1970 (cf.op.cit.,p.9). Isto está baseado no trabalho Família Assalariada: Padrão e Custo de Vida do já referido D.I.E.S.E. (in Estudos Sócio-Econômicos, nº 2, São Paulo, janeiro de 1974).

Segundo o mesmo estudo "a tentativa do ingresso da classe operária aos novos padrões de consumo, entretanto, implica em piorar sua condição de habitação e saúde, tomadas estas em sentido bem amplo" (cf.op.cit.,p.10).

O estudo prossegue: "O número de horas de trabalho aumenta, o número de pessoas que trabalham para o sustento da casa também aumenta, gastos com necessidades consideradas básicas diminuem, enquanto que alguns bens "modernos" anunciam o paraíso no congestionado interior da habitação." (cf.op.cit.,p.10).

Consideram os mesmos estudiosos: "É evidente que todo esse sacrifício da classe trabalhadora não se faz unicamente visando novos padrões de consumo. A queda do salário real impossibilitou mesmo a manutenção dos padrões anteriores de consumo, sem o aumento da venda da sua força de trabalho em número de horas ou número de trabalhadores. Ressalte-se por exemplo, a elevação da porcentagem do salário gasta com transporte que em 1958 consistia em 2,9% e já em 1970, 11,5% dos gastos familiares se destinavam ao transporte.

"Considerando o baixo poder aquisitivo da renda familiar, nossos dados levam a crer no entanto que o endividamento com as prestações na compra de bens duráveis, tende a aumentar, mantidas as condições de crédito ao consumidor as tendências ofensivas com que a publicidade e comercialização penetram nas áreas de residência operária" (cf.Maricato, E. e Pamplona, T. — op.cit.,p.10, grifo meu).

Estes arquitetos esperavam que, diante da renda mensal média de 5 a 7 salários mínimos e de 2 pessoas em média

aproximada trabalhando para o sustento da casa," (...) a renda mensal se dirigisse quase que unicamente para o custeio de necessidades básicas de subsistência: alimentação, saúde, habitação e vestuário" (cf. op. cit., p. 11) e que fosse relativamente pequena a penetração de bens duráveis nos domicílios populares.

Os resultados a que chegaram foram que "de fato a maior parcela do salário é destinada à alimentação e os gastos com a casa própria (pagamento de terreno, casa ou materiais de construção) são os mais generalizados." (cf. op. cit., p. 11).

Porém os dados indicaram "(...) a difusão do consumo (...) de bens tais como geladeiras (77,8%), liquidificador (73,7%), enceradeira (60,2%), televisão (87,8%), ferro elétrico (91,4%), rádio portátil (52,0%) ou de mesa (45,7%), vitrola (39,8%), além de outras em porcentagem menos significativas. Os dados obtidos confirmam a idéia de que a difusão de um estilo "moderno" de bens industrializados (na sua maioria equipamentos domésticos eletro-eletrônicos) não se limita a uma pequena minoria de renda mais elevada, sendo que a classe operária urbana representa um amplo mercado para a demanda de tais produtos. Saliente-se que a difusão de consumo apontada se efetiva em quadro peculiar de queda do salário real verificada nos últimos 20 anos, e, portanto, a realização do consumo deste tipo de bens se dá num momento em que o poder aquisitivo popular sofre pronunciado decréscimo, sendo atenuado pelo aumento da jornada de trabalho individual (horas extras). Enfim a difusão do consumo se dá em um quadro extremamente adverso no que se refere às possibilidades materiais para a sua realização." (cf. op. cit., p. 23).

No mesmo sentido, esses dois arquitetos, afirmaram que "a análise do modo pelo qual a classe operária gastou seus salários no período de 1958 a 1970 [conforme as informações do D.I.E.E.S.E.] evidencia o aumento relativo de gastos mensais com equipamento doméstico, transporte, educação e recreação e um decréscimo relativo de gastos com alimentação, vestuário, saúde, limpeza doméstica e higiene pessoal," (cf. op. cit., p. 23), isto no âmbito do Grande São Paulo.

Avaliam os mesmos estudiosos: "Destaque-se que no mesmo período se verificou a queda da renda real das famílias consideradas. Conclui-se portanto que as quedas verifica-

das em alguns setores da estrutura de consumo só podem ser explicadas pelo seu deslocamento para setores onde o aumento se deu (equipamentos, transporte, educação, recreação). Por outro lado os dados obtidos no levantamento de Osasco demonstram a grande difusão do processo de compra de bens através do sistema de prestações, fato que abrange, inclusive a aquisição de vestuário e objetos de uso pessoal. A realização do consumo de bens industrializados "modernos" se torna então possível, em sacrifício da realização de outras necessidades básicas para a reprodução da força de trabalho (alimentação, vestuário) e por processos ou mecanismos artificiais (financiamento ao consumidor) de aumento do poder aquisitivo, promovendo também o aumento do valor de mercado do produto pela inclusão de taxas de juros bastante altas." (cf. op. cit., pp. 23-24, grifo meu).

Aliás a interpretação destes estudiosos, para estes resultados, se faz considerando "(...) que esses dados não se referem apenas à casa operária. As variações dos dados, principalmente o quadro de produtos consumidos não diferem de maneira significativa relativamente à ocupação mas sim, ao nível de renda e tempo de residência no local ou seja se o processo de assentamento residencial na casa considerada definitiva está no seu início ou não." (cf. op. cit., p. 11).

"As variações mais importantes no que se refere aos produtos consumidos diz respeito ao acentuado consumo de automóvel nas faixas de rendas mais "altas" e ao acentuado consumo de eletrodomésticos nas faixas de rendas mais baixas." (cf. op. cit., p. 12).

Notemos a título de analogia que os bens duráveis mais consumidos em Osasco, o local dessa pesquisa, são consumidos na Vila Costa e Silva, segundo as minhas entrevistas, com uma frequência grande, embora seja difícil generalizar as conclusões para todo a população do bairro.

E ainda, o aspecto levantado do processo de assentamento residencial na casa que será a definitiva, como influenciando na composição do consumo, não foi levado em conta por nós, muito embora uma proporção muito grande dos entrevistados tenha declarado que pretende fixar-se definitivamente na Vila Costa e Silva, estando a maior parte das famílias abordadas em entrevistas, morando ali desde 1970, o ano da entrega da vila aos

compradores das casas (que são em número de 1,531), conforme os resultados da pesquisa do arquiteto Roberto Silva Leme, realizada em todas as vilas da C.O.H.A.B.-C.P. no mesmo ano citado (estes resultados que me foram cedidos, junto com as tabulações dos dados por este estudioso, não foram publicados, e o trabalho não adquiriu, que eu saiba, um título definitivo).

As conclusões de Ermínia Maricato e Telmo Pamplona portanto, embora não possam ser transplantadas para a Vila Costa e Silva, podem, como eu disse baseado nas minhas entrevistas, ser consideradas como indicadores e como até sendo semelhantes à situação social deste bairro.

Quero citar um exemplo da concessão de subsídios às famílias das vilas populares em Campinas. Trata-se de uma unidade doméstica, cujos membros foram entrevistados, e da qual o marido mencionou o aumento no número de anos para pagar completamente o financiamento da casa e ter a sua propriedade, sendo que o prazo passou de 20 para 25 anos. Tal aumento foi realizado mediante a inclusão de um cupão de restituição mensal, instituído pelo B.N.H., e que corresponde ao benefício fiscal para os mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (S.F.H.), criado pelo Decreto-Lei nº 1358 de 12/11/74, e que lhes permitiu gozar de um crédito equivalente a 10% do total dos pagamentos relativos ao ano-base, com a limitação máxima a Cr\$ 3.000,00 e mínima a Cr\$ 240,00, com o que os compradores de casas puderam descontar pelo menos este último valor de cada prestação mensal.

Ora isto confirma as análises de Sérgio de Azevedo, consideradas acima.

Aliás, parece que como um resultado das entrevistas feitas nesta vila, pode ser afirmado que a extensão no prazo para a liquidação da dívida, por volta do final de 1974 conforme foi citado, fez cair ainda que levemente, os atrasos no pagamento das prestações, e fez cair também, mais fortemente os casos de vendas de casas pelos primeiros compradores, facto este que chegou a meu conhecimento por meio também das entrevistas.

Porém isto não quer dizer que o preço das prestações mensais, embora fosse considerada pela praticamente totalidade dos entrevistados como muito inferior ao aluguel de uma

casa do mesmo tipo, não pesasse ou pese ainda, no orçamento familiar das unidades domésticas em foco.

Acontece que o conjunto dos gastos configuram uma despesa mensal difícil de ser coberta. Na mesma família citada acima, a entrevista com a esposa evidenciou que "a maior parte do dinheiro é gasto em comida e roupas", sendo que apesar disso e mesmo por isso, a prestação da casa acabava pesando também no orçamento doméstico.

É bom citar que esta casa da mesma família, "é bem simples", com "o mínimo essencial", segundo a minha entrevistadora, e que existem na mesma uma geladeira, uma televisão, um rádio de pilha, um liquidificador, tudo isto comprado a prestação, o que dá uma idéia do papel do sistema de crédito para ampliar a possibilidade de compra do salário pelas famílias desta vila, criando potencialmente um acesso a vários bens econômicos por meio do endividamento, o que é congruente com a análise citada acima de Ermínia Maricato e Telmo Pamplona.

Estas razões apontadas para o acesso ao consumo de certos bens industrializados, correspondem ao que o sr. Alcides Mamizuka, atual vereador pelo P.T., em Campinas, e que era, no final de 1977, um estudante de graduação em Ciências Sociais da U.N.I.C.A.M.P., classificou, num seminário sobre Salariato, num curso semestral de Sociologia do Trabalho que eu cursei em 1977 (e cujo professor era o sr. Michel Thiollent), como constituindo o ponto de vista subjetivo, na análise do nível de vida das famílias trabalhadoras.

Do ponto de vista objetivo, segundo o mesmo estudioso, o nível de vida corresponde àquilo que pode determinar o salário real e o seu valor, ou seja o número de horas de trabalho necessárias para se comprar uma mercadoria, levando-se em conta o aumento do custo de vida.

Aliás a este propósito e segundo o mesmo Alcides Mamizuka, as conclusões que o D.I.E.E.S.E. tirou em seu estudo em 1969, parecem conter certas avaliações científicamente não muito apropriadas. Isto porque as médias estimadas por aquele órgão, não são ponderadas pelos pesos dos três estratos de renda familiar em que se dividiu a população estudada, de modo que o peso da renda familiar dos estratos superiores, dilui para mais os salários mais baixos. Assim, o conjunto das

famílias que recebiam o salário mínimo, só se comprimissem o consumo de alimentos, poderia consumir outros bens, como parece que ocorria então, e parece que ainda ocorre, usando para conseguir isto, o acesso a certos bens econômicos, obtido pelo sistema de financiamento.

Isto acontece porque, se se considera o conjunto de trabalhadores que o D.I.E.E.S.E. entrevistou ele não se dividirá igualmente pelos três estratos de renda em que foi dividido.

Aqui quero considerar, ainda dentro do ponto de vista dos mutuários, as reformas feitas nas casas, e principalmente a construção de casas de fundos, sendo esta última uma forma de se objetivar a estratégia de sobrevivência de muitas famílias da Vila Costa e Silva.

Na Vila Costa e Silva, muitas casas, apesar de terem sido entregues todas prontas, segundo um conceito que foi questionado em alguns detalhes concretos por muitos entrevistados, apresentam sinais de deterioração física (alguns entrevistados disseram por exemplo que o forro era de papelão, etc.).

As reformas feitas nas casas foram na maior parte das vezes, funcionais à finalidade de morar. Mas mesmo assim, há um número grande de reformas feitas para efeitos visuais apenas, ou com a finalidade de enfeite, como por exemplo, a construção de muros altos na frente da casa de um tipo que imita os muros de casas de zonas residenciais das "classes médias" (o conceito de "classes médias" fica em aberto para as suas várias interpretações). (Devo fazer neste ponto, outras duas referências bibliográficas: 1) a leitura do trabalho A Casa Popular, de autoria de uma equipe da F.A.U.S.P. mimeografado e sem outras referências, me sugeriu alguns pontos em relação à imitação de padrões de reformas das casas da Vila Costa e Silva quando comparadas às casas de membros das referidas "classes médias"; 2) a tese já citada em linhas acima, Entre Nós, os Pobres, Eles, os Negros, da antropóloga Maria Suely Kofes de Almeida, foi outro ponto de referência em relação às mesmas reformas).

Na Vila Costa e Silva as casas estavam sendo adquiridas pelo sistema de prestações mensais do B.N.H. e não podiam

ser consideradas como casas próprias, no sentido que tinham em Osasco, local da pesquisa de Ermínia Maricato e Telmo Pamplona, muito embora ao que parece muitas famílias do bairro assim as considerassem. Apesar de terem sido entregues na condição hipotética de prontas, estão sujeitas a ampliações (o que se constatou em muitos dos casos estudados), e a modificações, que acabam podendo ser consideradas como de acabamento, como também de equipamento (tanto no sentido de revestimento, como a mudança de piso, por exemplo, quanto no sentido do suprimento dos objetos úteis para completarem a casa, no sentido da satisfação da necessidade de morar).

As dessemelhanças existentes entre os bairros de Osasco do estudo citado acima, e a Vila Costa e Silva são várias. Citarei duas que me parecem fundamentais: 1) o modo de compra das casas que, em Osasco, não foram financiadas pelo B. N.H., o que implica na possibilidade de construir de acordo com as disponibilidades financeiras momentâneas, por exemplo: ir construindo aos poucos no sistema de mutirão com parentes e amigos ou construir antes da casa, um barraco de madeira ou metal no fundo do lote geralmente (foi o que aconteceu também muitas vezes, no Jardim Londres em Campinas, conforme o que foi dito na introdução destas linhas), enquanto se amortiza o preço do terreno; 2) a possibilidade de uma relativa escolha do local, de vez que quem vai morar numa vila financiada por uma C.O.H.A.B., vai para onde são construídas as "vilas", como foram designados os conjuntos de casas populares em Campinas.

Faço uma observação a propósito da localização da Vila Costa e Silva e outros conjuntos financiados pela C.O.H.A.B. - C.P. em Campinas: quando da implantação da Vila Costa e Silva, entregue aos moradores em janeiro de 1970 e localizada na região Norte da região urbanizada de Campinas, havia muita terra desocupada ao seu redor, principalmente ao Sul da vila em direção à mancha urbana e notadamente habitacional de Campinas. Esta parte, talvez já fosse loteada, mas os seus terrenos estavam em grande medida desocupados, mas foi nos últimos anos, se enchendo de casas de boa qualidade em sua maioria. Isto está acontecendo, pelo que podemos ver, no bairro popularmente chamado Grameiro, ou Parque Taquaral como é oficialmente conhecido.

O preço dos terrenos neste bairro deve ter subido bastante depois da construção da Vila Costa e Silva e conseqüentemente, postos à venda, ou então ocupados.

Isto parece que se verificou também em relação a outras vilas populares da C.O.H.A.B.-C.P., como é o caso da Vila Boa Vista, situada para o lado Oeste, mas para o Norte também, da cidade, e da Vila Castelo Branco localizada na parte Oeste da cidade.

Trata-se nestes casos, da implantação dos serviços de ônibus até o bairro mais afastado, da pavimentação das ruas, da chegada de água potável, às vezes de redes de esgotos etc., que valorizam os terrenos que se localizam intermediariamente em vista do centro da cidade. Ou seja estamos em muitos casos diante da especulação imobiliária, citada na introdução destas linhas.

A localização das vilas populares das C.O. H.A. B.s. se deveu à procura de terrenos "baratos" (cf. Gabriel Bollaffi - Aspectos Sócio-Econômicos do Plano Nacional de Habitação - Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - U.S.P., São Paulo, 1972, mimeo).

Voltando a um ponto anterior, vale salientar que quase todas as entrevistas feitas na Vila Costa e Silva, contêm críticas em relação à qualidade da casa, principalmente em termos da qualidade do material usado para os vários fins de construção.

O estudo da Vila Costa e Silva indicou a existência de algumas características sociais específicas, que segundo parece implica num modo de vida que é de certa forma, diferente daquele de bairro populares tradicionais de Campinas, habitados por famílias de renda relativa média ou baixa, e que não foram implantados "por decreto".

Não quero dizer que um trabalhador desta vila difira de outros em Campinas, somente por morar lá. Mas há características que ilustram uma especificidade das vilas da C.O.H.A. B. - C.P.. Por exemplo a compactação da população de trabalhadores (ou de renda baixa) no espaço residencial da Vila Costa e Silva, poderia, talvez, favorecer o surgimento de relações de cooperação entre os moradores, o que parece não acontecer acentuadamente.

Aqui volto a outro ponto já levantado: os mecanismos de "socialização" dos jovens e crianças, dirigidos por agentes sociais externos à vila, e por meios de informação também externos à vila, parece que competem com os mecanismos usados pelas famílias. E valeria citar, creio a marginalidade social existente na Vila Costa e Silva, à qual voltaremos adiante.

Há uma integração social dos moradores à sociedade inclusiva mas há marginalidade social também. Fica aqui o registro deste fato social.

Quero agora me referir à construção das casas ou cômodos no fundo das casas, na Vila Costa e Silva.

Existem casos de muitas famílias da vila utilizarem o espaço do terreno das casas para construir cômodos, que constituem quase que uma "casa dentro da casa", quando um filho ou uma filha da família se casa.

É bom salientar que isto se tem mostrado uma ocorrência algumas vezes, que coloca em correspondência a construção da "casa" ou de cômodos e a separação dos orçamentos domésticos das unidades domésticas. Mas outras vezes isto não ocorre em termos de separação da casa e do orçamento, sendo que os moradores entrevistados mantiveram claras as distinções a respeito da distinção das famílias nucleares, conforme a sua definição na Antropologia Social, mesmo no caso de haver coabitação sem haver a construção da "casa de fundos".

A noção de separação das famílias pareceu estar presente, embora as relações familiares nos dois casos sejam, ao que parece, predominantemente de cooperação.

O que deve ser afastada é a idéia de que a coabitação de famílias distintas embora tendo vínculos familiares possa conduzir, em geral, a qualquer forma de promiscuidade social, sendo exemplo disto a noção clara que os membros de uma mesma família extensa, conforme a sua definição em Antropologia Social, possuem da separação das despesas gerais, quando habitam a mesma casa mais de uma família nuclear, sendo a consciência das distinções familiares, nestes casos, um fato social que se mostrou presente, nos depoimentos que me foram prestados.

Isto não quer dizer que todas as relações familiares nestes casos, fossem todas de cooperação, ocorrendo também relações conflituosas, o que porém parece que se subordina à noção de que as unidades domésticas de famílias nucleares ou extensas conforme o caso, constituem a unidade de reprodução da capacidade de trabalho dos seus membros.

Mas como estamos diante de fatos sociais, ou de relações sociais, mesmo que no interior das famílias, seria preciso não dissociar a reprodução da força de trabalho das demais relações sociais que se dão nestas famílias, como por exemplo os padrões culturais que a indústria cultural sugere como sendo boas para os membros das mesmas. (Ou talvez, encarar as relações sociais nestas famílias dentro da abordagem de Marcel Mauss, a respeito do fato social total).

Mas como uma tendência geral segundo H. Marcuse, as famílias estão, conforme já foi dito, perdendo a sua "força socializadora", na atualidade das sociedades industriais ou em fase de desenvolvimento industrial.

Mas porque, por outro lado, algumas famílias, a maioria aparentemente, fixaram residência naquela vila, e outras não?

Muitas famílias quiseram, talvez, obter um "bom dinheiro" com o preço da venda de suas casas, o que acabou seduzindo muitas delas a vendê-las e deixarem o bairro.

Isto porém, ao que parece, não estava dissociado do fato de muitas famílias que venderam o financiamento ou que alugaram um ou outro cômodo da casa, ou mesmo toda a casa para a residência de outras unidades familiares, poderiam estar em situação econômica muito difícil e inclusive com as prestações mensais da casa em atraso. (Mas esta conclusão não foi obtida pelas minhas entrevistas, já que eu não consegui localizar nenhuma família que tinha deixado o bairro). Agora voltando às considerações iniciais deste capítulo, posso dizer que, em Campinas, ao que me parece, os governos municipais do antigo M. D. B. foram mais capazes, até uma certa época, de viabilizarem a construção de vilas populares, do que o seria um governo da antiga A. R. E. N. A. (Aliança Renovadora Nacional).

A chamada oposição consentida foi administrativamente capaz de levar adiante uma ação social que se casou com

os planos dos governos federais, desempenhando um papel estatal de conjunto, no seu entrosamento com a C.O.H.A.B.-C.P., que os capitalistas particularizadamente não teriam condições de levar adiante, nem teriam interêsse econômico em conduzir.

Conjuminando os recursos do F.G.T.S., que saíam das contas vinculadas dos trabalhadores, iam para o B.N.H., e se dirigiam à C.O.H.A.B.-C.P., com uma boa administração desses recursos, e com as necessidades das famílias proletárias nesta cidade, que não podiam, como se disse na introdução, comprar um terreno na periferia da cidade, e ir construindo aos poucos, a referida C.O.H.A.B.-C.P., teve um certo êxito na ação habitacional.

Foi justamente com a capacidade administrativa que soube operar com os recursos do B.N.H., saídos das contas do F.G.T.S., reinvertendo os recursos em novas vilas populares, e, contando com os pagamentos dos compradores das casas, e com os mecanismos dos juros e da correção monetária (mesmo no caso de atrasos nos pagamentos a C.O.H.A.B.-C.P. soube agir, conforme se pode ler em linhas acima a respeito da ação da sua Divisão de Serviços Sociais), que a C.O.H.A.B.-C.P. conseguiu multiplicar o número dessas vilas para famílias proletárias, muitas das quais migradas de cidades menores do Estado de São Paulo, ou migradas de áreas rurais, quando Campinas se tornou um pólo de atração de população, principalmente pobre.

E vejamos de novo a reportagem de capa já citada da revista A Construção, São Paulo, a respeito desta questão: "O quadro satisfatório apresentado pela Cohab-Cp deve-se (...). Acrescente-se a tudo isso o pronto e eficiente apoio das administrações municipais, que têm dotado nossos terrenos de todas as condições de infra-estrutura indispensáveis às coletividades residentes nas vilas C.O.H.A.B.", observa Camilo Geraldo de Souza Coelho, diretor presidente da entidade." (cf. a reportagem citada, p.31).

Creio que isto dá uma pálida idéia das conexões entre os governos municipais e a C.O.H.A.B.-C.P., desde que o M.D.B. assumiu a direção da prefeitura de Campinas, e se tornou a maioria de membros no Legislativo local.

Esta idéia pode ser fortemente reforçada pela ação conjunta, já citada, do Executivo Municipal atual (através

do prefeito e do Secretário da Promoção Social) e da C.O.H.A . B. - C.P. para a implantação do projeto "João-de-Barro".

Aliás este projeto é de amplitude nacional (conforme uma matéria do jornal Folha de S.Paulo, edição de 13/01/85, pp.40-42, que reportou o painel "Uma Avaliação e Perspectivas do B.N.H.", realizado no auditório do mesmo jornal, a 07/12/84; a matéria jornalística tem o título A estrutura do sistema financeiro e a gestão de Da Matta) e foi nomeado pelo presidente do B.N.H. como Programa Nacional de Autoconstrução- Projeto João-de-Barro.

E pode perceber-se, pelo que foi escrito na introdução destas linhas, que em Campinas se concentram as condições para que a "autoconstrução" se torne uma realidade. É aqui pelo que já foi exposto, com a prefeitura municipal se armando de recursos monetários federais, e inteiramente unida com a C.O.H.A.B.-C.P., coisa que já acontecia antes a meu ver, e tratando de seduzir os favelados em oposição à ação da Assembléia do Povo, com a qual aprendeu que os favelados também são gente e têm capacidade autônoma para lutar por seus interesses (coisa em que muita gente em Campinas não acredita ou acha "inviável"), que esse projeto João-de-Barro tem condições de ser um sucesso. E a prefeitura, pelo que vimos, tratou logo de dar os passos necessários para tornar, agora sim "sob a direção de gente responsável", viável esse projeto nesta cidade.

Com a ascensão do novo governo federal estarão completadas as condições pelo "lado estatal" (ou de cima) para uma ampla integração, em Campinas dos favelados à sociedade brasileira, com a confluência de interesses dos governos federal e municipal principalmente, mas também do estadual.

Pelo lado de baixo, o dos favelados, o problema de penderá em primeiro lugar, deles próprios, e depois daqueles que podem ser os seus aliados na luta por um modo autônomo de vida: os outros setores populares socialmente oprimidos e despossuídos, como os trabalhadores na agricultura, os pobres em geral quando não aceitam os valores dominantes no Brasil, os intelectuais autênticos e identificados com essa luta, etc.

Bem, mas para terminar este capítulo, farei uma breve referência à luta dos mutuários do B.N.H. no segundo semestre de 1984, conforme eu já mencionei acima, não sem antes

acrescentar em relação às ligações que existiram entre as prefeituras do M.D.B. e a C.O.H.A.B.-C.P., e ainda existem, a ação destes órgãos na Vila Costa e Silva, por intermédio de profissionais (geralmente assistentes sociais) no sentido de dirigirem a vida social do bairro, por exemplo em termos da própria criação do Conselho de Moradores da vila, e que tinha como objetivo fazer uma ponte entre a prefeitura e o bairro, conforme será relatado e analisado nos capítulos 3 e 4.

Mas então a respeito da luta dos mutuários veja mos o que aconteceu em 1984.

Antes de tudo observemos que os maiores sustentáculos financeiro do B.N.H. eram: o F.G.T.S., a poupança e o retorno das prestações (cf. a notícia Deputado quer congelar as prestações do B.N.H., Correio Popular, edição de 28/07/84, às ps.6, que veiculou a posição do deputado federal Floriano Paixão (P.D.T.-R.S.)), mas que não eram mais, em decorrência da situação econômica do país.

Segundo o sr. Romeu Chap Chap presidente do Sindicato de Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo, o general-presidente da República com quem ele conversara, estava muito preocupado com o buraco, que um subsídio estatal de parte do aumento da prestação da casa própria, "... visando compatibilizá-lo com os aumentos salariais...", poderia provocar no orçamento do Tesouro, (cf. a notícia Prestação do B.N.H. ainda permanece em estudos, do Correio Popular, edição de 16/08/84, às ps.6).

Então, como percebemos, o subsídio mencionado por Sérgio de Azevedo estava sendo cogitado pelo B.N.H., e o governo federal em geral isto em agosto de 1984. Observe-se de passagem, que os empresários com interesses ligados à ação habitacional, continuavam "normalmente" transacionando seus interesses com os órgãos governamentais, como já vinha acontecendo de há muito tempo depois de 1964.

Mas por que se cogitou e acabou-se concedendo o referido subsídio aos mutuários do B.N.H. (ou do Sistema Financeiro da Habitação)?

Bem o problema, conforme a citação acima, era para o B.N.H. e os agentes financeiros e para outros interesses, o do retorno do dinheiro que financia as compras de moradias pe

lo sistema do B.N.H..E isto não estava ocorrendo do ponto de vista dos agentes estatais federais por causa dos atrasos nos pagamentos das prestações, que por sua vez decorriam de dois fatos econômicos: 1) dos aumentos das prestações citados em linhas acima, de 130% em julho de 1983 (observe-se que a maioria dos mutuários têm reajustes das prestações mensais neste mês), e de 190,05% em julho de 1984; 2) dos reajustes salariais que, conforme foi citada em linhas acima, têm sido inferiores ao crescimento do custo de vida e também inferiores a estes aumentos das prestações mensais da moradia (por exemplo, uma informação já citada é a de que os reajustes de salários foram, respectivamente de 170% no mês de julho de 1984 (creio que foi o I.N.P.C. mensal), e de 115%, em média no ano de 1983).

Bem nas classes médias de renda os atrasos no pagamento das prestações atingiam 70% em agosto de 1984 no Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (S.B.P.E.), e a inadimplência (mais de três meses de atraso) tinha atingido 34%, segundo "fontes categorizadas do Sistema Financeiro da Habitação". (cf. a notícia B.N.H.: 70% dos mutuários têm prestações atrasadas, do Correio Popular, edição de 07/08/84, às ps.8).

Segundo a mesma notícia "A estimativa [acima] baseia-se no fato reconhecido abertamente pelos empresários do setor de que a inadimplência em maio referia-se apenas a 20% dos mutuários do S.B.P.E., com reajustes fixados para os primeiros cinco meses do ano. A maioria dos adquirentes da casa própria tem seus reajustes de julho em diante.

"Para o ex-presidente da Associação dos Dirigentes do Mercado Imobiliário (Ademi), Mauro Magalhães, é certo que houve um aumento substancial dos atrasos de pagamento no mês passado, [julho] o que provocou uma grande queda do retorno obtido pelos construtores e agentes financeiros nos empreendimentos do sistema. Os construtores, por esta razão, não estão em condições de saldar suas dívidas junto aos agentes financeiros e ao próprio B.N.H.." (cf. a notícia citada, in Correio Popular).

Mas pelo lado dos mutuários acontecia que eles reivindicavam desde julho de 1984, (e mesmo antes, em 1983, também mas do que eu não estou bem informado) ao B.N.H., "... a manutenção do plano de equivalência salarial na aplicação dos

reajustes da casa própria...".(cf.a notícia Mutuários já preparam as ações judiciais contra B.N.H., do Correio Popular,edição de 13/07/84, às ps.6,na página "Local").

Segundo a mesma notícia (do Correio Popular, de 13/07/84)"A Associação dos Mutuários de Campinas — Mutcamp — já começou a preparar as Ações Declaratórias que deverão ser apresentadas à justiça contra o Sistema Financeiro da Habitação - S.F.H. - dentro de dois meses e meio, caso o Banco Nacional da Habitação e os agentes financeiros não atendam o pedido de manutenção do plano de equivalência salarial nas aplicações dos reajustes no pagamento da casa própria.

"O prazo de dois meses e meio dado pela Federação das Associações dos Mutuários do Estado de São Paulo, na qual a Mutcamp é filiada, para o ingresso na Justiça das Ações Declaratórias visa a realizar um boicote das prestações que vencem até setembro e as que estão atrasadas mas com vencimento em julho. O boicote foi a forma encontrada, segundo Tânia Fonseca Carvalho, membro do Conselho de Representantes da Federação, para tentar convencer o Sistema Financeiro da Habitação e atender as reivindicações dos mutuários de todo o Estado, inclusive os 30 mil residentes em Campinas.

"Caso o B.N.H. e os agentes financeiros não atendam as reivindicações que exigem a aplicação do plano de equivalência salarial nos reajustes das prestações, a Mutcamp e a Federação ingressarão na Justiça com as Ações Declaratórias.

"O plano de equivalência salarial, explicou Tânia Fonseca de Carvalho, "deve ser respeitado uma vez que faz parte do contrato de compra e financiamento dos imóveis pelo S.F.H.. Ele prevê que os reajustes não devem ultrapassar os reajustes salariais dos adquirentes. E fixa, através da comprovação da renda do mutuário, que as prestações não devem ultrapassar 25% desta renda mensal".

"Ocorre, continuou Tânia Fonseca de Carvalho, que desde abril do ano passado [1983] os reajustes ultrapassaram os índices previstos pelo plano de equivalência salarial. Exemplos: em abril, julho e outubro de 1983, os reajustes foram de 185%,130% e 145%, respectivamente. Em janeiro, março e julho deste ano,os reajustes foram de 162%,185% e 191%.Há casos de inúmeros mutuários,disse Tânia, que estão sendo obrigados a pagar suas prestações com aumentos de até 80% sobre seus salá -

rios.

"Nas Ações Declaratórias que deverão ser impe -
tradas contra o S.F.H., os mutuários irão solicitar à Justiça
que faça uma reavaliação da política de reajustes das presta -
ções dos dois últimos anos. Isto porque, eles foram responsá -
veis pela aplicação de índices altíssimos que provocaram as
dificuldades aos mutuários diante dos pagamentos que ultrapas -
saram os 25% de suas rendas.

"As Ações Declaratórias foram o caminho jurídi -
co escolhido pela Federação das Associações dos Mutuários do
Estado de São Paulo depois de os juízes de primeira instância
negarem segurança aos mandados de segurança impetrados contra o
B.N.H.. Segundo Tânia, os mandados não encontraram respaldo ju -
rídico de acordo com os juízes que os julgaram. Assim, optou-se
pelas Ações Declaratórias por elas serem as mais acertadas ju -
ridicamente, de acordo com as assessorias jurídicas das associa -
ções de mutuários. Inclusive, os mandados eram impetrados in -
dividualmente de acordo com a iniciativa de cada mutuário. Quan -
do a Federação e as Associações passaram a questionar os rea -
justes, então houve a opção pelas Ações Declaratórias, que
de acordo com Tânia em sua maioria, deverão ser julgadas no
Tribunal Federal de Recursos, em Brasília." (cf. a notícia cita -
da do Correio Popular).

Em 03/07/84, entretanto, o Correio Popular já
tinha publicado uma notícia na direção citada acima. Vejamos o
seu teor: (o título da notícia foi Campinas boicota prestações
do B.N.H., da edição de 03/07/84 às ps.5) "Boicote total ao
pagamento da casa própria financiada pelo B.N.H. e a elabora -
ção de um documento com assinaturas dos 50 mil mutuários dos
83 municípios que compõem a região administrativa de Campinas
foram as principais decisões tomadas na manhã de domingo, no
Centro de Convivência Cultural, pelos representantes dos 30 mil
mutuários do Sistema Financeiro da Habitação - S.F.H. - da ci -
dade."

A notícia afirma que foi aprovado e oficializado o
estatuto da Associação dos Mutuários de Campinas, Mutcamp, que li -
deraria a campanha de coleta de assinaturas "... para um abaixo -
assinado de protesto contra os reajustes das prestações, que
para julho foi fixado em 191,05%, a fim de ser encaminhado ao

presidente da República, João Batista Figueiredo, e ao presidente do B.N.H.. Nelson da Matta.

"Presente ao encontro estava o presidente da Associação dos Mutuários do Estado de São Paulo - Mútua - advogado José Augusto Freire Sobral, que ontem mesmo encaminhou um memorial ao presidente da República contendo uma série de reivindicações e sugestões para tentar modificar estruturalmente o B.N.H. e fazê-lo realmente um banco social.

"Os mutuários de Campinas deverão marcar outras assembléias para decidir até quando deixarão de pagar as prestações da casa própria, que tiveram nos últimos 13 meses um reajuste de 550%. Quem pagava Cr\$ 100 mil mensais em junho de 83, a partir deste mês vai pagar Cr\$ 675 mil mensais. Além disso, definirão as formas de atendimento aos mutuários da região onde em cidades de médio e pequeno portes não estão montadas as sociações.

"Esses reajustes levaram, inclusive, centenas de mutuários do B.N.H. a abandonarem imóveis financiados depois de comprá-los. Em Campinas, por exemplo, no Jardim Fernanda, próximo ao Aeroporto de Viracopos, das 180 casas comercializadas no ano passado, apenas um terço delas está ocupada. No Jardim Xanxai, [já citado acima] somente 40 unidades, entre as 550 residências, estão habitadas.

"O peso dos reajustes, segundo o presidente da Mutcamp, o síndico do condomínio Ana Paula, Francisco Antônio Ramiro Sampaio, faz com que 60% dos mutuários do B.N.H. em Campinas estejam com os pagamentos atrasados. E não vêem perspectivas de atualizá-los de um momento para outro diante dos aumentos elevados e dos baixos índices de reajustes salariais.

"Segundo o advogado Argeu Quintanilha, que assessoria a diretoria da Mutcamp, o boicote aprovado por unanimidade dos presentes à assembléia de domingo não tem o objetivo de os mutuários simplesmente deixarem de pagar as prestações e perderem suas casas inconseqüentemente. Para ele, o movimento visa a exigir do B.N.H. e dos agentes financeiros um meio de negociação que favoreça o mutuário, proporcionando-lhe reajustes compatíveis com suas rendas familiares, conforme apregoa o contrato original de aquisição da casa própria."

Em 24/07/84, o Correio Popular, publicava a notí

cia Ações contra o B.N.H. prontas ainda esta semana (às ps.3), segundo a qual "A Associação dos Mutuários de Campinas - Mutcamp - deverá, até o final desta semana, estar de posse das primeiras ações que impetrará contra o Banco Nacional da Habitação - B.N.H. - e agentes financeiros, na tentativa de obrigá-los, através da Justiça, a rever a fixação dos reajustes das prestações da casa própria.

"A Mutcamp pretende desta forma, finalizar a elaboração dos primeiros processos que serão apresentados em forma de Ações Declaratórias contra o Sistema Financeiro da Habitação - S.F.H. - que abrange o B.N.H. e os seus agentes financeiros.

"Essas ações visam a fazer com que o S.F.H. obedeça a equivalência salarial para aplicação dos reajustes, conforme está previsto nos contratos de financiamento dos imóveis. Ou seja, que as prestações não ultrapassem a 25% da renda familiar do mutuário, o que não ocorre atualmente, conforme explicou Tânia Fonseca de Carvalho, advogada e membro do Conselho de Representantes na Federação das Associações dos Mutuários do Estado de São Paulo - Famesp.

"As ações a serem impetradas fazem parte do movimento que a Mutcamp e a Federação das Associações dos Mutuários estão realizando em todo Estado, a fim de tentarem renegociar com o S.F.H. os reajustes das prestações da casa própria. Paralelamente às ações, a Mutcamp continua com o boicote às prestações. Este movimento tem previsão para continuar até o final de agosto, quando a entidade espera do S.F.H. alguma resposta positiva à negociação com os mutuários. Segundo os organizadores do boicote, o não-pagamento das prestações não significa que os mutuários deixarão de saldar as parcelas do financiamento para sempre. Mas pretendem com isso fazer pressão contra o S.F.H. como forma de tentar a renegociação dos reajustes.

"A Mutcamp, por outro lado, continua coletando adesões dos mutuários do S.F.H. por toda a cidade para um abaixo-assinado que deverá ser encaminhado no início de agosto para o presidente da República, João Figueiredo. Neste documento os mutuários pedem a revisão dos reajustes das prestações e protestam contra a atual política econômica do S.F.H."

O jornal local Diário do Povo, por sua vez no-

ticiava, na mesma data 24/07/84 que as ações declaratórias que seriam impetradas na justiça, solicitavam"...liminar para que os mutuários possam depositar em juízo as prestações da casa própria. Tânia Fonseca de Carvalho, representante da Famesp-Federação das Associações de Mutuários do Estado de São Paulo — em Campinas, enfatizou que os depósitos serão feitos com base na taxa de reajuste salarial de cada mutuário. Embora ainda não saiba o número de requerentes que participarão das ações contra o B.N.H., Tânia de Carvalho afirmou que está sendo feito um intenso cadastramento na sede da Mutcamp, (...).

"A impetração das ações, segundo explicou a representante da Famesp, tem que ocorrer antes do prazo legal — três meses de atraso — que possibilita ao agente financeiro a execução judicial do mutuário inadimplente. "Estamos trabalhando intensivamente para evitar prejuízos aos mutuários que aderiram ao boicote às prestações", declarou Tânia de Carvalho.

"Ela informou ainda que o número de requerentes em cada ação ainda não foi determinado, mas é praticamente limitado. (...)."

Na chamada da primeira página sob o título 15 mil mutuários já boicotam o B.N.H., o Correio Popular na edição de 07/08/84, afirmava que "Um total de 15 mil mutuários do Sistema Financeiro de Habitação em Campinas já está boicotando o pagamento das prestações da casa própria, reajustadas em 191% em julho. Em assembléias realizadas no último domingo, mais 1.500 prestamistas do B.N.H. — moradores dos conjuntos habitacionais Jardim Primavera, em Paulínia, Village do Sol, no Jardim Campos Elísios e Bandeirantes, no Jardim Pacaembú — decidiram aderir ao boicote, visando pressionar o B.N.H. a rever os reajustes aplicados nos últimos dois anos. De acordo com dados da Associação dos Mutuários de Campinas e Região, Mutcamp, o número de mutuários que não paga as prestações já representa 50% do total."

Já outra notícia de 04/09/84 do Correio Popular, às ps.3, sob o título Em Campinas, 70% dos mutuários não pagam B.N.H. (com o sobretítulo "Estão com prestações atrasadas há mais de três meses"), afirmava que a diretoria da Mutcamp tinha anunciado numa assembléia no Largo do Rosário com mais de 300 mutuários presentes "... que o número de inadimplentes — com

pradores da casa própria com prestações atrasadas em mais de três meses—já chega a 70% no município. Este valor está 25% acima da média nacional anunciada pelo B.N.H., divulgada em 45%.

"Além desta informação, a Mutcamp falou aos mutuários sobre o andamento das 20 ações impetradas contra o Sistema Financeiro da Habitação - S.F.H. -, as quais reúnem cerca de mil adquirentes de imóveis. Até agora, 25 mutuários obtiveram autorização da Justiça Federal para depositar em juízo as prestações da casa própria mas reajustadas conforme a equivalência salarial, ou de acordo com os reajustes do salário mínimo e não conforme os índices fixados pelo B.N.H..

"A diretoria da Mutcamp informou ainda que obtiveram medida liminar num mandado de segurança impetrado contra um agente do S.F.H., em favor de um mutuário inadimplente que teve sua casa levada a leilão depois de ter sido executado extrajudicialmente, ou seja, sem direito à defesa. O mandado exige o direito de defesa para o mutuário. Assim, a casa que deveria ser leiloada hoje não poderá ser vendida enquanto o mandado não tiver sentença final." (cf. o Correio Popular, etc.).

Outra notícia do Correio Popular, na edição de 31/07/84, às ps.3, sob o sobretítulo de "A C.O.H.A.B. promete acionar na Justiça", e sob o título "Padre Anchieta" adere ao boicote da Mutcamp, afirmava que: "Mais de 700 proprietários de residências financiadas pelo Banco Nacional da Habitação - B.N.H. - através da C.O.H.A.B. - Campinas decidiram em assembléia realizada domingo à tarde no Teatro Municipal da Vila Padre Anchieta, onde moram, aderir ao boicote às prestações da casa própria e ao movimento de protesto contra a política de reajustes do Sistema Financeiro da Habitação - S.F.H. - liderados pela Associação dos Mutuários de Campinas - Mutcamp.

"Enquanto os mutuários estão dispostos a não pagar as prestações do financiamento, principalmente as que deverão ser pagas com o reajuste de 191% a partir de agosto, o presidente da C.O.H.A.B.-Campinas, Antonio Galvão Coelho de Miranda, garantia ontem que para enfrentar o boicote "a C.O.H.A.B. tem que ser coerente e vamos agir como todo sistema financeiro; temos que ter um comportamento análogo a todo sistema". Sem especificar objetivamente o que seria esse "comportamento análogo", Coelho de Miranda preferiu comentar em outras palavras que

a C.O.H.A.B. será obrigada a acionar judicialmente os mutuários em atraso como determina o S.F.H..

"Porém, ele espera "que não haja o boicote como estão anunciando. Temos tido um atendimento especial para com os mutuários desempregados que usufruem do Fiel e eles (os mutuários) devem saber que somos gestores do B.N.H.". Para Coelho de Miranda, por outro lado, os 700 participantes da assembléia que decidiram boicotar os pagamentos não representam todo o universo de moradores do conjunto Padre Anchieta, que tem 3.560 unidades habitacionais, portanto, uma minoria optou, segundo seu pensamento ao boicote.

"O mesmo não acontece com os conclusões do presidente da Mutcamp, Francisco Antônio Ramiro Sampaio. Segundo ele, recente pesquisa feita na Vila Padre Anchieta pela entidade que representa os mutuários e pelos seus moradores 80% deles estão dispostos a boicotar as prestações até que o S.F.H. aceite negociar os reajustes compatibilizando-os com seus rendimentos." (os grifos são meus).

Aqui se pode notar qual era a posição da C.O.H.A.B. - C.P. em relação às reivindicações dos mutuários do S.F.H. do B.N.H. em Campinas.

Havia ameaça de despejos, e isto em todo o Brasil. Senão vejamos a notícia B.N.H.: acordo reduz prestações e susta despejos, do Correio Popular, na edição de 06/09/84, à 1ª p.: "O Banco Nacional da Habitação conseguiu ontem obter um acordo com os agentes financeiros que relutavam em aceitar os planos de redução das prestações da casa própria, e oficializará na próxima semana o esquema que prevê a concessão de uma bonificação aliada à instituição de uma equivalência do reajuste salarial com a correção das prestações. Ainda ontem, o ministro do Interior, Mário Andreazza, anunciou que os agentes financeiros concordaram em interromper as ações de despejo movidas contra os mutuários inadimplentes por um período de três meses. Nesse tempo, as novas medidas a constarem de decreto presidencial já devem estar funcionando na prática, reduzindo as prestações e o nível de inadimplência." (cf. a notícia citada, grifos meus).

Observe-se o que diz em certo trecho uma outra notícia do Correio Popular, na edição de 28/07/84, às ps. 3, sob

o título Mutuários discutem amanhã o boicote à prestação do B.N.H.: "(...) Segundo membros da Mutcamp, os núcleos habitacionais da C.O.H.A.B.-Campinas têm prestações bastante baixas em relação aos financiamentos feitos por agentes financeiros privados. Porém, são nestes locais que reside grande número de desempregados e assalariados que ganham entre um a três salários mínimos." (ver a notícia citada).

No Brasil como um todo a questão caminhava da mesma forma.

Assim o subtítulo Mutuários repudiam as novas alternativas, da notícia de título "B.N.H. estuda combinação de bônus com Fundo de Garantia", publicada pelo Correio Popular, na edição de 22/09/84, às ps.6, encabeçou as seguintes afirmações: "Belo Horizonte - A Associação dos Mutuários de Minas e a Federação das Associações de Moradores de Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte divulgaram ontem nota oficial, em conjunto, repudiando as opções oferecidas aos mutuários pelo decreto-lei assinado pelo presidente Figueiredo. Alegam que a lei 4.380/64 garante a equivalência salarial verdadeira e que "a Justiça tem reconhecido esta equivalência sem que sejam modificados nossos contratos".

"O bônus proposto pelo B.N.H. está atrelado a uma falsa equivalência salarial. Esta medida não irá resolver os problemas dos mutuários e, sim, agravá-los dentro de pouco tempo (...) Não somos contra os subsídios à casa própria, seja com nome de bônus ou que nome tiver. Entretanto, defendemos um subsídio mais substancial e que atinja, principalmente, as faixas salariais de baixa renda onde a impossibilidade de pagar as prestações gera uma inadimplência em torno de 90% e que chega em alguns conjuntos habitacionais a 100%", diz a nota" (ver a notícia citada).

Outra notícia do Correio Popular, na edição de 06/09/84, às ps.6, menciona, sob o título B.N.H. consegue acordo, e prestação será reduzida, (com o subtítulo "Despejos de inadimplentes serão sustados por três meses") a questão do subsídio dado (ou conquistado): "Brasília - O presidente do Banco Nacional da Habitação, Nelson Da Matta, e os representantes da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - Abecip - chegaram, ontem, a um acordo para a insti -

tuição da equivalência do reajuste dos salários com a correção da prestação da casa própria, além da fixação de uma bonificação que reduzirá as prestações até dezembro de 1985 nos níveis, já divulgados, no projeto do B.N.H."

Houve segundo esta notícia, um encontro do ministro do Interior o sr. Mario Andreazza com os citados agentes financeiro e se "... anunciou que os mesmos concordaram em sustar as ações de despejo movidas contra mutuários inadimplentes, pelo prazo de 90 dias, a partir do decreto presidencial que disporá sobre as medidas.

"O anúncio oficial das decisões somente será feito depois de terça-feira, quando a direção do B.N.H. vai manter encontro com os representantes dos mutuários. Estes terão como reivindicação principal o estabelecimento de um teto para o aumento das prestações, prevendo a possibilidade dos salários voltarem a crescer acima da correção monetária, com o que os mutuários beneficiados com a equivalência salarial sairiam prejudicados.

"(...) Nelson Da Matta informou que o B.N.H. não fará qualquer exigência dos mutuários para oferecer a equivalência salarial. Porém, aqueles que optarem pela semestralidade terão uma bonificação, situada entre 10 e 25% da prestação, a ser ainda definida pelo Banco."

Quer dizer então que representantes dos mutuários do S.F.H. do B.N.H., foram negociar com a direção daquele órgão estatal, o que, parece, foi um resultado da sua luta e das suas reivindicações.

Sobre o boicote em Campinas, as ações declaratórias e a posição da C.O.H.A.B.-C.P., leiamos o que diz a notícia Em Campinas, 15 mil já boicotam o B.N.H., (com o subtítulo "Domingo, mais 1,5 mil mutuários decidiram deixar de pagar prestações"), do Correio Popular, na edição de 07/08/84, às ps. 3 : "Mais de 1.500 mutuários do Banco Nacional de Habitação - B.N.H. — decidiram domingo boicotar as prestações da casa própria. Com esta adesão, cerca de 15.000 mutuários estão boicotando, em Campinas, o B.N.H. A Associação dos Mutuários de Campinas e Região - Mutcamp - coordenou três assembléias anteontem nos conjuntos habitacionais Jardim Primavera, em Paulínia, Village do Sol, no Jardim Campos Elíseos, e Bandeirantes, no Jardim Pacaembu. Nos três encontros, todos os moradores foram unânimes em aderir ao

boicote para pressionar o Sistema Financeiro da Habitação - S. F.H. - rever os reajustes aplicados nos últimos dois anos às prestações de financiamento de compra de imóveis.

"De acordo com os cálculos da Mutcamp, a adesão de mais de 1.500 pessoas fez aumentar para cerca de 15.000 o número de mutuários que apoiam o boicote em Campinas, ou seja 50% dos proprietários de imóveis financiados no município pelo S. F.H..

"Segundo o advogado Argeu Quintanilha de Carvalho, assessor jurídico da Mutcamp, o movimento está obtendo ple no sucesso em virtude de haver unanimidade entre os mutuários sobre a atual política de reajustes das prestações. Ele afirmou que o boicote visa a pressionar o S.F.H. a fim de os mutuários conseguirem revisão da aplicação dos índices de aumento. "O boicote não será permanente. Durará para cada mutuário, apenas três meses. O tempo considerado pelo B.N.H. para o mutuário tornar-se inadimplente. Após este período de 90 dias, ingressamos na Justiça com Ações Declaratórias, pedindo depósito das prestações em juízo, mas com os reajustes com base na equivalência salarial". Desta forma, o S.F.H. - que reúne cooperativas, bancos, caixas econômicas, C.O.H.A.B.s. etc., mais o B.N.H. - estará pressionado, sem receber as prestações, a atender as reivindicações, acreditam os mutuários que já começaram em Campinas, entrar na justiça com as Ações Declaratórias.

"A Mutcamp também está protestando contra a atitude da C.O.H.A.B.-Campinas em adotar sem qualquer crítica as determinações do B.N.H. quanto à aplicação dos reajustes, à cobrança das prestações e as opções oferecidas aos mutuários. Segundo o presidente da Mutcamp "à C.O.H.A.B. de Campinas age da mesma forma que o B.N.H.. Nem parece que está sob a direção de um partido de oposição que é o P.M.D.B". Por sua vez, Argeu Quintanilha de Carvalho afirmou que a C.O.H.A.B.-Campinas chega a iludir o mutuário quando oferece as opções de reajustes determinadas pelo B.N.H.. "O Conselho Nacional de Regulamentação Publicitária - C.O.N.A.R. - já denunciou a propaganda que o B.N.H. vem fazendo em relação às opções. Estas propagandas são ilusórias e enganadoras. E a C.O.H.A.B. de Campinas orienta suas assistentes sociais a dizer as mesmas coisas aos mutuários. A C.O.H.A.B. poderia expor a situação de forma mais realista e

verdadeira, e não simplesmente aderir ao B.N.H." (cf. a notícia citada, grifos meus).

Outra notícia me interessou: Liminar rebaixa o reajuste do B.N.H. para 72,5%, do Correio Popular, edição de 01/08/84, à 1ª página. Ela afirma que "A 18ª Vara da Justiça Federal em São Paulo concedeu liminar ao mandado de segurança impetrado por 21 funcionários públicos de Campinas, para que o índice de reajustes das prestações do B.N.H. seja reduzido de 191,05% para 72,5%. Na ação, movida pelo Departamento Jurídico da Associação Campineira dos Funcionários Públicos, os servidores requereram que o reajuste de casa própria fosse aplicado com base nos contratos originais firmados com o B.N.H., determinando que os mutuários que sejam funcionários públicos ou autárquicos tenham um aumento da prestação igual ao reajuste dos vencimentos. Agora, a Associação espera que mais servidores entrem na Justiça para exigir reajustes menores."

O que pode ser considerada como uma vitória dos mutuários.

Na notícia de título Na Justiça, B.N.H. ganha de Mutuários, do Correio Popular, edição de 27/09/84, às ps. 7, está afirmado que o B.N.H. "...obteve ganho de causa em 731 sentenças do total de 1.364 ações judiciais impetradas até agora contra os dois últimos reajustes anuais da prestação da casa própria, mas os mutuários conseguiram manifestação favorável da justiça em 633 sentenças.

"Segundo informou o B.N.H., foram impetradas na Justiça, em primeira instância, 7.765 ações envolvendo os interesses de um total de 49.568 mutuários. Destes, 40.136 conseguiram obter liminares favoráveis, enquanto a Justiça negou a concessão daquela medida a 9.432 mutuários.

"Das 731 sentenças favoráveis ao B.N.H., o maior número, no total de 595, ocorreu na Justiça de São Paulo, seguindo-se 60 sentenças a favor do B.N.H. no Rio de Janeiro. Das 633 sentenças contrárias ao B.N.H., 259 foram registradas em São Paulo, 108 no Rio de Janeiro e 101 em Porto Alegre.

"Ao se pronunciar sobre o resultado das questões levantadas na Justiça contra o reajuste das prestações o presidente do B.N.H., Nelson Da Matta, observou que muitas das sentenças ganhas pelos mutuários estabelecem como índice de rea -

juste a variação do salário-mínimo, enquanto o próprio B.N. H. oferece a possibilidade de reajuste das prestações com base em 80% da variação do mínimo." (ver a notícia citada).

Outra notícia que me interessou tem o título de B.N.H. revela que a inadimplência foi até de 80%, do Correio Popular, às ps.6, edição de 14/11/84: "Rio-O presidente do Banco Nacional da Habitação, Nelson da Matta, revelou ontem que a inadimplência dos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, com financiamentos através dos agentes da casa própria, chegou a quase 60% nos meses de agosto e setembro passados. Em algumas regiões do País - Bahia e Sergipe - esse percentual chegou a quase 80%. Os maiores níveis de inadimplência verificaram - se na faixa de operações de cooperativas com repasses do B.N.H. para os agentes e a maior carga de atrasos atingiu as sociedades de crédito imobiliário independentes (não ligadas a bancos) e as associações de poupança e empréstimo (A.P.E.S.)."

Sobre os resultados obtidos pelos movimentos de mutuários, eu não posso avaliá-los em detalhes e especificamente. Mas em termos gerais dá para se ter uma idéia clara através dos jornais pesquisados.

Assim, a notícia Mutuários e B.N.H. estudam reajuste para prestações, do Correio Popular, edição de 05/09/84, às ps.6, afirma: "Rio-O teto para o reajuste das prestações da casa própria pela equivalência salarial poderá ser em torno de 15% acima da correção monetária, se prevalecer o número colocado na mesa de negociações entre as lideranças dos mutuários e diretores e técnicos do Banco Nacional da Habitação. A reunião, iniciada pela manhã, estendeu-se até a noite. Os presidentes do B.N.H., Nelson da Matta, e da Associação das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), Mário Gordilho, seguiram para Brasília, a fim de iniciar conversações que culminarão hoje com um encontro entre Da Matta e Gordilho sobre o mesmo tema.

"Segundo o exemplo dado por uma fonte que participou da reunião, esse teto funcionaria da seguinte maneira: se a correção, no momento do reajuste for de 100% e o aumento salarial da categoria profissional do mutuário for de 120%, este só pagará até 15% acima da correção monetária ou seja 115%, sendo os restantes 5% cobertos pelos mecanismos previstos para sustentar o subsídio a ser pago pelo Fundo de Compensação de

Variações Salariais(F.C.V.S.).

"A fixação de um teto para o reajuste das prestações, uma vez implantada a equivalência salarial, constitui a reivindicação básica das associações de mutuários da casa própria e foi aceita nas linhas gerais pelo presidente do B.N.H., Nelson Da Matta, como tecnicamente correta. O prolongado encontro de ontem entre os representantes destas associações, encabeçados pelo presidente da Federação das Associações de Mutuários do Estado do Rio de Janeiro(F.A.M.E.R.J.), Jô Rezende, e o corpo técnico do Banco destina-se entre outros objetivos, a obter um acordo quanto ao percentual viável para este limite" (vide o Correio Popular, notícia citada).

Outra notícia B.N.H. aceita proposta de mutuários (in Correio Popular, edição de 04/09/84, às ps.8) esclarece melhor as negociações referidas acima: "Rio-O presidente do Banco Nacional da Habitação, Nelson Da Matta, aceitou a proposta dos representantes de associações de mutuários de nove Estados para que o reajuste das prestações da casa própria pela equivalência salarial seja limitado a um determinado teto de comprometimento de renda.

"O próprio Nelson Da Matta anunciou a proposta após reunião de cinco horas consecutivas na sede do Banco com as delegações de mutuários, encabeçadas pelo presidente da Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro(F.A.M.E.R.J.), Jô Rezende.

"A proposta dos mutuários é tecnicamente correta" disse Nelson Da Matta, "e agora precisamos definir qual será este limite. Já estou até com um percentual na cabeça, mas não posso revelá-lo por enquanto". De acordo com a proposta que surgiu em meio às negociações - e foi considerada "de conciliação" pelo presidente da F.A.M.E.R.J., se o reajuste da prestação pela equivalência salarial resultar num comprometimento da renda do mutuário além de determinado limite, o comprador da casa própria só pagaria até este limite, ficando o excedente por conta do Fundo de Compensação de Variações Salariais.

"O objetivo disse Nelson Da Matta, é fazer com que uma vez comprometido determinado percentual da renda do mutuário no contrato original de financiamento, este percentual seja mantido até o fim do período financiado. Para obter

esse limite de comprometimento de renda poderá ser estabelecido um teto para o reajuste da casa própria pela equivalência em relação à correção monetária. No exemplo de Nelson Da Matta, se o reajuste do salário for 120 e a correção monetária for de 100, haverá um percentual intermediário além do qual o mutuário não precisará desembolsar mais nada para pagar sua prestação. Da Matta destacou sua concordância com a tese da F.M.E.R.J. de que os aumentos salariais dos mutuários não devem ser inteiramente comprometidos com o pagamento da casa, permitindo que estes tenham certa margem para outras despesas.

"Na presença de Jô Rezende, o presidente do B.N.H. destacou que também foram aceitas as reivindicações dos mutuários para que o B.N.H. interceda politicamente visando a sustar os despejos de moradores, "pois, embora juridicamente não tenhamos poderes para isso, entendemos que a questão é política". Também foi aceita a participação de representantes dos mutuários no Conselho Nacional de Política Habitacional e de um representante sindical eleito a partir das bases ao conselho curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

"Segundo Jô Rezende, foram igualmente apresentadas outras reivindicações ao B.N.H., entre elas a fiscalização mais intensa sobre os preços dos imóveis destinados à população de baixa renda e redução de juros nos contratos daqueles mutuários cujos saldos devedores estejam superando o valor de mercado das suas casas." (cf. no Correio Popular, a notícia citada).

Depois, uma notícia de título F.G.T. tem uma queda real de 15,5% revela B.N.H., do Correio Popular, edição de 19/12/84, às ps. 9, dizia que "(...) Durante o almoço de fim de ano com a Imprensa, Nelson da Matta defendeu a necessidade de uma reforma tributária para estimular as aplicações no setor de saneamento e infraestrutura de forma descentralizada, deixando aos Estados e Municípios a decisão sobre a orientação dessas aplicações e permitindo também a descentralização dos investimentos das metrópoles. Citando uma conversa que teve com o prefeito de São Paulo, Mário Covas, Nelson da Matta destacou que "se não for rompido o círculo vicioso de concentração das obras de infraestrutura nas grandes cidades, nunca será possível interiorizar o desenvolvimento". O presidente do B.N.H. declarou-se favorável

ainda à criação de um Conselho Nacional de Desenvolvimento a nível interministerial para formulação das diretrizes do crescimento de acordo com as necessidades do País."

Esta parte da notícia pelo que diz em termos do discurso lingüístico parece-me que bate com as considerações que eu fiz sobre a "aptidão" da prefeitura municipal de Campinas para usar o projeto João-de-Barro para o desfavelamento nesta cidade, nos termos em que se expôs acima.

Na mesma notícia para concluir este capítulo, pode ler-se que "Da Matta fez também uma crítica às lideranças dos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, particularmente ao presidente da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro, Jô Rezende, afirmando que este não buscou o diálogo com o B.N.H. sobre os problemas dos mutuários mas sim, com finalidades políticas. Para Nelson Da Matta, as associações de moradores devem desempenhar papel menos político e mais dirigido para a defesa dos interesses dos consumidores, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos".

Creio que este final da notícia fala, em grande parte, por si mesmo.

C A P Í T U L O III

CAPÍTULO III

3. Como foi Estudado o Conselho de Moradores

Dentro do meu estudo e pelos contactos que mantive na vila, uma instituição me chamou a atenção na vida do bairro, desde o início: O Conselho de Moradores.

Tanto por vislumbrar à uma certa distância a importância da sua atuação, como pelo contacto com alguns moradores combativos que enxergavam o Conselho como um órgão reivindicador privilegiado para a vila, e que mantinham uma atitude crítica, a meu ver, para com o Conselho, fui levado a estudar aquela entidade. Este estudo iria ser inicialmente, um complemento do meu trabalho, como um adendo, mas acabou assumindo a posição de objeto de estudo privilegiado.

Como estudar o Conselho de Moradores da Vila Costa e Silva?

A forma que me pareceu mais afim ao objeto de estudo foi a de refazer a sua história. E isto da maneira a mais fiel possível, e com a pretensão de seguir a linha sugerida por Claude Lefort, citada acima de refazer a situação atual do Conselho, para percebê-la melhor.

Devo dizer que para mim a dicotomia entre sujeito e objeto continua inteiramente válida e eficaz, apesar de que para os marxistas ligados mais ao velho Marx, do que ao jovem Marx, com o surgimento do proletariado moderno, o sujeito e o objeto da História se tenham asssimilado e identificado mutuamente.

Além disso sou a favor da transposição quase completa da metodologia que Theodor Adorno propõe para a Sociologia da Música (segundo um artigo traduzido deste autor numa revista de que saíram apenas 3 números; "Teoria e Prática" se não me engano era o seu título, e o nº 2 com certeza era o número da publicação): é preciso que o pesquisador tenha uma afinidade para com o objeto de estudo, tenha uma familiaridade mesmo, senão não conseguirá apreendê-lo em sua complexidade.

Isto supõe aceitar a dicotomia sujeito-objeto do estudo, apesar das posições em contrário de vários autores.

Juergen Habermas, por exemplo, propõe uma refor

mulação do materialismo histórico, "através do estudo da correlação entre os estágios de consciência moral e as etapas do desenvolvimento das competências de interação implicadas na ação comunicativa" (conforme o artigo Quem são os herdeiros da filosofia clássica alemã? de autoria de José Humberto de Brito Cruz no Folhetim nº 343, edição de 14 de agosto de 1983, pp. 4 e 5). Segundo este artigo, "...Marx mostrou-se muitas vezes incapaz de absorver aquilo que de mais valioso existe na herança do hegelianismo: ... a ampliação da problemática do aprendizado até o ponto em que esta passa a englobar, além de contextos técnicos, também e sobretudo contextos interativos... Para a construção de uma ética filosófica positiva, é imperativo chegar à raiz mais profunda do processo de interação, às condições de possibilidade da comunicação em geral, identificando aí as "pretensões de validade" sobre as quais se fundam as normas e valores correntes." (artigo citado, p.5).

Esta reformulação do materialismo histórico, ao privilegiar os processos comunicativos verificados entre os agentes sociais, me parece totalmente "adaptada" à realidade social e tecnológica da conjuntura mundial da atualidade e me parece privilegiar a tão falada "conscientização" dos atores sociais, como instrumento do desenvolvimento social, sem assinalar qualquer grupo ou classe social como dominante ou dominada, e como portadora da negação da sociedade.

Esta posição de sustentação da separação entre o sujeito e o objeto na metodologia científica, significa que quem não está na situação em estudo, ou não pode estudá-la, ou então tem que ter muitos pontos de identidade com a população em estudo, senão também não tem o direito ético de estudá-la em sua riqueza social e necessidades.

Seria o caso de citar, também a postura etnocêntrica de muitos pesquisadores de populações não familiares a eles, e que levam à mesma atitude científica de exploração dos indivíduos estudados em contraposição à abordagem genética ou antropológica, de absoluto respeito à cultura dos membros dessa população.

Devo então, acho, me posicionar como tendo muita simpatia pela população que estudei, mas creio que em termos de afinidades com ela, estou num lugar intermediário, que

não chega a uma identificação completa com os seus problemas , mas que produziu, ao longo do tempo de estudo, uma grande emoção nos contactos propiciados com os indivíduos da Vila Costa e Silva, pois eu tinha o sentimento de que tratava com gente que faz parte da base da nossa sociedade. Além disso a acolhida que tive dos moradores foi calorosa e estimulante, o que me animou muito durante o trabalho, e me aumentou os motivos para fazê-lo.

Hoje, não sei mais se tenho a mesma autenticidade que tive no começo e durante muito tempo da pesquisa. Mas ficou ainda a certeza de que aquela população merece todo o respeito como gente, e não merece o uso dos seus problemas como meio para uma ascensão profissional dos pesquisadores de Ciências Sociais.

Afinal, conforme a citação em linhas acima de H. Marcuse, os fins devem ser operantes nos meios para conseguí-los, o que me advertiu para que não usasse de qualquer expediente para continuar o trabalho, que estava incompleto.

Ainda neste sentido, o professor Paulo Freire escreveu num cumprimento aos seus colegas professores, num dos números do jornal da A.P.E.O.E.S.P., que se se fosse fazer alguma coisa educativa usando certos meios não válidos, seria melhor que aquilo não fosse feito. Creio que isto serve como uma ideologia correta para os atos de pesquisa das populações pobres e de grupos de proletários, que têm necessidade de auto-determinação.

Isto posto, passo a relatar o que conheço do Conselho de Moradores da Vila Costa e Silva e o que, dentro dos limites apontados, me foi possível concluir a seu respeito.

Os primeiros passos específicos para o estudo da história do Conselho foram dados no início de 1978, com a feitura de 3 entrevistas: 2 com dois moradores daqueles que sempre me pareceram críticos para com o órgão, e a outra com um ex-presidente, que fora presidente nos seus começos e durante 3 anos.

Devo dizer que estas entrevistas visavam apreender um "fato social" que sempre, desde 1971 quando comecei a ir à Vila Costa e Silva, me parecera básico na vida do Conselho: a interferência das assistentes sociais da prefeitura mu-

nicipal na vida do Conselho, como também das assistentes sociais da própria C.O.H.A.B. - Campinas.

Conforme eu acompanhava o trabalho, social, digamos assim, do casal de médicos dr. José Eduardo Passos Jorge e dra. Maria Lúcia Quaresma Passos Jorge, na vila, e os quais me haviam introduzido na vida da vila em 1971, como professor de um curso informal de Madureza, eu fui percebendo a importância daquele "fato social".

Voltando ao que ia escrevendo antes, devo dizer que para o estudo do Conselho de Moradores, fiz uma visita a ele para tentar perceber as condições de então do mesmo, isto no mês de outubro de 1983. Depois, no dia 26/10/1983 fui novamente à sede da entidade, para verificarse havia algum interesse da diretoria pelo meu estudo.

Nessa ocasião estavam presentes o presidente do Conselho e dois outros diretores. Houve uma conversa que havia sido marcada anteriormente. Nela, após eu expor rapidamente os objetivos de minha pesquisa, o presidente sugeriu que fosse feita uma espécie de mesa-redonda com a participação de todos os ex-presidentes do órgão, o que, segundo ele, poderia trazer subsídios para o estudo.

Eu teria que convidar os 9 ex-presidentes, estando incluído nesse total o proponente da reunião. Mas quando a reunião foi realizada, o número de presidentes já atingia a 10, pois havia um outro grupo na direção do órgão, que permanece até hoje nessa posição.

Aliás, eu realizei no dia 26/07/1984, uma reunião de pesquisa, um tipo de entrevista, com o atual presidente juntamente com a atual secretária do Conselho, com a qual eu havia marcado a entrevista no dia anterior, que foi 25/07/84. Participaram também desta entrevista, um outro diretor, que é morador da Vila Cury, também do B.N.H. e vizinha da Costa e Silva, e duas moças, do Grupo de Mulheres, que pertencem à Escola de Samba Estrêla Dalva, sediada no bairro e campeã do carnaval de Campinas do ano passado, e que aliás é dirigida pelo mesmo, então novo, presidente do Conselho.

Mas eu teria, também que marcar com os diretores de então, o dia da reunião, e avisar os ex-presidentes que aceitassem participar da mesma citada mesa-redonda.

Por motivos ligados ao meu trabalho como professor, e depois nas férias de fim de ano, por razões da mudança já referida acima, da diretoria, a mesa-redonda só pôde ser marcada e realizada no dia 16/02/84.

Eu elaborei, então, uma série de perguntas que deveriam ser respondidas, cada uma, por todos os presentes.

As perguntas estavam ligadas às seguintes questões: a época da eleição do presidente; o modo de eleição; o tempo que permaneceu no posto; as realizações sociais; o que não conseguiu realizar; as reivindicações à prefeitura ou a outros órgãos e quais foram e não foram atendidas; a participação da população da Vila no Conselho e como é encarada essa participação; a interferência da prefeitura municipal ou da C.O. H.A.B.-Campinas na atuação da diretoria, através de assistentes sociais ou outras pessoas; a independência do Conselho em relação a órgãos governamentais e partidos políticos e dos próprios políticos, ou então, as alianças que o Conselho deve fazer; e finalmente, qual é o futuro do Conselho que os participantes enxergavam então.

O mecanismo da reunião foi o seguinte: cada participante teria cerca de 5 minutos para responder a cada pergunta, podendo conceder, ou não, apartes.

Os participantes da reunião foram em número de 6, além de mim e de minha esposa que secretariou a mesma. Esses participantes foram o 2º presidente (2º ocupante do cargo e que designarei com o nº 2), o 3º presidente (3º ocupante do cargo e que designarei com o nº 3), o 8º ocupante da presidência (que designarei com o nº 8) o 9º ocupante do cargo (que designarei com o nº 9), um membro da atual direção da entidade (que designarei com o nº 10), e finalmente um morador do bairro que fora um dos 3 entrevistados em 1978, citados acima, e que não é um ex-presidente (o qual designarei com o nº 11).

Começando a resposta às perguntas, o participante 3 disse que assumiu a presidência em fins de 1973 e que foi eleito em eleições que o participante 2 realizou. Ficou na presidência por 6 meses (o mandato era de 1 ano), e manteve a estrutura anterior do Conselho (a do participante 2, que ficou 3 anos na presidência). As realizações sociais foram estas:

1 - o Posto Policial, reivindicado desde 1970 e

até hoje não conseguido; 2 - a feira-livre, anos depois con - seguida (vide abaixo as descrições das 3 entrevistas feitas em 1978); 3 - a urbanização dos terrenos baldios, não conseguida; 4 - a Praça de esportes, que, segundo o depoente, "não deve ser sô um campo de futebol mas deve ser um local de lazer inclusive para as mulheres"; uma senhora doou, na ocasião, um terreno de 25.000 m² para esta praça; 5 - o "ponto alto", segundo o depoente, foi que ficou um vigilante noturno para tomar conta da sede da entidade.

A seguir o participante 2 respondeu às pergun - tas.

Segundo ele o Conselho da Vila Costa e Silva, foi pioneiro nas vilas populares da C.O.H.A.B. em Campinas. Foi criado por intermédio da Assistência Social da Prefeitura que levou um plano que previa o relacionamento entre a Prefeitura Municipal e a Vila Costa e Silva, por intermédio do Conselho de Moradores. Segundo este participante a ação da Assistência Social da Prefeitura, se deu "por falta de recursos", mas de qual quer maneira aqui já se pode notar o dedo da prefeitura sobre o Conselho, na sua própria criação.

Este participante assumiu a presidência por elei ções em 1970 e ficou até 1973. Antes dele já havia uma direto - ria, que foi a 1^a, mas cujo presidente mudou-se de bairro e, porisso, não foi convidado para a reunião. A ação da assisten - te social da prefeitura começou durante a gestão deste 1^o pre - sidente, em cujo final de mandato se formou uma polarização elei - toral, da oposição contra a posição, saindo vencedor o partici - pante 2 da mesa-redonda. Este, afirmou que a estrutura que foi montada para o Conselho de Moradores, consistia na formação de um Conselho Deliberativo, que constituiria os sócios da entida - de, e de um Conselho Fiscal, que teria acesso aos livros, às atas da entidade e exigiria um balancete das contas do Conse - lho de Moradores.

Mas, este participante 2 afirmou que a assisten - te social que atuou para formar a estrutura do Conselho, "fun - dou uma nova diretoria", o que eu e a minha auxiliar na reunião, entendemos como tendo resultado na eleição citada. Deve ser acrescentado que, segundo um aparte do participante 9, era o Conselho Deliberativo ou de Sócios que elegia, no começo, o pre-

sidente, que indicava os demais diretores, portanto, no dizer desse participante, tinha-se um regime presidencialista.

Quando eleito, o participante 2 "se sentiu usado", ao que parece "politicamente" por um auxiliar do prefeito municipal, o secretário da prefeitura, Lauro Péricles Gonçalves (ao que me parece), que depois se tornou prefeito municipal.

Segundo o participante 2 "a vila nunca participou do Conselho Deliberativo", devendo ser notado que este senhor, fez uma fala longa na reunião que abrangeu em parte as perguntas seguintes. Devo observar que a reunião teve a duração aproximada de 2 horas e meia, e só se conseguiu responder a uma das perguntas, embora alguns participantes tenham abordado questões das perguntas em geral.

As "realizações sociais" da 2ª diretoria, segundo o participante 2, foram as seguintes (no que se pode observar que estão contidas o que chamei de reivindicações à prefeitura numa pergunta, e não apenas as "realizações sociais"):

1 - O Grupo escolar, conseguido quase 5 anos depois (as crianças estudavam no "Grameiro", um bairro próximo e que não é vila do B.N.H.);

2 - o asfalto para o bairro, sendo que os moradores, andaram 3 anos no barro;

3 - o Pôsto Policial (que até hoje não foi montado);

4 - a Praça de esportes.

Segundo este participante tudo o que foi lutado, já estava nos planos da C.O.H.A.B.-Campinas, segundo o croqui original do bairro, o que também foi dito pelo participante 3, o que deve ser acrescido ao citado acima sobre este participante.

Na diretoria do participante 2, foi criado um ambulatorio médico e dentário, sendo o médico o dr. Bóris Raskin, e a diretoria pagava a ele 20% do preço das consultas. Este participante citou a ação de uma assistente social que dirigia a ação da prefeitura no bairro, para dizer que mesmo com relação ao ambulatório (ao que me parece pois estou em dúvida) " tudo é política".

Depois do citado médico, entrou o casal de médicos citados acima para o ambulatório, o dr. José Eduardo Passos Jorge e a dra. Maria Lúcia Quaresma Passos Jorge, que ficaram longos anos nesse serviço, e com os quais tive um conhecimento pessoal. (Posso acrescentar que este tipo de trabalho médico, foi o que deu origem aos atuais Postos de Saúde, em bairros populares, de Campinas, e no que pode ser inserido o projeto de investigação sobre as formas de participação popular em Programas de Saúde, realizado pelo mesmo dr. José Eduardo e financiada pela P.E.S.E.S. - Fundação Osvaldo Cruz).

O participante 9 em aparte, citou a existência de vários grupos, no Conselho, dentro do já citado presidencialismo: o grupo de esportes, o grupo médico, existente nas primeiras gestões como disse o participante 2, o grupo social, etc.

Na sua 3ª gestão, o participante 2, elaborou uma ficha, que conteve 36 votos, para saber da receptividade de sua nova eleição e todos os votos o apontaram para presidente.

Depois do participante 2, foi eleito o 3 com as realizações acima citadas. Quando este desistiu do cargo, entrou um sucessor que não sei se foi eleito de acordo com a legalidade do Conselho. Este desistiu, por sua vez, e o participante 11 ficou, junto com um outro morador, por 30 dias na direção do Conselho, quando então foi eleito o 4º presidente (4º ocupante do cargo).

O participante 3 pediu a palavra para afirmar que o Conselho de Moradores deve ser o órgão representativo do bairro, e qualificou-se, quando era presidente, como jovem e imaturo. O conselho teria tido mais estrutura, se o participante 2 não tivesse deixado o cargo. Este último participante pediu a palavra e citou a reivindicação da feira-livre, na sua gestão, da qual participaram cerca de 30 senhoras, junto ao coordenador das feiras-livres de Campinas, um militar, que alegou não haver local para a realização da mesma, o que foi contestado pelo Conselho, que acabou conseguindo o seu intento. Estas palavras, indicaram uma operância do Conselho, naquela ocasião.

Segundo o participante 2 ainda, no Conselho prevaleciam o presidente, o secretário e o tesoureiro, centralizan

do a direção (isto nos primeiros tempos). Quando o participante 2 se afastou da direção, isto prejudicou a atuação do Conselho, pois "Conselho não é esporte", e "o presidente é um prefeito na vila", o que indica na direção citada da centralização da direção. O participante 11 pediu a palavra para dizer que o Conselho deve unir a participação dos grupos, de certa forma se contrapondo à visão da centralização. Como a vila tem cerca de 10 grupos de atividades, caberia ao Conselho coordená-los "em termos vila", o que significa centralização, mas de outra forma, com uma visão do bairro todo.

Foi citado pelo participante 2, que a extinção segundo ele imaginava, da Secretária da Promoção Social pela prefeitura foi prejudicial, pois foi graças à assistente social que "tudo foi conseguido" em termos de Conselho. Isto, creio que ilustra um tipo de posição favorável à paternalização, ou melhor, contrôle da ação do Conselho por agentes do poder municipal.

Bem, a seguir foi sugerida pelo participante 9 a adoção da ordem cronológica nas respostas, o que foi acatado.

Assim, tomou a palavra o participante 8, que foi eleito presidente, em 1979, pelo Conselho Deliberativo, tendo ficado só 4 meses no cargo, pois não teve apoio da diretoria, e resolveu "fechar" o Conselho. Segundo ele, foi tudo uma sequência desde as gestões do participante 2, cuja diretoria era mais experiente. Disse ainda que o participante 9, pegou o Conselho mais estruturado. Disse ainda que do 4º ocupante do cargo (o respectivo ex-presidente não estava presente), até o 7º ocupante do cargo (o mesmo não pôde comparecer), houve uma decadência do Conselho, o que fez com que este participante 8, levasse adiante uma luta para moralizar a vida do Conselho, "em todos os sentidos".

Foi mais ou menos depois do 4º ocupante da presidência que entrou em cena na Vila o grupo auto-intitulado "Força Bruta", que era uma espécie de comunidade e o nome, "não tinha nada que ver". Este grupo tentou influir na atuação do Conselho, mas o participante 8 não assumiu o cargo da forma que a "Fôrça Bruta" queria, mas pela sua própria cabeça, daí ter decidido "fechar" o Conselho.

Segundo o mesmo participante, o grupo da Escola

de Samba que tem vida própria, pediu ajuda e foi "filiado" ao Conselho, mas para ensaiar, o que, ao que parece (mas muito incertamente) não foi o caso da "Força Bruta", que tinha outra natureza na vida da vila.

Segundo, ainda, o mesmo participante 8 o participante 9 "levantou o nível, levantou a moral do Conselho", por exemplo em termos de que as mulheres não participavam mais das atividades até então, e começaram a ter condições de fazê-lo novamente.

Segundo o participante 9, em fins de 1979 e começo de 1980, o participante 8 estava vendo o seu trabalho na diretoria anterior, (antes de ser presidente, quando foi o vice-presidente do 7º ocupante da presidência) perdido. Havia um abandono do prédio, que era um ponto de desavença, a ponto da sede fechar de vez, depois do carnaval de 1980.

O participante 9, ao que parece com apoio de moradores, convocou uma Assembléia Geral para encaminhar a vida do Conselho, que foi realizada em 15/04/1980.

Este participante 9 disse que só viu o dedo das assistentes sociais na vida do Conselho, aqui em Campinas, de tal modo que se não fosse a atuação de um grupo de pessoas, nessa Assembléia Geral, a assistente social iria "melar" a reunião, mas se conseguiu tirar uma comissão de 6 elementos que se encarregou, de abril de 1980 até outubro de 1980, da 1ª eleição depois do período acima descrito, quando este participante foi eleito presidente. Ficou no cargo de outubro de 1980 até 81 e foi até o final de 1983 no mesmo.

Segundo este participante 9 os prédios das Sociedades de Amigos do Bairro são os piores dos bairros, em Campinas, e o de lá, ainda é um dos melhores, mas a sua imagem do prédio era então péssima, tendo uma cerca de arame farpado e mato no seu interior.

O pessoal teve que ser reeducado em relação ao uso do prédio.

Fazendo considerações mais amplas no tempo, este participante 9 disse que a 2ª diretoria foi reivindicatória, que a do 7º ocupante da presidência reivindicou junto à prefeitura e que "o povo de uma forma geral está assim como fruto do regime", em relação à situação na sede, onde "faltou pouco para

haver morte", segundo um dos participantes.

Segundo o mesmo participante 9, a participação da população junto ao Conselho "depende do programa da diretoria". A presença de uma assistente social atuante dá facilidade por exemplo, para marcar-se entrevistas na prefeitura, segundo um participante não registrado.

O participante 2 afirmou que tinha contacto com a prefeitura, graças à assistente social, e isso o tinha ajudado. Segundo o participante 9, um programa da diretoria atrai uma determinada camada da população da vila, tendo citado como exemplo o "Jornal da Silva" que propunha dinamizar as atividades como os bailes, mas conduzidos organizadamente em alguma relação com a diretoria.

Com relação à participação da população, este participante afirmou que de 1980 para cá, as S.A.B.s (Sociedades de Amigos do Bairro) assumiram um peso muito grande, ao que parece no Brasil e não apenas em Campinas.

Nesta cidade muitas S.A.B.s. são criadas com o crescimento dos movimentos populares ao que parece, de modo que existem 148 destas entidades em Campinas (isto até então, hoje deve haver mais).

Na maioria delas, os presidentes são funcionários da prefeitura que trabalham, ao que parece, como intermediários da prefeitura junto aos bairros, por terem sido (ao que parece) cabos eleitorais dos atuais governantes locais, que são do P.M.D.B.

Duas reivindicações comuns às diretorias não foram atendidas até hoje: — o posto policial, que para o participante 2 mais prejudicaria do que melhoraria o bairro; — a organização da praça de esportes.

Neste ponto, quase o final da mesa-redonda, o participante 3 perguntou ao 11, como deve se posicionar um Conselho de Moradores? O último respondeu que deve haver um trabalho árduo, mas com a vila toda trabalhando, de modo que o Conselho seja uma coisa mais ampla, como exemplo com um grupo de veteranos participando. Por exemplo nos terrenos baldios a prefeitura manda raspar a terra e acaba ficando mais sujo, e alguns moradores jogam o entulho neles. Então essa ação não resolve o problema dos terrenos baldios, que no plano original

da C.O.H.A.B. para a vila, constavam como áreas verdes, onde , inclusive a C.O.H.A.B. quiz fazer prédios, o que não foi adiante. O programa original para estes terrenos era da C.O.H.A.B., que jogou para a prefeitura que "resolve" da forma descrita.

O último participante a responder foi o 10, que disse que seu grupo entrou no Conselho porque o participante 9 iria fechar as portas, mas este disse que houvera convocado eleições (não tendo surgido candidatos) — e que o Estatuto não permitia que ele se reelegesse.

O que a diretoria do participante 10 pretendia fazer estava centrado em verbas para reformar o campo, como por exemplo para colocar um senhor para tomar conta do mesmo. Cuidar das áreas de lazer. Os bailes não serão realizados, porque não é fácil tirar a imagem da sede. Pretendiam montar um Conselho de Sócios para pagar uma mensalidade, e tendo o direito de usar o que tem na sede. O presidente de então, que não pôde comparecer à reunião (o participante 10 era um outro membro da diretoria), era o presidente da Escola de Samba Estrêla Dalva e a preocupação de então era ganhar o carnaval o que foi conseguido , não estando o presidente então, bem a par da situação do Conselho, embora um morador já tivesse sido convidado para ser diretor dos Esportes.

No final da reunião, alguns participantes falaram na necessidade de união e atuação dos moradores presentes à reunião, no Conselho, mas em acôrdo com a atual direção.

Conforme citei linhas acima, tinham sido feitas 3 entrevistas em 1978, a respeito, especificamente, do Conselho de Moradores da Vila Costa e Silva. Vou agora considerar estas entrevistas.

Duas delas foram realizadas com dois moradores que tinham uma visão crítica da atuação do Conselho, sendo um deles o participante nº 11 da mesa-redonda do dia 16/02/84, e o outro, um morador que se mudou para Belém do Pará, de onde é originário e não participou daquela reunião, e a terceira com o participante nº 2 da mesma reunião.

No final de fevereiro de 1978 foi entrevistado este último participante da reunião, o chamado acima participante 2.

Trata-se de um funcionário público e que foi pre

sidente do Conselho durante 3 anos, desde 1970 até 1973.

Segundo ele declarou, então, o Conselho deve ter vida própria, mas, ao mesmo tempo, ele se colocou na posição de favorável à ação das assistentes sociais da prefeitura na vida do Conselho, pois considerava que aprendeu o que conhecia, em termos de Conselho, com a assistente social que então atuava no bairro. Tanto que, segundo ele, o Conselho "foi fundado pela Promoção Social" (da prefeitura), que enxerga as vilas populares da C.O.H.A.B.-Campinas, como sendo marginalizadas na vida social da cidade. Disse ainda que as assistentes sociais tinham ido à vila para unificar os vários grupos existentes na vila. Faziam palestras, realizavam atividades para incentivar a dinâmica de grupo, etc. Essas assistentes sociais participariam só até que vissem que o Conselho já tivesse vida própria, como ocorreu nas gestões deste morador, como seu presidente.

As assistentes sociais faziam um papel de certa mediação no caso de problemas com famílias (ao que parece) com atrasos no pagamento das prestações mensais. O entrevistado mencionou que existiam casos de famílias que estavam "nas mãos de juiz". Neste caso trata-se de assistentes sociais da própria C.O.H.A.B.-Campinas, que não atuavam diretamente junto ao Conselho.

Mas esta mediação se dava também por meio do Conselho de Moradores em relação à prefeitura municipal, como vínhamos afirmando, pois ao que parece, o que dava legalidade ao Conselho era justamente a presença destes agentes sociais es tatais na vida da vila.

Sim, pois o entrevistado afirmou que o seu objetivo como presidente, foi trabalhar em prol da Vila, e teve várias realizações junto com os seus companheiros de diretoria conforme já foi citado acima, no relato da reunião do dia 16/02/84. Segundo ele, foi mantido o Ambulatório Médico que existia, a diretoria conseguiu o Grupo Escolar (escola de 1º grau) para o bairro e reivindicou, junto com outros moradores, a realização da Feira-Livre; lutou por um ponto de táxi, o que não foi conseguido, mas que fazia parte, esta e outras atividades, dos programas da própria C.O.H.A.B.-Campinas para a vila.

Mas, mesmo assim, o Conselho teve que brigar pa

ra conseguir a sua implantação, pois senão a prefeitura não realizaria as obras necessárias, nem atenderia as condições básicas para que outras atividades, mesmo as previstas no croqui da C.O.H.A.B. para a vila, se concretizassem.

Segundo este morador a receptividade do Conselho junto à população da vila, "é péssima", pois "o Conselho não tinha nada para dar" aos moradores, ou quase nada, diria eu.

Ele afirmou, talvez desdenhando da sua própria atuação como presidente, que "o Conselho nunca foi visto com bons olhos", pois se o Conselho cobrava um tanto como se fosse uma mensalidade, lhe era exigido o dobro por quem pagasse. Havia segundo o entrevistado um grande desinteresse pela sorte do Conselho, que mesmo tendo baseado, sua força, principalmente na diretoria, o que de acordo com a caracterização do participante 9 da mesa-redonda citada acima tornava o Conselho presidencialista, segundo o entrevistado, ainda assim, promovia bailinhos, e havia um chá beneficente. Mesmo assim, o maior problema foi que, como uns moradores já pagassem o I.N.P.S. , "não vão pagar Cr\$ 10,00 a mais" para o Conselho (quantia que valia bastante à época).

Então, a diretoria lutava quase baseada em si mesma.

O que acontecia era, como foi dito acima, que a Promoção Social da prefeitura enxergava as vilas populares como marginalizadas na vida da cidade.

Há uma festa de Confraternização entre Vilas ao que parece anual: quando um morador da Costa e Silva recebeu um troféu de atletismo na Vila Castelo Branco, isto mostrou a força da Vila Costa e Silva. Porque "o progresso vem com progresso", disse o entrevistado referindo-se a seguir ao problema da unificação de grupos, como tarefa a ser feita. Havia o grupo da irmã (católica); a entidade dos Mórmons, e outros grupos.

Mas, o problema era o de reivindicar melhorias junto à Prefeitura, e com os grupos, separados, não havia força. Ele deu um exemplo bem a propósito: quando o Conselho foi reivindicar a realização da feira-livre, um militar, que coordenava esta atividade em toda a cidade, não aceitou. A feira foi conseqüida na gestão do participante 3, conforme linhas acima, com a ajuda de um grupo de senhoras (ao que parece 30), reivindicando junto com o Conselho.

Existe na Vila Costa e Silva um terreno doado , de 25.000 m², destinado à construção de uma Praça de Esportes. Segundo o depoente, o que se conseguiu até então, foi apenas a construção de um campo de futebol que foi gramado com recursos do próprio Conselho, aliás na gestão de uma diretoria com outro presidente. O "play-ground", a piscina , a sede social que já existe, e etc., que constam dos planos iniciais da C.O.H.A.B., estavam apenas no papel, e fora a sede social, ainda estão.

Segundo o depoente, a reivindicação de uma Creche foi motivo para uma verdadeira "guerra" que foi vencida (vide abaixo um outro depoimento a este respeito).

Mas o principal trabalho do Conselho ou ligado a ele foi, para o depoente, nas suas três gestões, o Serviço Médico. Deve-se dizer que o Conselho de Moradores, embora tenha estatuto e seja registrado legalmente como uma entidade com personalidade jurídica, está estreitamente vinculado à prefeitura, ou mais especificamente à Secretaria da Promoção Social e também à C.O.H.A.B. - Campinas, através de algumas assistentes sociais que trabalham na vila e junto ao Conselho conforme venho considerando.

Mas falávamos do Serviço Médico: ele foi implantado na vila por um médico jovem através da organização de um Serviço que o Conselho "concedia" ao mesmo. Havia moradores sócios do Serviço Médico que chegavam a 1.250 por volta de meados de 1.972. Posteriormente, mas ainda nas gestões do entrevistado, o Serviço Médico, passou para as mãos do casal de médicos já referido acima, que organizou o Ambulatório Médico na vila e que também funcionou como uma "concessão" do Conselho, cobrando taxas mínimas dos moradores para serem atendidos medicamente.

Deve-se dizer que durante as gestões do entrevistado, houve certos atritos com os médicos que dirigiam o serviço, cuja natureza estava ligada à interferência do Conselho na administração do serviço, tanto em termos de "política médica", e por intermédio do Conselho, à interferência da assistente social da Prefeitura (chamemos assim para abreviar) sobre tal "política", quanto em termos da administração financeira do serviço.

A respeito da interferência das assistentes so-

ciais da Prefeitura, devo dizer que parece estar clara a intenção de controlar os passos daqueles que atuavam junto ao Conselho de Moradores e mesmo junto a outras atividades na vila, tais como o próprio Ambulatório Médico e Dentário e o Curso de Madureza Ginasial que funcionava, desde 1972 na vila.

Tal interferência é vista com bons olhos por alguns indivíduos: o próprio entrevistado disse que o trabalho das assistentes sociais era feito "para unificar os moradores", dando como exemplo as atividades que elas realizavam ou faziam realizar, como cursos de dinâmica de grupo e palestras (isto por volta de meados de 1972). No entanto há moradores que fazem restrições à atuação dessas assistentes sociais: vêem-na com olhos mais críticos e não se entusiasma tanto com ela.

Aliás devo dizer que, por parte da C.O.H.A.B., a certa altura da história das vilas populares, houve a criação da sua Divisão de Serviço Social, provocada, conforme a antropóloga Maria Suely Kofes de Almeida pelo fato de ter havido um "sucesso" na política de moradia popular da C.O.H.A.B.-Campinas mas que, porém "... não excluiu, nem exclui, uma razoável quantidade de prestações atrasadas, abandonos e despejos que acompanham a história das vilas populares em Campinas", e que provocaram aquela medida da C.O.H.A.B. (de ALMEIDA, M.S.K., Entre Nós, os Pobres, Eles, os Negros, dissertação de mestrado em Antropologia, U.N.I.C.A.M.P., 1976, mimeo, p.31).

Diz esta estudiosa "Esta a Divisão Social é constituída de assistentes sociais que visitam as famílias em atraso com a C.O.H.A.B. e, por meio da organização de orçamentos familiares, incentivo aos empregos de mais pessoas da família, conselhos, etc., tentam garantir parte da renda familiar para o pagamento das prestações da casa." (ob.cit., p.31, grifo meu).

Uma das lutas do Conselho, durante as gestões deste morador como presidente, foi no sentido de quebrar a identidade das vilas populares, veiculada fora das mesmas, como sendo locais de moradias marginalizadas da vida da cidade. E seria por isto que a Secretaria da Promoção Social teria criado o Conselho.

E dentro disto o entrevistado é um dos moradores que valorizam o trabalho das assistentes sociais da Prefei

tura, chegando ao ponto de afirmar que aprendeu a administrar o Conselho com uma delas.

O entrevistado considera que as três diretorias que presidiu, enfrentaram o problema da unificação dos grupos da vila, problema que abordo adiante. Ele considera que o Conselho "tem vida própria", e que é inteiramente legítima e eficaz a atuação da assistente social junto ao Conselho, tendo citado como exemplo dos benefícios desta interferência, a "guerra" que o "Departamento Social" da Prefeitura moveu para auxiliar "socialmente" quase duzentas "garotas perdidas" que havia na vila, em certa ocasião durante o tempo em que foi presidente do Conselho, o que ilustra a justificativa para a ação da prefeitura junto ao organismo.

Segundo o depoente, as diretorias que se seguiram às suas gestões foram, respectivamente, a primeira de um morador que era "desonesto com o trabalho" e foi um "ditador" no Conselho, e a seguinte, de um presidente que "afundou o Conselho". Assim quanto ao futuro da entidade, ele acha que as perspectivas não eram boas, pois, por exemplo, todo um pessoal ligado a ele, que passou pelo Conselho "está escaldado", salientando que nesse tipo de atividade é preciso não ter ambições políticas, pois "o cara que tem pretensões políticas, perde a vergonha", tendo mencionado que existem carreiras políticas que começaram com a presidência de entidades deste tipo. O depoente citou o caso de um vereador de então, em Campinas, do antigo M.D.B., que se iniciou politicamente como presidente de uma Sociedade de Amigos de Bairro de Campinas.

A respeito das vantagens da existência do Conselho de Moradores, que consta do planejamento da C.O.H.A.B. para existir nas vilas populares, em relação à organização de uma Sociedade de Amigos do Bairro na vila, o entrevistado considera o Conselho como a melhor solução, pois ele não depende da aprovação do pedido de organização por um presidente do Conselho das Sociedades de Amigos dos Bairros sediada "na cidade" (os moradores de vila muitas vezes se referem ao centro da cidade como a "cidade"), como no caso das Sociedades de Amigos dos Bairros.

Além disso, a sua visão social da vila parece corresponder à aceitação do controle do Conselho: segundo ele,

metade das famílias da Vila perdeu a casa e foi substituída por "gente de mais cultura", o que é uma visão impressionista, mas dá uma idéia do fato de que muitas famílias não conseguiram se fixar na Vila.

Vamos passar aos outros dois depoimentos.

Um deles foi prestado em dezembro de 77, por um dos membros de um grupo que fazia oposição à diretoria do primeiro entrevistado citado acima. Trata-se do participante 11 da mesa-redonda relatada acima.

Segundo ele, a atividade do Conselho por volta de finais de 1971 e começo de 1972 se dava de tal forma que "o presidente é que fazia tudo da cabeça dele". Quando mudou-se para a vila, este depoente encontrou o Conselho já atuando (ele não é um dos moradores iniciais da vila). Então começou a procurar o Conselho e a frequentá-lo, até que preencheu um cargo de fiscal, ao que parece na segunda gestão do depoente anterior. O entrevistado se referiu à formação do quadro de sócios para o Serviço Médico, como tendo sido bastante problemática tanto que uma moradora que foi secretária do Conselho e passou depois a sê-lo do médico (já se trata do período de atividades do casal de médicos citado acima) e que "era bastante fingida", "avançou no dinheiro" do Serviço Médico. Outros fatos como este, criaram uma situação crítica financeiramente e socialmente para o Conselho, até que o presidente renunciou ao cargo e com ele renunciaram o vice-presidente e o tesoureiro. Na emergência da situação o entrevistado e o secretário do Conselho assumiram a diretoria por 30 dias, com a feitura de um acordo de realização de eleições no final desse prazo.

A eleição se deu ao que parece (o entrevistado não se lembrava bem) em fins de outubro de 1972 (ou 1973?), e segundo o acordo firmado anteriormente, devia haver pelo menos dois candidatos a presidente. Próximamente à eleição o então presidente provisório (ex-secretário do conselho) apresentou um candidato, e o depoente nos disse que o aceitou já que "não tinha nada contra nem a favor do mesmo", mas reclamou da ausência de um segundo candidato. Nesta altura, o então presidente (ex-secretário) junto a um grupo "que se intitulava turminha da promoção social", estava atuando com identidade própria e, ao que parece, orientado pela assistente social da prefeitura

que então trabalhava no bairro, para elegerem o seu candidato.

Até que o depoente "arranjou uma pessoa distinta a muito custo" para ser o segundo candidato, mas conforme os estatutos, havia um prazo de vencimento para entrar com o ofício de registro da candidatura, e este segundo candidato chegou "na última hora" com o ofício, mas dentro do prazo. Aí a "fulana que se intitulava secretária", "não aceitou o ofício, por estar escrito a mão". Como o acordo fosse de "uma eleição democrática", o segundo candidato que antes não queria sê-lo teve que ser convencido, à custo, a desistir, pelo meu depoente.

Perguntado sobre se havia algum programa ligado a essa candidatura, o entrevistado disse que o programa era "cuidar da vila", reivindicar e ir buscar do poder público aquilo que "a vila necessita dentro de um regulamento legítimo que a vila necessita". Ele citou como exemplo que, se o serviço de ônibus estivesse ruim o Conselho poderia reivindicar através do povo, liderado pelo presidente do Conselho. Conforme o depoente, nesta gestão do Conselho, o critério do grupo que ficou na diretoria era o de não debater nem reivindicar, pois sempre que ele buscava atuar nesse sentido, "êles procuraram acomodar" as coisas.

O ideal desse pessoal foi "uma função de um grupo que sempre viveu em torno só de bailes". Então o entrevistado se afastou do Conselho, pois "a idéia deles era fazer samba, e a minha, cuidar da vila".

Passado o tempo estatutário de um ano de mandato, o depoente junto a outros moradores, totalizando seis pessoas, procurou formar de novo uma chapa para concorrer à diretoria. Só que aí, os membros do Conselho "procuraram conturbar a situação" de tal maneira que chegaram a alterar os estatutos e registrar as modificações em cartório. Segundo o entrevistado "o que tinha de bom, o serviço médico, foi expulso do Conselho", e o grupo acabou ficando três anos com a diretoria da entidade.

Parece que em 1976 com a entrada do novo prefeito do M.D.B., como aquele grupo tivesse apoiado ao que parece o candidato do antigo prefeito, aquele que ficou até 1975 e que deixou o M.D.B. (trata-se do Sr. Lauro Péricles Gonçalves) para apoiar esse candidato pela A.R.E.N.A., segundo o depoente o pessoal da Prefeitura que coordena os Conselhos de Moradores e

as Sociedades de Amigos de Bairro, uma espécie de Secretaria "obrigou" à realização de eleições, e conforme a entrevista , quem "encarou a coisa foi a turma da Assistência Social", "que é quem manobra a coisa". Isto porque o grupo anterior só fazia samba e bailes, e com ninguém pedindo, o poder público parece que estranhou a situação, e com grande probabilidade foi a prefeitura que forçou a eleição.

A nova diretoria através de seu presidente, alegava que o ex-presidente tinha deixado uma dívida de 8 mil cruzeiros.

E como funcionava o Conselho então?

Pode-se dizer que funcionava com grupos, espécies de clubinhos: havia a reunião de casais, a reunião de mães, etc., porém os problemas mais gerais da vila estavam de lado. "O que tem de bom lá dentro é o M.C.B.R.A.L. e parece que tem um dentista", afirmou o entrevistado.

Perguntado sobre quem votou na eleição dessa diretoria, o depoente afirmou que foi um certo "grupo fechado" , constituído "pelos que frequentavam os bailes, noutros tempos", e que não houve divulgação da eleição para a coletividade da vila. Ele não estava mais, então, ouvindo falar a respeito da questão de sócios do Conselho, como anteriormente acontecia de ouvir.

Numa reunião da nova diretoria, a que foi convidado a comparecer, o depoente se deparou com a supervisora da assistente social, com mais duas ou três pessoas que não conhecia, com um fulano estranho, e com um casal que "se intitulava secretário". A certa altura da mesma, a supervisora perguntou como "iam as coisas?", e o presidente disse que estava preocupado com a dívida de 8 mil cruzeiros. Aí o entrevistado se manifestou, perguntando ao presidente como ele podia ter assumido a presidência de um Conselho com tal dívida, e sem exigir a relação de atas, balancetes de 3 em 3 meses, e de toda a documentação do exercício do mandato dos anos anteriores, para ver como estava a entrada e a saída de dinheiro.

O entrevistado mencionou, então, para ilustrar o problema da questão financeira, o caso de um morador que saiu do Conselho, (foi provavelmente um diretor) "e comprou um bar".

Segundo o depoente, na verdade todas as vezes

que ele e alguns outros moradores ("o nosso grupo"), procura -
 vam a diretoria em fôco, eram contrariados, mal atendidos e
 até rechaçados. Ele queria discutir sobre o serviço de ônibus,
 sobre a necessidade de pedir à prefeitura para cuidar da praça
 central da vila (e que hoje é um grande jardim) e dos terrenos
 baldios, e sobre outras questões. Mas o presidente estava "sem
 pre procurando fugir da responsabilidade".

No episódio da expulsão do Serviço Médico para
 fora do Conselho, houve uma eleição para se decidir, na qual
 votaram representantes do grupo da igreja, do Clube de Mães, da
 "turma de irmãs" (católicas), e mais o presidente e os membros do
 Conselho, e muito embora o pessoal do Conselho tenha perdido na
 votação, o presidente e o seu vice só mantiveram um dos dois mé-
 dicos em atividade no Ambulatório, assim mesmo porque não tive-
 ram força para tirar os dois que então trabalhavam ali.

Esta situação perdurou até o final de 1977, quan-
 do foi criado o Posto Médico Comunitário Municipal, sobre aque-
 la estrutura preexistente de Ambulatório Médico, conforme eu
 já mencionei acima.

A respeito da diretoria que estava no Conselho
 à época da entrevista, o meu depoente disse que não conhecia ne-
 nhum de seus membros mais intimamente, e que parece que tam -
 bém estavam ligados à Assistência Social da Prefeitura.

É interessante dizer, neste ponto, em vista da
 argumentação destas linhas, que em 1976, durante a fase eleito-
 ral de eleição do prefeito municipal e dos vereadores, foi ten-
 tada a criação de uma Sociedade de Amigos do Bairro na Vila Cos-
 ta e Silva, por parte de um grupo do qual fazia parte o meu
 entrevistado.

O núcleo do grupo era formado, por seis pessoas
 que se reuniam na casa onde funcionava o Ambulatório Médico ,
 porque era tempo de propaganda eleitoral na cidade e, na prã-
 tica, ninguém iria se opor à utilização do lugar. Foi até ten-
 tado o registro dos estatutos da nova entidade, que chegou a
 ter uma diretoria provisória. Mas com a divisão de idéias en-
 tre os membros do grupo, alguns dos quais misturaram política no
 projeto e provocaram a dissolução dessa diretoria, o registro
 não foi feito.

O que aconteceu foi que na época da criação des

ta Sociedade do Bairro, alguns dos seus participantes estavam lutando para que, com a duplicação da estrada que liga Campinas ao seu distrito de Barão Geraldo com o que a vila ficou sem retorno pela rodovia, no sentido vila-cidade, fosse construída uma terceira via, ou seja uma marginal de sentido duplo que servisse só o bairro, ou então um contorno na rodovia, para permitir o acesso à pista que vai para o centro da cidade. Estas reivindicações junto à sede regional do D.N.E.R. (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), não foram atendidas, e nem a de uma passarela para pedestres que não foi construída (o que os engenheiros daquele órgão tinham admitido como possível) e os muitos moradores que iam (ou vão) tomar o ônibus na citada rodovia, ficam expostos aos perigos de um tráfego intenso de veículos. Mas então, como eu dizia, alguns dos participantes do projeto de Sociedade do Bairro estavam empenhados nessa luta, o que significou que as outras pessoas que se envolveram nesse projeto, fora as já citadas, ao que parece, dividiram a direção provisória.

Quanto aos possíveis apelos feitos para que a população da vila discutisse a idéia da Sociedade do Bairro, o entrevistado afirmou que "na hora de unir eles acham mais prático dizer que não adianta" e que, portanto, a participação do povo na iniciativa "foi fraca", muito embora eu deva acrescentar, em termos da visão do entrevistado em relação à participação do povo de modo geral no Conselho, que ele tinha declarado, no início da entrevista, que "nosso povo, para mobilizar é um tanto difícil; eles não compreendem bem, não conhecem a força que têm". E também que "a gente tratou de mobilizar isso", mas "na hora de contar com apoio da maioria, [ela] não comparece".

Portanto, este morador tem uma visão de participação da população junto ao Conselho que se não é otimista, também não é de descrédito, e sim de que o povo possui força para lutar, mas acaba se abstendo de fazê-lo.

Finalmente a terceira entrevista mencionada se deu no dia 2 de março de 1978, feita com um dos componentes do grupo que tentou organizar a Sociedade de Amigos do Bairro.

Sobre as relações do embrião da Sociedade para com o Conselho, ele disse que eram de animosidade, pois o pessoal

do Conselho tinha um querer de continuar, "sem abrir concorrência para haver eleição", isto desde o início de 1974, no governo de Lauro Péricles Gonçalves na prefeitura municipal.

A idéia do grupo era a de formar a Sociedade "para moralizar o bairro", mas a idéia "não foi prã frente".

Quanto ao programa que a diretoria provisória (e que iria, depois, realizar uma eleição) tinha, constava de reivindicação para o ajardinamento da praça central, e com a colocação de bancos; para a criação de um Distrito Policial (ver citação sobre isto no relato da mesa-redonda, linhas acima); para a criação de um Posto de Puericultura; para a criação de um Parque na citada praça central da vila, que permaneceu muito tempo quase sem função (geralmente lá, eu via grupos de meninos ou rapazes "jogando bola", e lá hoje, há um grande jardim em estado de abandono, e o qual estava sendo objeto de reivindicação à prefeitura, pelo grupo que estava ~~então~~ ^{então} testa do Conselho, para a sua reforma, conforme a entrevista do dia 26-07-84, citada acima e que será relatada abaixo); para o melhoramento da condução coletiva; para o não fechamento de uma biquinha de água de boas qualidades, que ficava no caminho onde se ia fazer a já referida duplicação da rodovia que liga Campinas a Barão Geraldo, e que acabou desaparecendo com as obras; e mais da preocupação para com a Creche, que já havia sido construída nessa ocasião, segundo o depoente pela pressão de um abaixo-assinado contendo cerca de 2.500 assinaturas, e que fora organizado, anteriormente, pelo mesmo grupo que lutou pela organização da S.A.B..

Por que a idéia não vingou, conforme foi dito acima?

Foi devido às idéias diferentes de duas pessoas que participavam do grupo. Com isso não se chegou a uma conclusão para elaborar os estatutos da entidade. Tais indivíduos, por exemplo não concordavam com a criação do Posto Distrital Policial, e achavam que a Sociedade deveria pagar 10 ou 15 vigilantes noturnos "para a manutenção da ordem na vila", o que implicaria num gasto, desde o início, para a S.A.B., que ela não comportaria financeiramente.

A respeito das diferenças entre o Conselho e a S.A.B., o entrevistado afirmou que os membros da Sociedade não

iriam trocar relações com os membros do Conselho, porque eles iriam agir conforme tinham planejado. Eles iriam elaborar um estatuto, que até esteve em discussão, "para que a cartilha que fosse rezada, fosse de pensamento de todos".

Isto porque algumas das realizações do Conselho seriam feitas também, mas diferentemente, como por exemplo, os bailes que, como ocorriam então, não permitiam levar-se a família porque eram bailes de sacanaçem, e a meta era fazer-sebailes familiares.

Ainda a respeito das diferenças entre a S.A.B. e o Conselho de Moradores, o entrevistado afirmou que a entidade "desde uma feita que ela tem um ideal", se este "estivesse voltado ao interesse coletivo da vida da vila", não faria diferença o nome, o que, entretanto não estava acontecendo com o Conselho.

O que mudaria em relação ao Conselho?

O que o corpo da diretoria fizesse de bom ou de ruim em relação à vila.

O depoente declarou que a idéia foi esclarecida na vila e "sentiu-se aceitação", pois mesmo pessoas alheias ao grupo, como a meia dúzia de pessoas com quem cada um falou, recebeu a idéia com satisfação e apoio.

Devo acrescentar que a impressão que tive da repercussão do projeto na vila, foi a de que foi pequena, embora o grupo organizador fosse bastante ativo na sua atuação.

E os agentes da prefeitura e da C.O.H.A.B., tiveram alguma atuação em relação à iniciativa de organizar a S.A.B.? Sim, por exemplo houve uma reunião em que duas assistentes sociais compareceram, e o fizeram por uma iniciativa particular de pessoas que não comunicaram o fato ao embrião de diretoria. Segundo o entrevistado quem devia discutir eram os próprios indivíduos organizadores, e não "elementos da C.O.H.A.B.".

Finalmente quanto às perspectivas do Conselho em 1978, à época da entrevista, o depoente considerava embora estivesse alheio ao que acontecia, que "a coisa estava no mesmo pé que antes", à época da tentativa de formar a S.A.B..

Por último vou considerar a entrevista do dia 26/07/84, com o cabeça do grupo da então direção e outros componentes do mesmo.

A primeira pergunta que eu fiz, baseado em uma conversa anterior com a secretária da diretoria (no dia 25/07/84) foi se, em querendo reformar o prédio da sede do Conselho, que estava em mau estado de conservação e estava meio abandonado, eles fizeram a reivindicação das obras à prefeitura do P. M.D.B., ou a qualquer outro indivíduo de fora da vila.

Segundo o presidente sim, pois foi mandado um 1º ofício ao Sr. Ozair Rizzo, o presidente da Câmara Municipal, pedindo que a prefeitura realizasse a reforma do vestiário do campo de futebol, que fizesse uma reforma do alambrado deste campo, e construísse um novo alambrado, separando o campo em relação aos torcedores; além disso construir mais 2 cômodos para abrigar um casal de velhos que morava num dos vestiários danificados, e que ficaria morando lá e zelando pelas instalações da praça de esportes em geral.

Depois disso, um diretor do Conselho foi falar com o referido presidente da Câmara a respeito das reformas, e este afirmou que "ia providenciar a reforma do prédio". Foi quando esse diretor mandou um 2º ofício ao gabinete do prefeito, e pediu ao presidente da Câmara Municipal que reforçasse o teor do ofício. Neste ofício foi pedida também a reforma do jardim da praça central, e também a reforma da praça de esportes no seu todo.

Na entrevista, os participantes me disseram que estavam esperando as reformas e com os custos todos correndo por conta da prefeitura.

A respeito da minha primeira pergunta, citada acima, o presidente do Conselho afirmou que eles "não querem dar nada em troca" dos serviços da prefeitura, e afirmou que o seu grupo é "um pessoal que não se amarra em política". Isto apesar de que eles estavam tentando a ajuda do referido vereador, o sr. Ozair Rizzo.

E isto, quero acrescentar, apesar de o presidente ter declarado antes, a respeito das reivindicações, que "vereador não resolve", e que falar com vereador "é jogar conversa fora".

Além disso, uma vez o Grupo de Mulheres, que é um grupo pertencente à Escola de Samba Estrêla Dalva e que participava do Conselho de Moradores (ver mais referências a res -

peito no capítulo 4), conseguiu levar um assistente social da prefeitura para conversar com a direção do órgão a respeito das mencionadas reivindicações. O presidente disse que esse senhor "falou, falou e foi embora"; ele viu a situação do prédio da sede da entidade, "ficou de marcar uma reunião para um sábado, e não voltou mais".

Aí a direção do Conselho resolveu recorrer diretamente à assessoria do prefeito, pedindo a reforma geral da pintura do prédio da sede social, do seu encanamento, do seu telhado e de cuidar de acertar a sua localização: o portão não é na rua 34 como está agora, mas sim na avenida Saldanha da Gama, no nº 15.

Eu perguntei se eles não esperavam que a prefeitura pedisse alguma troca do atendimento das citadas reformas, como por exemplo apoio em época eleitoral, e o presidente declarou que não é a favor da troca de favores. E afirmou ainda que "se o povo quiser, (o que foi pedido) vai ser conseguido do prefeito".

Esta posição está dentro da visão social de uma boa utopia, eu poderia dizer, que guiava a então direção do Conselho, conforme está descrita no capítulo 4.

Devo acrescentar a respeito da ênfase no papel social do Conselho dada pela então direção, que ela pretendeu chamar o pessoal para junto do órgão "fazendo um bom trabalho", para "o povo chegar até a gente". Eles queriam "chegar até os outros grupos, para fortalecer as reivindicações".

Isto se localiza dentro da perspectiva de que as direções do Conselho fizeram "de bom, no passado, só a gramagem do campo, e depois destruíram tudo", conforme o cabeça do grupo.

Foi dito ainda, que "a maior parte das pessoas que estavam no Conselho visavam o seu próprio benefício".

Isto está dentro da visão da então direção do Conselho, a respeito das gestões anteriores do órgão, conforme o que considero abaixo, no capítulo 4.

Quero agora considerar um pouco a ênfase social que o grupo que estava na direção, possuía.

É interessante, nesta linha, considerar que o cabeça do grupo que estava na direção do Conselho, pertenceu e

foi um dos fundadores do grupo Fôrça Bruta, mencionado acima, neste capítulo, no relato da mesa-redonda do dia 16-02-84.

Segundo este morador, a Fôrça Bruta foi um tipo de comunidade e existiu de 1970 até 1975, tendo tido uma média de 80 pessoas de membros, sem contar os familiares que eram visados para pertencer ao grupo.

A Fôrça Bruta realizava diversões (sociais) e jogava futebol, aos domingos. Ou então os membros realizavam pique-niques dentro da fazenda Santa Genebra. O grupo queria ter uma sede própria (o local onde é o 2º Ginásio do bairro foi o local que foi pedido ao então prefeito para isto).

Creio que isto ajuda a compreender a visão social da então direção do Conselho, que, segundo foi dito pelo cabeça do grupo, ia procurar cuidar dos marginalizados da vila, em termos de auxílio aos desempregados do bairro e em outros termos.

Além do que está considerado no capítulo 4 a respeito disto, quero mencionar aqui algumas características desta visão.

Uma das metas da então direção era ampliar a Creche, pois, há gente que a utiliza e "não precisa da Creche". Segundo um dos diretores, quem toma conta da Creche deveria ser uma mãe que trabalhasse na mesma, e que tivesse um filho na mesma. Foi citado também o problema do Parque Infantil onde existe uma professora para entre 30 a 40 crianças. Aliás a Creche atende ou deveria atender crianças de 0 a 4 anos de idade e o Parque Infantil atende crianças de 4 a 6 anos.

Na Creche só há vagas para quem tem boas relações com a assistente social que lá trabalha, e para quem paga uma taxa por mês (isto também acontece no Parque Infantil, onde ao que parece era cobrada uma matrícula de Cr\$ 2.500,00 e uma taxa de Cr\$ 1.500,00 por mês, por criança), além da exigência de a mãe ter que ter um emprego fora de casa e de o chefe ou o patrão assinar todo mês um documento em relação à frequência do filho na instituição.

Daí a entrevista tomou o rumo do mau conceito do povo em vista do Conselho de Moradores, o que deveria ser mudado, justamente com uma atuação voltada para os problemas como os referidos acima.

O prefeito deveria abrir mão em relação ao que fosse pedido pelo Conselho, como se este fosse uma administração regional da prefeitura.

Parece-me que a atual direção oscilava entre ter uma posição de intermediária da prefeitura na vila e outra de ter uma certa independência em relação àquele órgão, mas sendo reivindicadora.

E parece-me que existia uma certa ingenuidade por parte do cabeça e de outros membros dela, em relação à posição manipulatória que as administrações do antigo M.D.B. e atual P. M.D.B., têm tido para com o Conselho na vila Costa e Silva.

Creio que a prefeitura poderia atender muitas reivindicações do Conselho, mas queria manter um certo controle da direção da entidade, possibilidade que foi afastada na entrevista mas que a história do órgão mostrava ser bastante provável, pois afinal de contas o próprio plano inicial da criação da entidade contemplava a função da mesma como uma intermediária, administrativa poderia dizer, entre o bairro e o principal órgão administrativo da cidade.

Vamos esperar para observar como ocorreriam as coisas na vida do Conselho, muito embora, repito, a sua direção estivesse profundamente preocupada com o conceito da população da vila em relação ao mesmo, e ligada a isto, com a sua própria atuação social.

Para terminar este capítulo quero acrescentar umas poucas linhas em relação à questão da legitimidade da atual diretoria do Conselho.

Como foi escrito acima, ela buscaria uma legitimação por meio da mudança do conceito da população para com o órgão, e isto por meio da atuação da diretoria, com a já mencionada ênfase no social.

Mas subsistia o problema nos seus inícios: conforme a mesa-redonda acima citada, a direção foi preenchida por estar vaga (muito embora o presidente anterior tivesse afirmado que houvera aberto a eleição para a sucessão e não apareceram candidatos). E a direção estava exigindo uma ata de encerramento da parte da diretoria anterior, além do que estava afirmando que o livro-caixa não fôra ainda acertado. Ela afirmava que demorou muito para ter acesso aos livros do Conselho, e que isto

prejudicara a sua atuação até então.

Finalmente, acrescento que a atual direção pretendia realizar uma assembléia, onde iria expor pontos para mudar os estatutos, e para acertar a questão do livro-caixa. Esta assembléia seria convocada através de panfletos e se outro grupo se organizasse e questionasse a posição da direção, esta faria um acordo com o mesmo.

Eles pretendiam mudar, nesta assembléia, o mandato da diretoria de 1 para 3 anos.

CAPÍTULO IV

CAPÍTULO IV

4. Conclusões sobre o Conselho de Moradores

Um dos entrevistados em 1978, o participante 2 da mesa-redonda afirmou em relação aos grupos sociais, da vila que "o Conselho tem vida própria", apesar de não haver união entre estes grupos sociais, dos quais podem ser citados, conforme as linhas acima, o "grupo social", o grupo médico, o grupo de esportes, além dos outros citados atrás.

Então, o que parecia haver, e talvez ainda haja hoje, é uma tensão entre o Conselho de Moradores e esses grupos sociais.

Talvez o Conselho seja visto como um órgão burocrático pelos membros dos grupos organizados, o que dificulta a sua ação diante destes.

Não podemos porém, nos esquecer que tais grupos têm seus objetivos específicos, o que dificulta a organização dos mesmos em torno do Conselho, conforme o desejado por vários participantes da mesa-redonda relatada acima.

Então, o entrevistado 2 esteve diante de uma dificuldade básica nas suas gestões, a qual parece se colocar ainda hoje, pois é de se imaginar que tais grupos em virtude de seus objetivos específicos, possam não ver com bons olhos o Conselho.

Esta seria como eu disse uma relação básica na atuação do Conselho (ou talvez se pudesse dizer em linguagem positivista, uma das correlações básicas na vida do Conselho de Moradores).

Assim, o Conselho de Moradores vivia nos comêços, com a sua estrutura presidencialista, tendo o presidente, o vice-presidente, o secretário e o seu vice, o tesoureiro e o seu vice e um Conselho Fiscal com poderes de acesso aos livros, às atas de reuniões e o qual exigiria um balancete das contas da entidade. Depois havia ainda, ligados ao Conselho, o grupo de Esportes, o grupo ligado ao Médico (havia também um dentista), dirigido pela "Comissão Central" (diretoria), o Departamento Social, o Grupo Beneficiente (era formado por um grupo de senhoras), etc.

Aí se situa a questão da referida relação básica do Conselho com os grupos sociais da Vila Costa e Silva.

Mas há outra relação básica na vida do Conselho: a interferência da prefeitura, ou de seus agentes sociais sobre o mesmo.

Um dos nossos entrevistados chegou a declarar que aprendeu com a assistente social o que conhece em termos de Conselho de Moradores. Este morador é favorável à ação de agentes do governo municipal junto ao Conselho de Moradores.

Segundo o mesmo morador, o Conselho foi criado com o propósito inicial de ser um mediador entre a Vila e a Prefeitura Municipal, e a Assistência Social da Prefeitura só atuaria "por falta de recursos". Além disso, conforme as linhas acima, foi graças à ação da assistente social que "tudo foi conseguido", em termos de Conselho, e por isso a falta de atuação da Secretaria da Promoção Social estava sendo prejudicial ao bairro.

Em 1980, como foi citado, numa época de recuperação do Conselho, através da atuação de alguns moradores, novamente a assistente social tentou interferir numa Assembléia geral, o que é um indício a mais do tipo de ação que esses agentes sociais desempenham na vida do Conselho e isto num ato importante.

Estamos neste ponto, diante de duas formulações do participante 9 da citada mesa-redonda: 1ª) que o determinante da participação da população do bairro no Conselho, "depende do programa da diretoria", ao lado do fato de que a situação do povo em geral, é fruto do regime isto em 1984; 2ª) o crescimento das S.A.B.s., de 1980 para cá, e isto de modo geral em Campinas e parte do país, isto datado quase como um fato histórico.

Em muitas dessas entidades, em Campinas, a direção coube a moradores que apoiam os atuais governantes locais, que são do P.M.D.B..

A pergunta que surge é quase imediata: tais sociedades são intermediárias da prefeitura junto aos bairros?

E em caso afirmativo, será que isto já não vinha acontecendo desde o início com o Conselho de Moradores da Vila Costa e Silva?

Pelas indicações que possuímos, sim. Mas é preciso mais afinidades do que eu tenho com a história do Conselho para se demonstrar, de vez, esta tese.

Seria bom salientar dois tipos de posição a respeito da participação da população no Conselho: 1) uma que vincula essa participação ao programa da diretoria e que admite que um certo programa atrai mais uma determinada camada dessa população, apesar de admitir outras atividades sociais, mas desde que realizadas organizadamente, estando a diretoria a par delas; 2) outra posição que pretende coordenar os grupos sociais atuantes na Vila, e que parece ser a causa de um certo amargor de um dos meus entrevistados, que enxerga o presidente do Conselho como um "prefeito da Vila".

Na verdade este ex-presidente estava diante de uma dificuldade provocada por aquela relação básica, que está presente em toda a história do Conselho de Moradores da Vila Costa e Silva e que gera grandes dificuldades para as diretorias que pretendem contar com a participação da população na vida do Conselho.

Assim, como exemplo talvez significativo, eu posso citar o que foi dito na entrevista do dia 26/07/84, pelo então ocupante do cargo de presidente do Conselho (este era o 10º ocupante do cargo) em termos do relacionamento da diretoria, com os grupos sociais que existem na Vila Costa e Silva: ele disse que os grupos eram apenas os "políticos", e ligados à igreja católica e ao P.T. (Partido dos Trabalhadores), que realizavam por exemplo movimentos de desempregados, só que, conforme a secretária da diretoria, estes movimentos não atingiam pedreiros, por exemplo, mas só trabalhadores metalúrgicos.

Uma moça que participou da reunião, disse que existia o grupo de mulheres, que era mais ligado à Escola de Samba Estrêla Dalva, mas que dava uma força para empurrar o Conselho. Uma vez por mês este grupo fazia uma atividade de festa, a festa do sorvete por exemplo, que já fôra realizada uma vez. Foi citado pelo cabeça da diretoria, também o grupo dos aposentados, que se reunia na sede do Centro Social da vila, local este separado do Conselho de Moradores.

A visão deste pessoal que estava à testa do Conselho na ocasião, é que a atuação da diretoria anterior, que

foi até o final de 1983 aproximadamente, foi terrorista, pois só pensava em paralizar a cidade, em fazer a greve geral. Isso não cabe ao Conselho de Moradores segundo o cabeça do grupo, que afirmou que o órgão deve é resolver os problemas das famílias carentes do bairro; daqueles que procurem a ajuda da entidade; zelar pela limpeza dos terrenos baldios e das ruas; procurar tirar as crianças das ruas e colocá-las dentro da praça de esportes, dentro da Creche (que atende crianças de 0 a 4 anos); promover festas, no dia da criança, no Natal; criar campanhas para distribuir agasalhos, etc..

Eles consideravam que existe uma certa marginalidade na vila Costa e Silva, mais entre os jovens, segundo o diretor social, numa faixa de idade de 17 a 25 anos, a grosso modo, "porque se for ver mesmo tem desde 12 até 80 anos". Eu perguntei se a marginalidade é devida à falta de emprego, e foi dito que sim, por este jovem, só que ele afirmou que os jovens se encontram, vão se conhecendo, ficam amigos, e quando estão juntos é "onde que o pessoal diz que são malandros". Na quadra de esportes deveria ter alguma coisa para esse pessoal fazer; deveria "ter um som para o pessoal curtir"; ter alguma coisa para eles se reunirem.

Em termos de desempregados, o presidente afirmou que poderia fazer ofícios e encaminhar a pessoa para o lugar de emprego. Mas só encaminhar resolveria? Ele disse que até poderia ir junto com a pessoa ao local do emprego. Eu perguntei se resolveria, apenas o emprego para essas pessoas, e este morador respondeu que eles queriam ajudar também os outros membros da família, mas que só de estar trabalhando, já muda o modo da família ver a pessoa.

Dentro desta grande meta de ajudar os jovens marginalizados, que me parecia bastante utópica e que dá a visão social da então diretoria, o presidente afirmara que essa população não sabia que a diretoria poderia ajudá-la a encontrar emprego, por isso não a procurava ainda.

Então para este grupo, a questão citada acima, não parecia ter a mesma força, que eu estou atribuindo a ela. Mas eu acredito que quando ele assumisse com toda a força, a diretoria do Conselho, a referida relação se faria presente, muito embora só a menção dos citados grupos, "o político" e

o dos aposentados, fosse indício da existência de relações a serem encaradas, mesmo que fosse para serem evitadas. Isto sem falar no mencionado grupo de mulheres, que apontava na direção de que a ação do Conselho não prescindiria, mesmo com uma boa visão utópica de suas metas sociais, de grupos organizados atuando quase que no seu interior. A pretensão da direção do grupo da diretoria era ao que me parecia, não se relacionar com grupos que nada teriam a ver com a sua visão do Conselho.

Mas a própria tomada da direção da entidade por este pessoal, já mostrava uma incongruência em vista da relação que estou considerando: foi enquanto um grupo, ou uma parte pequena de um grupo, a Escola de Samba Estrêla Dalva, que a direção se formara.

Isto apesar de que na última entrevista citada, o presidente tivesse afirmado que o pessoal da Escola de Samba Estrêla Dalva "só se chega" à sede do Conselho, na época do carnaval, isto dentro do pessoal que frequentava a sede. Fora desse pessoal, "a gente só vê apoio do morador é só através do distrito policial" (um morador já levava um abaixo-assinado, mas como por lei, é preciso pelo menos 30% dos moradores da vila assinando, ele ficara de pegar o resto das assinaturas, sentar numa mesa do Conselho e combinar a entrega deste pedido).

Então, a então direção não poderia negar a relação do Conselho, ou de sua diretoria, com os mencionado grupos sociais, mesmo que ela fosse uma relação de tensão ou mesmo de conflito, como parecia que iria acontecer com o que foi chamado "grupo político", ligado mais aos moradores católicos atuantes, conforme já foi mencionado.

Acho bom acrescentar que os grupos sociais que venho considerando, são grupos que se organizaram em torno de objetivos específicos, e não constituem um tipo do que a doutrina social da Igreja Católica, nos seus setores mais populares, e a doutrina liberal, chamam de "grupos naturais". Podem ser grupos mais orgânicos em relação à população da vila, mas nunca "grupos naturais". Estes aliás, há bastante tempo talvez deixaram de existir na História, pois existe, senão uma socialização capitalista em nossa sociedade, conceito defendido por José Arthur Giannotti e contestado por H. Marcuse, pelo menos um pré-condicionamento em termos do que é reconhecido como uma

necessidade social e que determina, na atualidade, a integração dos indivíduos à sociedade industrial, conforme a citação feita do mesmo H.Marcuse na introdução destas linhas.

Quanto à outra relação básica apontada, creio que ficou claro que o Conselho de Moradores foi criado para ser um intermediário entre a prefeitura e a população da vila em sua vida social. A função que os planos oficiais previam para o Conselho, comportou a ação da Secretaria da Promoção Social da Prefeitura junto aos membros do conselho.

Esta ação de agentes estatais foi manipulatória e controladora, impedindo que o Conselho fosse uma entidade autônoma que foi uma aspiração senão forte, pelo menos desenhada na sua história. Isto creio que ficou indicado, na ação daqueles moradores combativos, como na situação em que foi tentada a criação de uma Sociedade de Amigos do Bairro, em 1976, conforme foi relatado no capítulo 3.

A então diretoria, eu previa que quando se efetivasse no Conselho, pois estava reclamando a ata de encerramento da diretoria anterior e pretendendo fazer uma assembléia para mudar os estatutos do Conselho (que seria aberta e convocada através de panfletos), para mudar o mandato da diretoria para 3 anos, e no que poderia sofrer oposição de algum grupo (quando então faria um acordo com ele), deveria sofrer, provavelmente, uma forte pressão de agentes sociais da prefeitura municipal, porque estavam reivindicando várias coisas à mesma, como a reforma do prédio da sede social.

Isto, apesar de o então presidente ter declarado que é contra a troca de favores e que, se o prefeito pedisse retorno do que fizesse para o Conselho, não seria atendido.

BIBLIOGRAFIA

01. de ALMEIDA, Maria Suely - Entre Nós, Os Pobres, Eles, Os Negros, dissertação de Mestrado em Antropologia, apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1976,(mimeo).
02. AROUCA, J.C. da S. - O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado de São Paulo, São Paulo, 1966.
03. de AZEVEDO, Sêrgio - A Política Habitacional Para as Classes de Baixa Renda, tese de mestrado, Faculdades Cândido Mendes.
04. BERLINCK, Manoel Tosta et alii - Desenvolvimento da Economia de Campinas: O Setor Informal. O.I.T.,Genebra, abril de 1977.
05. BOLAFFI, Gabriel - Aspectos Sôcio-Econômicos do Plano Nacional de Habitação. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura de Urbanismo - USP, São Paulo , 1972, (mimeo).
06. de CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira et alii - São Paulo 1975 - Crescimento e Pobreza. São Paulo, Edições Loyola, s.d..
07. CARDOSO, Fernando Henrique - "Comentário sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade", in Estudos I, Edições CEBRAP, São Paulo, 1971, pp.99 - 130.
08. CENTRO DE ESTUDOS DE AÇÃO SOCIAL - "Sobreviver para Trabalhar: Salário e Alimentação do Trabalhador Brasileiro" . Caderno do C.E.A.S. nº 48, Salvador, março e abril de 1977, pp.34-35. (artigo de Ronaldo Coutinho Garcia).
09. _____ - "A Política Habitacional Posta em Questão". Cadernos do C.E.A.S. nº 43, Salvador, maio e junho de 1976, pp.44-49. (artigo não assinado).

10. CHAUI, Marilena de Souza - Exame das Teses de Karl Popper , em "La Logica de las Ciencias Sociales"(in"La disputa del positivismo en la Sociologia Alemana", ed.Grijalbo,1973), Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (C.E.D.E.C.). (mimeo).
11. _____ - Cultura e Democracia (o discurso competente e outras falas). São Paulo, Ed.Moderna,1981 , 1ª edição.
12. DEAN, Warren - A Industrialização de São Paulo, São Paulo, Difusão Européia do Livro, maio de 1971.
13. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS - Família Assalariada: Padrão e Custo de Vida, Estudos Sôcio-Econômicos nº 2, São Paulo, janeiro de 1974.
14. _____ - Dez Anos de Política Salarial, Estudos Sôcio-Econômicos nº 3, São Paulo, agosto de 1975.
15. DURHAM, Eunice R. - A Caminho da Cidade, São Paulo, Editora Perspectiva, 1973.
16. Grupo da FAUUSP - A Casa Popular, sem outras referências . (mimeo).
17. HERSKOVITS, M. - Antropologia Cultural, Ed. Mestre Jou, São Paulo, Tomo II, cap.17 (cópia apresentada pelo prof. Mott num curso de Antropologia Econômica da U.N.I.C.A.M.P.).
18. Jornal CORREIO POPULAR - notícia: Automação industrial gera mais desemprego, ed. de 09/08/84, p.9.
19. _____ - notícias de várias edições, principalmente de 1984 sobre o movimento de mutuários do BNH.
20. Jornal DIARIO DO POVO - notícia da ed.de 24/07/84 sobre o movimento de mutuários do B.N.H..
21. Jornal FOLHA DE S.PAULO - "Folhetim" nº 355, ed. de 06/11/83. (Entrevista com Claude Lefort).
22. _____ - "Folhetim" nº 319, ed. de 27/02/83. (Tradução de entrevista com Claude Lefort ao Jornal "Le Monde").

23. Jornal FOLHA DE S.PAULO - "Folhetim" nº 343, ed. de 14/08/83, "Quem são os herdeiros da filosofia clássica alemã?", artigo de José Humberto de Brito Cruz.
24. _____ - "Folhetim" nº 325, ed. de 10/04/83, Uma revolução na revolução russa, de Maurício Tragtenberg.
25. _____ - Ideologia oficial, mentira, oficial, artigo de Maurício Tragtenberg ed. de 21/05/81, p.3.
26. _____ - "Folhetim" nº 319, ed. 27/02/83 . (Entrevista com José Arthur Giannotti).
27. LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth - A Sociologia do Brasil Urbano, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.
28. LENIN, V.I. - Materialismo y Empiriocriticismo, Buenos Aires, Ediciones Estudio, 1973.
29. MARCUSE, H. - Liberdade e Agressão na Sociedade Tecnológica, Revista Civilização Brasileira, nº 18, Rio de Janeiro, 1968.
30. _____ - A Ideologia da Sociedade Industrial (O Homem Unidimensional). Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1982, 6ª edição. (cap.1 "As Novas Formas de Controle", e cap.2, "O Fechamento do Universo Político").
31. MARICATO, Ermínia e PAMPLONA, Telmo - A Penetração dos Bens "Modernos" na Habitação Operária Paulistana. São Paulo, C.E.D.E.C., maio de 1977. (mimeo).
32. MOISÉS, J.A. - "Experiência de mobilização popular em São Paulo" (Notas sobre as Sociedades de Amigos de Bairro), in Contra ponto nº 3, Rio de Janeiro, revista do Centro de Estudos de Ciências Sociais Noel Nutels, setembro de 1978, pp.69-86.
33. de OLIVEIRA, Francisco - "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", in Estudos CEBRAP 2, Edições CEBRAP, São Paulo, s.d.
34. PAOLI, Maria Célia P.M. - Desenvolvimento e Marginalidade, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1974.
35. RAMOS, Célia L. - A gente do Londres, tese de Mestrado apresentada ao Conjunto de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 1976. (mimeo).